

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

ELIZAMAR GOMES DA SILVA PUPIO

AÇAO LOCAL TERRITORIAL: UM ESTUDO EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (PA)

ELIZAMAR GOMES DA SILVA PUPIO

AÇAO LOCAL TERRITORIAL: UM ESTUDO EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pierre Guilhem Marie-Joseph

Teisserenc

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Biblioteca Campus do Tauarizinho / UNIFESSPA. Marabá, PA

Pupio, Elizamar Gomes da Silva

Ação local territorial: um estudo em Conceição do Araguaia (PA) / Elizamar Gomes da Silva Pupio ; orientador, Pierre Guilhem Marie-Joseph Teisserenc. — Marabá : [s. n.],

Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2018.

Conflito social – Conceição do Araguaia (PA).
 Movimentos sociais.
 Posseiros.
 Trabalhadores rurais.
 Colonos.
 Teisserenc, Pierre Guilhem Marie-Joseph, orient.
 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.
 Título.

CDD: 22. ed.: 305.563098115

ELIZAMAR GOMES DA SILVA PUPIO

			~		
$\Lambda \subset \Lambda \cap \Gamma \cap C \Lambda \Gamma$	TEDDIT O DIVI - LIM	ESTUDO EM CONCEIO	$\Delta V \cup D \cup D$	ADACIIAIA	$(D \Lambda)$
ACAO LOCAL	TENNITONIAL, UIVI	EQ I ODO EN CONCER		ANAGUAIA	$(\Gamma \land I)$

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), para obtenção do título de mestre.

Aprovada em//
BANCA EXAMINADORA
Prof. Pierre Guilhem Marie-Joseph Teisserenc (Orientador e Presidente) UFPA/PDTSA
Profa. Dra. Edma do Socorro Silva Moreira (Examinadora interna) UniFESSPA/PDTSA
Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Examinadora externa) UFPA
Profa. Dra. Célia Regina Congilio (Examinadora suplente) UniFESSPA/PDTSA

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta pesquisa tive a grata satisfação de receber apoio de diversas pessoas, algumas de outros tempos outras mais recentes, mas ambas muito importantes para a trajetória da minha história de vida pessoal e acadêmica, às quais dispenso minha gratidão.

Infinitamente a Deus, que me cuida nos menores detalhes da vida.

Aos professores e professoras do mestrado pelos ensinamentos e amplitude de horizontes que me abriram. Em especial à Professora Edma Moreira, por quem nutro admiração intelectual, pelas valiosas orientações e por gentilmente aceitar participar da banca.

Aos agricultores e agricultoras e às lideranças do movimento social que gentilmente se dispuseram a conversar comigo sobre assuntos que, muitas das vezes, remontam à lembranças desagradáveis e ainda pela confiança em discorrer sobre questões do âmbito familiar, que compreendo, pela confiança, me forneceram seus depoimentos. Ao descrever a trajetória do movimento, jamais conseguiria a perfeição de trazer à escrita as sensações vividas por eles enquanto militantes que convivem com a resistência diária.

Em especial à Sra. Gonçalina, à Cristiane, à Elizabeth, ao Sr. Antônio Siqueira, Sr. Rosendo, Sr. Pedro Américo, pela disponibilidade e pelas conversas que me ajudaram a criar os cenários desta pesquisa.

Ao Álvaro Brito, pela disponibilidade em fornecer as informações e às conversas complementares. Também pelo livro emprestado, importante na construção teórica.

Aos colegas de trabalho, Tiago Catuxo pelo apoio irrestrito, ao Flávio Pedro pelas informações e à Margareth Oliveira, Daniela Mônica, Alenice, Sérgio Mieli, Luiz Euvaldo, Ernane, Onilse e Raimundo Ribeiro. Além das minhas eternas amigas da graduação Lilian, Nazilma, Surama, Débora e Roseane. Agradeço pela força e torcida de sempre. Grata, por contar sempre com vocês.

Aos colegas e amigos que conquistei na minha turma do PDTSA 2016, em especial à Flavia Raiol, pela amizade descompromissada e pelo ombro amigo de sempre;

Ao colega Luciano Laurindo pelas orientações e dicas, me auxiliando no norte da pesquisa. Sua dica sobre observação foi fundamental.

Aos meu estimado Orientador, Prof. Pierre Teisserenc e a adorável Professora Maria José Teisserenc (nossa principal ponte). Pessoas de competência intelectual ímpar.

Agradeço pela oportunidade de tê-los como orientador e como avaliadora respectivamente, pela disponibilidade e paciência que tiveram comigo. Também por me receberem em sua casa em Belém, quantas vezes necessitei de orientação, sem qualquer limitação, e ainda pelos ensinamentos teóricos e práticos que me possibilitaram encaminhar o trabalho de pesquisa sem muitos atropelos. Professora Maria José, suas indicações de leitura foram as melhores. Muito obrigada!

Às minhas irmãs Cida, Lucia e Zanir, ao meus irmãos, cunhadas e cunhados, sobrinhos e sobrinhas, tios e tias e minha sogra, Sra. Sebastiana, por saber que sempre posso contar com vocês, me impulsionando positivamente, em todos os aspectos.

À minha mamãe, uma das pessoas mais inteligentes que conheço, com um conhecimento e leitura de mundo impressionantes. Que me ensinou sobre caráter, responsabilidade, senso de justiça, resiliência e fé. Ah, e minha maior fã. Que nosso Deus possa lhe manter com essa lucidez e esse cuidado por muito tempo entre nós.

À minha Nicolly Melsan, filha amada, que embora jovem ainda, compreende o mundo em que vive, e ainda é minha melhor e mais íntima amiga, me segurando com positividade quando necessito, mudando de posição comigo, me indicando o melhor caminho:

E finalmente ao meu Amado esposo, Alessandro Pupio. Toda minha gratidão por caminhar lado a lado comigo, por ouvir e opinar sobre minhas ideias. Ativista e defensor dos direitos humanos nato. Um homem que possui um misto de integridade, sabedoria, conhecimento, humildade, senso de justiça, enfim... abençoado. Palavras não descrevem minha admiração e o que representas para mim.

RESUMO

Esta pesquisa busca refletir sobre os elementos que constituíram os processos de luta, resistência e conflito no território amazônico delimitado pelo município de Conceição do Araguaia- PA, Brasil. Abrangendo o recorte temporal compreendido entre a década de 70 aos dias atuais, aborda três importantes e decisivos momentos históricos: a migração para o território, de colonos e trabalhadores rurais em busca de terra, concomitante à instalação das grandes empresas agropecuárias pela frente expansionista, causando a expropriação e escravização de posseiros, trabalhadores rurais e colonos; a formação e resistência do movimento social à espoliação tendo como consequência a retomada das terras pertencentes às grandes empresas agropecuárias, e por fim, a reorganização do movimento social em torno das novas demandas coletivas. Esses elementos evidenciam a luta de classe, além da polarização existente entre os atores que movimentam as relações de poder no espaço territorial por interesses divergentes, principalmente quanto ao uso da terra, redimensionando a lógica de produção e o modo de vida da população. Visando compreender a dinâmica que movimenta este espaço de fronteira agrária, a pesquisa apoia-se teoricamente nas reflexões de Maria Gloria Gohn (1997) sobre o paradigma dos movimentos sociais, e Rosa Luxemburgo (1970), David Harvey (2004) e Violeta Loureiro (2010) sobre a mobilização de atores e o conflito social. Como metodologia, busca-se informações bibliográficas e de campo, entrevistando atores envolvidos direta e indiretamente nesse processo, reunindo elementos que auxiliem na interpretação dos fatos e nas consequências das ações impostas pelos atores envolvidos: o grande capital, apoiado pelo Estado e a classe desfavorecida, representada por agricultores, posseiros e assentados da reforma agrária. Analisa-se ainda, as estratégias desses atores, enfatizando o movimento social de base e as articulações que o levou ao enfrentamento da hegemonia econômica e política com a retomada das terras cedidas às Empresas agropecuárias e a retirada da oligarquia do poder público local. As estratégias extrapolaram a principal bandeira de luta, a terra, elevando ao protagonismo a categoria de mulheres trabalhadoras rurais e camponesas. A pesquisa, desenvolvida na perspectiva qualitativa, traz como objeto de estudo a apreciação sobre a atuação dos atores ora citados, bem como suas estratégias de defesa pelos interesses coletivos. Como resultados tem-se como principal fator da polarização, o sistema de dominação impregnado desde o início da exploração dos recursos do território, permeado pela injustiça, fragilizando as relações socioeconômicas, políticas, ambientais e culturais dos atores que ali interagem. Aponta-se ainda a ascensão e forca do movimento social de base apoiado pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento Eclesial de Base e a multidimensionalidade de questões que se inter-relacionam no território.

Palavras - chave: território; movimentos sociais; mobilização; resistência; ação local

ABSTRACT

This research seeks to reflect on the elements that constituted the processes of struggle, resistance and conflict in the Amazon territory bounded by the municipality of Conceição do Araguaia-PA, Brazil. Covering the timeframe between the Decade of 70 to the present day, approaches three important and decisive historical moments: the migration to the territory, of settlers and farmers seeking land, concomitant with the installation of large agricultural companies ahead of expansionary, causing the expropriation and enslavement of squatters, rural workers and settlers; the formation and social movement resistance to dispossession resulting in the resumption of land belonging to large agricultural businesses, and finally, the reorganization of the social movement around the new collective demands. These elements demonstrate the class struggle, in addition to the existing bias between the actors that move power relations in territorial space by divergent interests, especially as regards the use of land, resizing the logic of production and life of the population. In order to understand the dynamics that moves this agrarian border space, research based theoretically in the reflections of Maria Gloria Gohn (1997) about the paradigm of social movements, and Rosa Luxembourg (1970), David Harvey (2004) and Violeta Loureiro (2010) about the mobilisation of actors and the social conflict. As a methodology, bibliographical and field information, interviewing actors involved directly and indirectly in the process, bringing together elements that assist in the interpretation of the facts and the consequences of the actions imposed by actors involved: big business, supported by the State and the disadvantaged class, represented by farmers, squatters and settlers of agrarian reform. Analyse the strategies of these actors, emphasizing the social movement and the joints that led to the confrontation of economic and political hegemony with the resumption of land ceded to agribusiness and the withdrawal of the oligarchy of power local audience. The strategies have taken the main banner of struggle, the Earth, bringing to prominence the category of rural women workers and peasants. The survey, developed in qualitative perspective, brings as object of study the assessment about the performance of the actors well cited, as well as their collective interests defense strategies. As a result has as main factor of polarization, the impregnated domination system since the beginning of the exploitation of the resources of the territory, permeated by the injustice, handicapping the socioeconomic relations, environmental and cultural policies of the actors that interact. Points to rise and strength of base social movement supported by the Commission of Pastoral Land and Ecclesiastical Movement and the multidimensionality of issues that interrelate in the territory.

Keywords: Territory. Social movements. Mobilization. Resistance. Local action

LISTA DE SIGLAS

AEA Associação de empresários da Amazônia

ANVISA Agencia de vigilância sanitária

APP Áreas de proteção permanente

ARL Área de reserva legal

ATER Assistência técnica e extensão rural

ATES Assessoria técnica social e ambiental

BPF Boas práticas de fabricação

CAR Cadastro ambiental rural

CEB Comunidade eclesial de base

CFR Casa familiar rural

CINDACTA Centro integrado de defesa aérea e controle de tráfego aéreo

CNBB Conferência nacional dos Bispos do Brasil

CODETER Conselho de desenvolvimento territorial

CONAB Companhia nacional de abastecimento

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPAG Cooperativa mista de produtores do Araguaia

CPT Comissão pastoral da terra

CSN Conselho de segurança nacional

DAP Declaração de aptidão ao PRONAF

DENACOOP Departamento nacional de cooperativismo

ECOSSOL Economia solidária

EFA Escola família agrícola

EIA Estudo de impactos ambientais

EMATER Empresa de assistência técnica e extensão rural

EMBRAPA Empresa brasileira de pesquisa agropecuária

EUA Estados unidos da América

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a

Agricultura

FETAGRI Federação dos Trabalhadores da agricultura

FETRAF Federação dos trabalhadores da agricultura familiar

FNO Fundo Institucional de financiamento do Norte

GEBAM Grupo executivo de terras do Baixo Amazonas

GETAT Grupo executivo de terras do Araguaia Tocantins

IBAMA Instituto brasileiro de Meio ambiente

IBGE Instituto Brasileiro de geografia e estatística

IBRA Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA Instituto nacional de colonização e reforma agrária

INDA Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

ITERPA Instituto de terras do Pará

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB Movimento eclesiástico de Base

MEN Matriz Energética Nacional

MIRAD Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma

Agrária

MMC Movimento de mulheres camponesas

MME Ministério de Minas e Energia

MST Movimento dos trabalhadores sem-terra

ONG Organização não governamental

PA Projeto de Assentamento

PAA Programa de aquisição de alimentos

PAC Programa de aceleração do crescimento

PCdoB Partido Comunista do Brasil

PDP

PDA Projeto de Assentamento agroextrativista

PDH Programa de desenvolvimento humano

Política de Desenvolvimento Produtivo

PDS Projeto de desenvolvimento sustentável

PIN Programa de integração nacional

PNAC Política Nacional de Aviação Civil

PNAE Programa nacional de alimentação escolar

PNE Plano Nacional de Energia

PNHR Programa nacional de habitação rural

PNLT Política Nacional de Logística e Transporte

PNRA Programa nacional de reforma agrária

PNRF Plano Nacional de Reforma Fundiária

PNTH Política Nacional de Transporte Hidroviário

PNV Plano Nacional de Viação

POLAMAZÔNIA Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia

POLONORDESTE Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PROCERA Programa Especial de crédito para os beneficiários da Reforma

Agrária

PRONAF Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar

Procera Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PROTERRA Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à

Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVALE Programa Especial para o Vale do São Francisco

PT Partido dos trabalhadores

RESEX Reservas extrativistas

RIMA Relatório de impactos ambientais

SAF Sistema agroflorestal

SEFA Secretaria Estadual da fazenda

SEMA Secretaria do estado de meio ambiente

SIPAM Sistema de proteção da Amazônia

SIPRA Sistema integrado do programa de reforma agrária

SIVAM Sistema de vigilância da Amazônia

SNI Serviço nacional de informações

SPVEA Superintendência do plano de valorização da Amazônia

STTR Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

SUDAM Superintendência de desenvolvimento da Amazônia

SUPRA Superintendência Regional de Política Agrária

TAC Termo de ajustamento de conduta

UEPA Universidade Estadual

UPF Unidade de produção familiar

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Relação dos Projetos de Assentamento agrário no município de Conceição do Araguaia

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01- Licenciamento de operação projeto Horizonte Minerals
- Quadro 02 Síntese das exigências sanitária CONAB
- Quadro 03 Critérios de financiamento agrário do PRONAF para mulheres agricultoras

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização estratégica do projeto Araguaia Minerals, situado no triângulo Conceição-Floresta e Ourilândia do Norte, interligados pela PA 287, 279, 449 e BR 158 por onde será escoado o produto.

Figura 02 - Mobilização dos sindicalistas pela retomada do Sindicato dos Trabalhadores levando à frente a imagem de seu mártir, o Gringo.

Figura 03 - Exemplo de uma propriedade planejada produtiva e ambientalmente sustentável.

LISTA DE MAPAS

- Mapa 01 localização geográfica do município de Conceição do Araguaia, território do estudo
- Mapa 02 Assentamentos agrários federais criados no município de C. do Araguaia até 2017
- Mapa 03 Cobertura vegetal PA Canarana em 1987 (adaptado pela autora)
- Mapa 04 Cobertura vegetal PA Canarana em 2011 (adaptado pela autora)

LISTA DE FOTOS

Fotos 01 e 02 - Exemplo de queimada descontrolada na reserva florestal PA Pe. Josimo

Fotos 03 a 06 - Participação das mulheres em feiras municipais e intermunicipais. Divulgando o movimento social e como resultado, os produtos confeccionados, cultivados e derivados.

SUMÁRIO

INTROI	DUÇÃO20
	OBLEMÁTICA, JUSTIFICATIVA, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO24
1.1.	Sobre soja, mineração e a agricultura familiar no município27
1.2.	A justificativa38
1.3.	O objeto e objetivos geral e específicos38
1.4.	Procedimentos metodológicos40
1.5. atores.	Referenciando teoricamente o conflito social e a mobilização de
1.6.	Sobre mobilização dos atores47
	NTEXTUALIZANDO A DINÂMICA DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO ADO50
2.1.	Conceição do Araguaia – tempo, território e sociedade50
2.2. frontei	O território conceicionense no contexto do programa de integração da ra oriental amazônica, o movimento social em evolução62
2.3.	Da mercantilização das terras ao poder do capital63
2.4.	Os movimentos sociais em evolução71
AGROF	CONFLITOS EM EVIDÊNCIA, QUEBRA DA HEGEMONIA DAS EMPRESAS PECUÁRIAS E NOVOS RUMOS AO TERRITÓRIO - FORTALECIMENTO OVIMENTOS SOCIAIS E A RESISTÊNCIA DOS ATORES73
3.1.	O apoio da Igreja católica ao movimento – a ideologia pelo coletivo81
3.2.	A luta pela retomada das terras no território de Conceição do Araguaia84
3.3. agrária	As estratégias governamentais frente ao Projeto nacional de reforma
3.4.	O contexto nacional da Reforma Agrária86
3.5.	Um novo horizonte no modelo de reforma agrária90
3.6. govern	A evolução dinâmica do movimento – estratégias e avanços pela ança territorial100
3.6.1. A	dimensão politica100
3.6.2. A	dimensão produtiva e ambiental107
3.7. comerc	Alternativas do movimento social ao modelo de financiamento estatal e cialização impostos120
	MULHERES CAMPONESAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS – AS OUTRAS FÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA126

5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
6.	REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

A curiosidade que nos colocou frente ao objeto de pesquisa e nos instigou ao aprofundamento no estudo sobre a dinâmica que envolve as relações de poder existentes no território local de Conceição do Araguaia, remete a uma experiência vivida no ano de 2007 como extensionista rural da Empresa de Assistência técnica do estado do Pará (Emater/PA). Naquele ano, recém ingressando na empresa como extensionista rural, tivemos como um dos primeiros trabalhos a captação de recursos via Território da cidadania¹, cuja finalidade era a estruturação de projetos produtivos nas comunidades rurais. Elaboramos três projetos (uma fábrica de caixas para apicultura, uma estação de alevinagem e equipamentos para retirada e envasamento de mel) muito bem delimitados tecnicamente com projeto arquitetônico, orçamentário e descritivo, incluindo mapa das comunidades que escolhemos para serem beneficiadas. A Reunião ocorreu no município vizinho, Redenção. Os atores presentes eram membros dos movimentos sociais representativos de todas as categorias, Comissão Pastoral da Terra (CPT), membros representativos do governo, que nos incluía, Organizações não governamentais (ONGs), bancos e outras prestadoras de serviço de Assistência técnica e extensão rural (ATER) particulares. A metodologia do evento constava da apresentação dos projetos e a votação em plenária para aceite e aprovação dos melhores e que mais se adequavam às necessidades dos agricultores. Todos os projetos apresentados pela CPT e pelo Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) foram aprovados. E para nossa surpresa, nenhum dos projetos apresentados pela Emater/PA tiveram aprovação. Além de ter os projetos reprovados ainda sofremos sérias críticas do movimento social relacionadas ao nosso trabalho e a metodologia que utilizamos para elaborar os projetos, inclusive a escolha das comunidades, sem qualquer consulta prévia ou relação mais aproximada. A equipe da Emater/PA, que contava com dois engenheiros agrônomos, um engenheiro florestal, um de pesca, eu como pedagoga e mais uma socióloga, saiu completamente decepcionada do evento.

_

¹ Política pública criada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciada experimentalmente no ano de 2007 através do Programa nacional de desenvolvimento dos territórios rurais (PRONAT) e oficializada pelo decerto nº 11.503 de 25/02/2008, e tinha por objetivo de coordenar políticas públicas para o meio rural por meio da sociedade organizada em territórios rurais e identitários, como estratégia de envolvimento coletivo para o desenvolvimento territorial. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/dnn/dnn11503.htm, pesquisado em 25/04/2018

No entanto aquela situação nos chamou a atenção para duas questões. A primeira delas foi o nível de politização do movimento social que ali se impunha, analisando política e economicamente cada um dos projetos apresentados e a segunda foi a expressão de repulsa e resistência ao órgão do governo representado por nós. Contudo, após aquele episódio e a lição que nos ensinou, acendeu-nos questionamentos nos remetendo à necessidade de conhecer historicamente os elementos que nos colocavam em situação antagônica junto ao movimento social no território local. Estrategicamente nos aproximamos inicialmente da CPT para conhecer o trabalho e a relação existentes entre eles e o movimento social de base, e depois participando de reuniões nas comunidades rurais e do próprio movimento e ainda nas associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais fomos nos apropriando das questões e criando um elo de amizade e parceria que nos permitiu a aproximação desse público de atuação, além de descobrir que a Emater/PA, neste território, em tempos anteriores esteve a serviço do grande capital, em outro termo, a assistência técnica na elaboração de projetos e acompanhamento das grandes fazendas agropecuárias era feita pela Emater, por isso, aos olhos do movimento social estávamos "do outro lado", conforme costumeiramente se referiam a alguns órgãos públicos e instituições.

Aquele fato nos relaciona à trajetória da pesquisa, pois foi a partir dali que tivemos a curiosidade de nos aprofundar nos elementos que constituem o território de dimensões amplas, na busca de refletir sobre a participação de cada um dos atores ali presentes que participam da construção e reconstrução das relações de poder e das lógicas de apropriação do espaço. Desse percurso resultou um estímulo ao ingresso no mestrado e o desenvolvimento de um projeto de pesquisa cujos dados analiso nesta dissertação que foi organizada em quatro capítulos. Passamos a apresenta-los:

No primeiro capítulo abordamos os elementos constituintes da problemática de pesquisa identificados à luz da realidade presente no território, fazendo uma breve análise dos problemas que abrangem as dimensões social, ambiental, econômica e política. Nesse sentido indicamos a existência de uma polarização onde o sistema da dominação eleva à luta de classes que se perpetua a partir das injustiças praticadas no meio rural que se materializam na resistência e conflitos da classe dos trabalhadores rurais, posseiros e assentados da reforma agrária. Apresentamos

ainda, como exemplo, dois elementos que constituem a pauta de resistência na atualidade por parte do movimento social, que são a soja e a mineração em processo de implantação no território. Na sequência delimitamos o objeto da pesquisa, os objetivos a que nos propomos, os procedimentos metodológicos descrevendo os caminhos que seguimos para elucidação e abordagens sobre o objeto de pesquisa, além do referencial teórico que norteia as reflexões sobre a resistência, o conflito e a mobilização de atores ligados ao meio rural. Escolhemos para essa reflexão, autores de axiomática comum que abordam a luta de classes pautada na relação capital, Estado e classe trabalhadora, postulados da concepção marxistas sobre a exploração da força de trabalho.

No segundo capítulo trazemos em sequência cronológica a dinâmica de constituição do território da pesquisa. Apresentando a composição do espaço geográfico do município de Conceição do Araguaia, desde a chegada da frente eclesial com Frei Gil de Vila Nova em 1897 com a catequização indígena, a migração dos tropeiros em busca de pasto para a criação de bovinos, ao rápido ciclo de exploração da borracha com a descoberta do caucho, ocorrido entre as décadas de 1900 a 1912, trazendo ao território o sistema de aviamento, modalidade de exploração de mão de obra escravizada, e inserindo novos elementos na formação do território com a migração de trabalhadores que, com a queda da borracha, aqui permaneceram originando um campesinato no território. O início da grilagem das terras e a formação do latifúndio com a mercantilização das terras até a implantação dos projetos desenvolvimentistas com a instalação das grandes empresas agropecuárias (nacionais e internacionais) através do Programa de instalação de polos de desenvolvimento econômico na Amazônia (POLAMAZÔNIA), na década de 1970, inserindo o município de Conceição do Araguaia no contexto nacional, finalizando com o início da resistência dos posseiros ao processo de expropriação de suas terras.

No terceiro capítulo abordamos diretamente os conflitos que se formaram a partir da movimentação desses atores no território, o crescimento do movimento social através da luta por permanência na terra e contra as injustiças sofridas, tanto por parte do latifúndio quanto por parte do Estado ao longo do processo, e ainda pela retomada do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais das mãos do pelego Bertoldo Siqueira, grileiro, empossado arbitrariamente como presidente do Sindicato pela ditadura militar. Apresentamos ainda um adendo sobre o importante papel

desenvolvido pela igreja católica em apoio aos resistentes através do Movimento eclesial de base (MEB) e da CPT, tendo como consequência disto a perseguição aos eclesiais. E finalmente, a quebra parcial da lógica hegemônica de desenvolvimento do território, com a ocupação e retomada das grandes fazendas agropecuárias. Para isso, abordamos o processo de reforma agrária no país e na Amazônia como forma de subsidiar e contextualizar a discussão. Abordamos ainda a quebra também, da hegemonia política, com a eleição de um ativista do movimento social de base à prefeitura dominada a décadas pela oligarquia que se perpetuava no poder local. Nesse aspecto, apresentamos ainda os avanços do movimento social com os encaminhamentos dados à novas demandas, como por exemplo, as estratégias em face das alternativas de sistemas produtivos e de comercialização implantados experimentalmente, em contraposição aos modelos convencionais impostos pelo Estado e ainda a questão ambiental que permeia todo esse processo.

O quarto capítulo apresentamos a trajetória das mulheres camponesas com suas demandas surgidas em meio à pauta da luta pela terra; dentre essas, a demanda por educação e empoderamento feminino, a ascensão do movimento de mulheres camponesas no território e a atuação em rede, que as elevou às articulações internacionais. Também as alternativas encontradas pelas mulheres aos sistemas de produção e comercialização da produção rural.

Finalizamos tecendo algumas considerações sobre as reflexões que se impunham como resultados da pesquisa e que apontam significativos avanços do território, graças à coesão e envolvimento do movimento social na resistência ao modelo de desenvolvimento imposto. Esse modelo não contempla as demandas internas e cerceiam a política de governança territorial em ampla dimensão, trazendo inevitavelmente o conflito social, discutido no aporte teórico. Aponta ainda para uma reestruturação do movimento social frente aos novos desafios impostos pela conjuntura social e política atual, e ainda pelas novas bandeiras de luta rumo ao desenvolvimento territorial sustentável.

1. PROBLEMÁTICA, JUSTIFICATIVA, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO

A formação histórica do território, local da pesquisa, enfoca o processo de desequilíbrio socioambiental, econômico e também político presentes tanto no meio rural quanto urbano, pelo qual passa esse território em redesenvolvimento² (Teisserenc, 2016). Fator motivado principalmente pelos arranjos produtivos focados na exploração desordenada dos recursos naturais por forças hegemônicas que visam no contexto do desenvolvimento do território, apenas a dimensão econômica, ignorando a presença dos outros agentes e elementos que configuram as demandas para o desenvolvimento sustentável equitativo, baseado nos princípios de governança territorial. Nessa lógica, os atores constroem suas relações interagindo no e pelo território, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada.

O modelo de desenvolvimento que não leva em conta os atores do território, traz consigo o conflito social, movido pelas forças de resistência que ganham voz e institucionalizam-se, apropriando – se do discurso nos espaços de decisão, através de estratégias oportunizadas por momentos políticos ou por mobilização, surgindo no contexto das dinâmicas territoriais novos atores em disputa por justiça e poder. Cabe elencar que neste território estudado os elementos propulsores da resistência caracterizam-se pela expropriação de terras, trabalho escravo ou análogo, sistema de aviamento, atravessadores, dentre outros.

Ao analisar a dinâmica de ocupação do território no município de Conceição do Araguaia, na perspectiva do redesenvolvimento, tem-se diversos desafios impostos pelas lógicas de organização que se formaram a partir da movimentação dos atores e das disputas que se travam tanto em termos de espaço físico quanto em relação aos espaços de poder simbólico (Bourdieu, 1989). Dentro dessa abordagem se instala a problemática da pesquisa que busca analisar a constituição, trajetória e atuação dos atores neste território geográfico, na tentativa de compreender e refletir sobre a polarização que incide na luta de classes existente, abordando os movimentos sociais

² A perspectiva teórica sobre redesenvolvimento, aqui abordada, remete aos ciclos econômicos pelo qual passa o território da pesquisa: da borracha, no início do século XX, das grandes fazendas agropecuárias na década de 70 e mais recente a soja e mineração. Todos esses ciclos, excetuando o atual, pautados no desenvolvimento econômico, tiveram seus ápices culminando em grandes transformações socioambientais no município.

que levam como bandeira de luta o direito à terra, acesso a serviços públicos, educação e saúde, produção e verticalização sustentável; assim como a sua relação com os mais diversos atores e seguimentos; tendo – se nessa observação e análise fatores intrínsecos à materialização e a reorganização socioeconômica, política e ambiental do território; passo este, fundamental ao desenvolvimento territorial sustentável.

Nesse aspecto apontamos que uma análise sobre a participação dos atores nos espaços de deliberação oportuniza compreender os elementos que constituem as discussões sobre as bandeiras de luta e de articulação das relações entre si, possibilitando compreender os avanços e entraves multidimensionais das demandas no território. Importante ainda, identificar o espaço em que ocorrem as mobilizações às deliberações, principalmente direcionadas ao poder político, montando – se um referencial de partida para a abordagem dos problemas postos, além das perspectivas quanto ao desenvolvimento territorial, obtendo – se um panorama da capacidade de mobilização de cada ator ali representado.

Abordamos ainda como importante fator de análise na problemática, as formas de mobilização dos atores no território. Dada que essa abordagem permite identificar os núcleos de centralização de poder que fornecem elementos à governança territorial, à dimensão econômica, política ou de fortalecimento de um setor em detrimento de outros. Nesse aspecto, uma discussão muito atual mobiliza os atores do território em torno da implantação de mais um projeto desenvolvimentista. A discussão tem mobilizado grupos organizados e instituições tais como: CPT; Universidade Estadual (UEPA); Federação dos Trabalhadores da agricultura (FETAGRI), Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras (STTR), Associações de agricultores atingidos, Liga dos camponeses pobres, dentre outros; tendo como pauta a exploração do solo rural do município, pela mineradora Horizonte minerals, conforme noticiado amplamente pela mídia em nível Estadual³ e local. Conforme constatei através dos dados levantados, o modelo neodesenvolvimentista (Almeida, 2012) avança progressiva e estrategicamente no território rural deste município. Temse a iminente instalação da mineradora e, não obstante, o Projeto Soja que avança aos poucos em diversas propriedades rurais. Esses são fatores que preocupam os

³ Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/2015/01/20/projeto-de-exploracao-de-niquel-e-apresentado-em-conceicao-do-araguaia-durante-audiencia-publica

movimentos e atores sociais do campo, pois historicamente, a luta pela terra, neste território geográfico, continua sendo geradora de conflitos, ainda que com saldo positivo para o movimento social como a quebra da hegemonia das grandes fazendas agropecuárias, ali instaladas nas décadas de 1970 e 1980, transformadas em área de assentamentos agrários, mas que atualmente é ameaçada pelo mesmo modelo de desenvolvimento do capital, se revelando em estratégia diferente. Nesse aspecto, atualmente em duas frentes de apossamento da terra, apropriando-se das áreas, inclusive de assentamento agrário, para exploração minerária e plantação de soja.

Notadamente, a ausência do poder público local nos espaços de mobilização dos atores que constituem a resistências aos projetos de exploração, pode indicar que o apoio dado pelo Estado, ao modelo econômico de desenvolvimento do município, tende ao favorecimento do grande capital. Uma evidência que leva à essa análise é a presença do poder público municipal nos espaços de divulgação desses empreendimentos (escolas públicas, câmara municipal, conselhos, comunidades) e o apoio dado aos projetos desenvolvimentistas, sob o discurso de desenvolvimento do município com geração de emprego e renda. O mesmo apoio tem sido observado nos níveis de poder estadual e federal com a legalização oficial dos empreendimentos em áreas de reforma agrária, e aprovação do EIA/RIMA⁴, ignorando que a destinação final dos resíduos tenha como depósito o rio Arraias, um dos principais rios da região, que serve como fonte de alimentação e apoio à produção para as comunidades rurais, favorecendo assim, a exploração minerária, o que fatalmente culminará com a expropriação dos agricultores nas áreas mapeadas, sobrepostas aos assentamentos. Assim, a área destinada à reforma agrária, concedida aos agricultores em ato institucional⁵ está sendo autorizada, também oficialmente, para empreendimento

⁴ Estudo de impactos ambientais e Relatório de impactos ambientais. Documentos legais exigidos pelos Órgãos ambientais para licenciamento de atividade que gerem impacto ao meio ambiente, conforme Resolução CONAMA, nº 01/86.

Embora a criação dos assentamentos tenha sido fruto das diversas lutas e ocupações promovidas pelos agricultores, nesse trecho usa-se o termo "concessão" em referência aos procedimentos legais encaminhados pelo órgão responsável a fim de legalizar a permanência do agricultor no lote. Ao criar o Assentamento agrário, o INCRA oficializa documentalmente a posse da terra através de dois instrumentos. A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso à terra. O **Contrato de Concessão de Uso** (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do governo federal. O **título de domínio** é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de

particular de exploração minerária. Observa-se também que a postura adotada por outras instituições governamentais que trabalham diretamente com os segmentos do campo, como atores inseridos no contexto do desenvolvimento territorial, nesses momentos, mantem-se afastados dos processo de discussão. Em exceção, cumpre ao INCRA realizar as reuniões de conciliação entre a mineradora e os assentados.

1.1. Sobre soja, mineração e a agricultura familiar no município

O fenômeno do desflorestamento apontado por Violeta Refkalefsky Loureiro (2010), ocorrido na Amazônia desde a primeira metade do século XX até meados dos anos 90, com a exploração madeireira, em Conceição do Araguaia foi providencial à expansão da pecuária extensiva e ainda da agricultura capitalizada (Becker, 2002), representada atualmente pela soja que adentra a região sul do Pará e o território a partir do estado do Mato Grosso, ocupando áreas de cerrados, de pastagens e realizando também o desflorestamento.

Conforme dados apresentados por Silva e Miranda (2017) o município da pesquisa figura entre os que despontam na produção consolidada, juntamente com Dom Eliseu, Floresta do Araguaia, Paragominas, Redenção, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia e Ulianópolis, municípios da mesorregião do sudeste paraense, operando desde 2000, obtida em 188.799 ha de área plantada em 2014. Essa produção tem parte destinada à geração de commodities com a exportação, à produção de ração e de biocombustível.

Cabe ressaltar que no bioma amazônico, embora existindo a moratória da soja⁶ restringindo a produção somente às áreas degradadas, (ação impulsionada por pressão dos movimentos sociais) o que se tem visto é o avanço na produção de soja principalmente nesta região sul paraense. Na conjuntura, os atores são quase sempre os mesmo que buscam reproduzir a lógica de produção capitalista em detrimento dos

concessão de uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais. Disponível em www.incra.gov.br/titulação

⁶ A moratória da soja consta do pacto ambiental realizado entre entidades representativas dos produtores de soja no Brasil, ONGs ambientais e o governo federal, normatizando a produção na região amazônica, com vista à adoção de medidas contra o desmatamento da Amazônia. Esse pacto foi oficializado em de 24 de julho de 2006. Fonte: www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/

atores locais com seus costumes e modos de produção endógenos. Ao passo que, mesmo com todo o discurso argumentativo sobre sustentabilidade, é possível identificar a partir de uma análise mais aprofundada da realidade, que há priorização do desenvolvimento econômico com o avanço estratégico do capital na Amazônia. Além de que os impactos ambientais da produção em sistema de monocultivo, favorecem ainda mais a degradação do solo e a incidência de pragas; promovem alteração da paisagem natural com a supressão das espécies nativas e dos microrganismos naturais presentes na biodiversidade. E ainda, o uso de agrotóxicos, comuns na cultura industrial, extermina comunidades inteiras de insetos polinizadores naturais.

Como tática de acesso às terras os investidores recorrem ao sistema de arrendamento ou compra das terras e pequenas propriedades rurais, como forma de atrelar o agricultor familiar ao modelo de produção capitalista. Esse passa a trabalhar para o grande empresário contrariando a lógica de produção familiar, o que fatalmente reflete na falta de alimentos para o sustento das famílias. O alimento consumido pela família passa a ser adquirido na cidade, desta forma transformando o agricultor familiar em trabalhador rural, acendendo um alerta sobre a possibilidade de retrocesso ao antigo modelo de concentração de terras no município. Além disto, as práticas culturais de preservação dos recursos naturais, não são respeitadas pelo agronegócio. Esse cenário é ricamente sintetizado por Domingues e Bermann (2012) neste trecho:

Em relação aos impactos sociais, observa-se o deslocamento de populações das áreas rurais das regiões de expansão da fronteira agrícola para as grandes cidades devido à introdução da monocultura da soja por meio da mecanização, uso de fertilizantes e sementes melhoradas geneticamente, além de expansão de grandes propriedades de terra. As grandes empresas ocupam espaços no campo antes ocupado por culturas familiares diversificadas, reduzindo o emprego no campo e a capacidade de produção de alimentos tradicionais, comprometendo a segurança alimentar da população (p. 03).

Tais fatores atualmente presentes no cenário rural neste território, evidenciam também a problemática da produção de alimentos. Pois além da soja, é influenciada

pelo o comércio e o arrendamento de terras e ainda pelo problema dos solos lixiviados e inférteis devido às formas agressivas de manejo.

Outra ameaça aos projetos pelos quais os movimentos sociais lutam no território está expansão da mineração. Conforme abordado suscintamente em informações anteriores, já instalou-se no território local, conforme figura (01) a seguir, a mineradora Horizonte minerals, cujo espaço a ser explorado se sobrepõe aos espaços ocupados pelos agricultores familiares assentados da reforma agrária. O movimento social, que tem acompanhado a implantação de mineradoras em outros municípios da região, conhecendo as estratégias dessas empresas, sabe que a expropriação dos agricultores de seus lotes, será o inevitável. As negociações entre assentados e o empreendimento já foram iniciadas tendo o Instituto nacional de colonização e reforma agrária (INCRA) como mediador, contudo, seguindo a lógica de outras regiões⁷, as estratégias correm no ritmo de desvalorização do patrimônio e das terras dos assentados. Para isso a empresa utiliza-se, em muitas das vezes, da ingenuidade do agricultor para ludibriá-lo com promessas de melhoria de vida prospecto na indenização a ser recebida. Essa é só uma dentre as inúmeras formas de convencimento utilizadas pelo empreendedor para expropriar o agricultor.

⁷ Processos semelhantes ocorrem simultaneamente nos município de Ourilândia do Norte e Canaã dos Carajás, ambos situados na região Sul e Sudeste paraense.

Figura 01: Localização estratégica do projeto Araguaia Minerals, situado no triangulo Conceição-Floresta e Ourilândia do Norte, interligados pelas rodovias estaduais PA 287, 279, 449 e BR 158 por onde será escoado o produto.

Fonte: Site Empresa Horizonte Minerals (Maio/2017)

De origem inglesa, a empresa oficialmente instalada no município, conforme informações e dados do projeto, disponíveis em site próprio, apresenta –se como uma forma de alavancar a sustentabilidade socioeconômica do território. Contudo, nesse mesmo documento, apresenta com clareza as intenções e estratégias do modelo de exploração, dispõe:

"O Projeto possui boa infraestrutura regional incluindo uma rede de rodovias e estradas federais, com acesso à energia hidro elétrica de baixo custo (grifo nosso). O Distrito Mineral de Carajás, situado aproximadamente 200km a noroeste do Projeto, é composto de diversas grandes minas de ferro e cobre operadas pela grande mineradora Vale SA. O PFS considera lavra a céu aberto para a exploração do níquel laterítico para estabelecer a produção de minério bruto (run of mine - ROM) a partir de oito cavas a céu aberto visando fornecer 0,9 milhões de toneladas por ano (Mt/a) de minério para uma instalação de processamento e fundição. Esta instalação utilizará o

comprovado processo RKEF com o produto sendo vendido "livre a bordo" (grifo nosso) (free on board — FOB) no porto de exportação selecionado. Uma produção básica de 0,9 Mt/a foi selecionada devido ao objetivo da empresa de minimizar as despesas de capital e a intensidade geral de capital, e de otimizar o fluxo de caixa, retorno, e os resultados econômicos do Projeto. Existe a oportunidade de aumentar a produção sujeito a mais engenharia e existe o potencial de aumentar a base reserva de minério". (Prefeasibility Study for the Araguaia Nickel Project, 2016, p. 25)

As informações acima confirmam as reflexões de pesquisadores que se dedicam a estudar sobre as estratégias de expansão do capital na apropriação do território amazônico, visando exploração de recursos naturais e da força de trabalho a baixo custo. Conforme constam nos objetivos da empresa a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento social das populações atingidas são prioridade para tratamento imediato, reforçando que "A comunidade continua a mostrar um forte interesse pelo avanço do empreendimento, que é percebido como um projeto econômico e social chave para a região, onde o salário médio é baixo", (... Study for the Araguaia Nickel Project, 2016, p. 419) declarando o "aceite da população ao projeto, como uma opção de crescimento do território. Embora a empresa forneça dados concisos sobre aspectos ambientais da região atingida, analisando o RIMA8 não foi possível constatar ações efetivamente concretas no sentido de mitigação dos impactos socioambientais. Nas entrelinhas do projeto (grifo) há o destaque também para a comercialização in natura, significando que o minério a ser extraído seguirá livre de impostos, protegido pela lei complementar n. 87 de 13 de setembro de 1996 (lei Kandir)⁹ e ainda receberá subsídios do Estado na energia a ser utilizada.

Relatório de impactos ambientais. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/RIMA_Projeto_araguaia_20012015.pdf

⁹ A Lei Kandir regulamentou a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Feita pelo então ministro do Planejamento Antônio Kandir, transformou-se na Lei Complementar 87/96, que já foi alterada por várias outras leis complementares. Uma das normas da Lei Kandir é a isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Por esse motivo, a lei sempre provocou polêmica entre os governadores de estados exportadores, que alegam perda de arrecadação devido à isenção do imposto nesses produtos. Até 2003, a Lei Kandir garantiu aos estados o repasse de valores a título de compensação pelas perdas decorrentes da isenção de ICMS, mas, a partir de 2004, a Lei Complementar 115 – uma das que alterou essa legislação –, embora mantendo o direito de repasse, deixou de fixar o valor. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano com o Executivo o montante a ser repassado, orçamento recursos alocados no geral da União. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm

Outro aspecto relacionado à localização do Projeto, analisado a partir os mapas apresentados no Relatório de Impactos ambientais (RIMA), as explorações incidirão também sobre os sítios arqueológicos existentes no município, catalogados e preservados até o momento. Embora esses fatores não sejam de relevância para a Empresa mineradora, que segue o processo de obtenção da licença de operação, que conforme demostrado, (quadro 01) está em fase de encerramento.

Quadro 01 – Licenciamento de operação projeto Horizonte Minerals

L	Licença de Exploração	✓	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) concede os direitos de exploração mineral
		1	Empresa prepara a licença de exploração
		1	Agência Ambiental Estadual (SEMAS) aprova a licença de exploração
	Avaliação de Impactos Sociais e Ambientais	1	Empresa solicita formalmente a Licença de mineração Preliminar (LP)
		1	Agência Ambiental Estadual publica a solicitação da LP
		1	Empresa completa a coleta de dados linha base de um ano completo
A		1	Empresa finaliza e submete a Avaliação de Impactos Sociais e Ambientais
А	Audiência Pública	√	Audiência Pública é realizada em uma comunidade local para discutir a Avaliação de Impactos Sociais e Ambientais da mina
		1	Empresa apresenta a documentação da Audiência Pública para a Agência Ambiental Estadual
A	Aprovação da Licença Preliminar (LP)	1	Visita ao local com a equipe técnica da Agência Ambiental Estadual
		✓	Conselho deliberativo da Agência Ambiental Estadual se reúne para aprovar a Licença de mineração Preliminar (LP)
S. 		1	Aprovação formal e publicação da Licença de mineração Preliminar (LP)
	Aprovação da Licença de Instalação (LI)		Empresa formalmente solicita a Licença de Instalação (LI) da mina
A			Agência Ambiental Estadual publica a solicitação da LI
7133		•	Empresa prepara planos de controle ambiental e outras licenças de acordo com as obrigações estabelecidas na Licença Preliminar
		٠	Agência Ambiental Estadual analisa e aprova a Licença de Instalação (LI) da mina

Fonte: Site da Empresa Horizonte Minerals (Maio/2017)

Congilio (2014) ao analisar o mesmo contexto apresentado acima, em pesquisa realizada na Região Sudeste do estado do Pará, sobre os projetos de mineração que se instalam na Amazônia, aponta as responsabilidades do Estado em atrair para a região projetos desenvolvimentistas, cujo único interesse está na exploração econômica dos recursos do território, incluindo aí a força de trabalho, "travestidos no apelo de progresso", destaca:

Os deslocamentos das empresas, apoiados por ações indutoras do Estado, resultaram na região em formas diferenciadas de exploração dos recursos naturais em múltiplos aspectos. Essa segmentação articula-se plenamente com os interesses dos grandes conglomerados empresariais, representados pelas políticas de acumulação contemporâneas. E resultam em impactos sociais enormes, especialmente na composição dos núcleos urbanos do sudeste paraense, que nos últimos anos tem se caracterizado por um grande crescimento em todos os setores de produção, públicos e privados compondo uma rede diversificada de atividades industriais, agropecuárias, extrativistas, de serviços e de infraestrutura que perpassam setores estratégicos em praticamente toda a cadeia produtiva. (CONGILIO, 2004, p. 195)

As questões abordadas em relação ao agronegócio e a mineração trazem a instabilidade ao território, despertando nos movimentos sociais a incerteza sobre os impactos socioambientais e ainda sobre os caminhos a serem percorridos no sentido de proteger a identidade construída nesse território, em grande parte, fruto da resistência. As negociações se voltam para o poder local, cuja solução está nos possíveis acordos políticos. Fatores atuais que remontam ao ambiente polarizado desde tempos remotos, que estão mais uma vez fomentados no território local da pesquisa, de um lado os atores sociais (individuais e coletivos), do outro o Estado (representado pelo poder público local, estadual e federal), o agronegócio e a mineração. A população divide opiniões onde parte acredita no desenvolvimento divulgado e parte compreendendo que estes são mais uns dos projetos exploradores do território.

A força para resistir à questão abordada pode estar relacionada ao nível organizacional dos segmentos representativos dos sujeitos no território, ou os movimentos sociais. Apesar de que atualmente venham passando por um processo de fragilização desde que suas lideranças tem sido envolvidas em grupos político-partidários, podendo ocorrer a cooptação, fator que causa, dentre outros problemas, dispersão no movimento. Tal fenômeno pode ser observado a cada período de eleição do poder público em qualquer das instâncias. Cabendo compreender nesse sentido quais estratégias podem ser provocadoras de mudanças como matéria de discussão e aprimoramento da militância dos sujeitos a fim de minimizar a inconstância na governabilidade dos grupos formais e informais.

Nesse sentido aponta-se que algumas ações já tem sido realizadas para minimizar a interferência político-partidária e a instabilidade causada por ela. Dentre

as ações destaca-se as capacitações realizadas pelos movimentos de base com o tema "formação de lideranças de movimentos sociais", organizadas pela Federação dos trabalhadores da agricultura (FETAGRI) sul do Pará em parceria com a EMATER/PA, cujos temas trabalhados abordam a formação e conjuntura política, organização contábil dos movimentos sociais, políticas públicas e estratégias de resistência frente às políticas de desmobilização. Cabe referenciar ainda que tal estratégia de formação é ofertada aos movimentos sociais do campo que estão em constante mobilização frente ao avanço do capital, e mobilização de forças para reivindicações e negociação de suas demandas junto ao Estado. Embora haja a tendência de ser um aspecto intrínseco a qualquer organização social, compreendese a necessidade de análise desse ponto, posto que pode influenciar na organização de qualquer projeto que demande parceria entre os atores, a fim de que a correlação de força seja equilibrada frente ao desenvolvimento do território e ainda que as bandeiras de luta pela governança sejam o principal fator mobilizador dos atores.

Ainda no contexto de análise da problemática, incluímos a dinâmica socioeconômica no meio urbano que foi constituída seguindo o modelo de apropriação do território pelos meios exploratórios. Tendo-se, a exemplo disto, a comercialização da produção agropecuária familiar centrada na figura do atravessador¹⁰, elemento que, visando interesses particulares, organiza e determina os preços na verticalização da cadeia produtiva dos Assentamentos e comunidades rurais. Embora os movimentos sociais de resistência já tenham avançado com a criação da Cooperativa mista de pequenos agricultores do Araguaia (COPAG), e superado alguns dos trâmites burocráticos¹¹ para participarem das Chamadas públicas de comercialização para a merenda escolar através da política pública do Programa nacional de alimentação escolar (PNAE), tendo como articulador com o poder público local e mediador da negociação entre as partes, a Emater/PA. O bojo da lei nº 11.947 estabelece que o mínimo de 30% do total dos recursos repassados pelo governo

_

¹º Comerciantes que negociam a produção primária com o produtor, pagando valor abaixo do mercado, aproveitando-se da situação do agricultor que, por motivos diversos não tem como escoar e comercializar seu produto.

¹¹ Para participar do processo licitatório, junto às prefeituras, há exigência normatizada de que os produtos devem obedecer à regularidade no fornecimento, e ainda normas de processamento, armazenamento e conservação exigidos nas boas práticas de fabricação (BPF) em acordo com as normas de vigilância sanitária.

federal, deve ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios advindos da produção familiar.

A evidência nas relações comerciais, onde o atravessador é o principal articulador desse processo, está posta no espaço físico da feira coberta, construída pelo poder público municipal para a comercialização da produção de hortifrutigranjeiros do cinturão verde, além de outros alimentos cultivados no meio rural do município; espaço este dominado pelos atravessadores que utilizam como estratégia a desvalorização dos produtos, pagando um preço abaixo do mercado e revendendo com valor superfaturado. Segundo a direção do STTR, a situação é sustentada pelo apadrinhamento político e pelas alianças partidárias que acabam por favorecer o modelo econômico em tela. Contudo, corroborando o entendimento de Becker (2003), de que a fronteira não é um limite, mas um espaço social e político que pode ser definido como potencialmente gerador de realidades novas e de conflitos que originam mudanças estruturais com formas diferenciadas de uso do território, compreende-se que o território absorva os desafios como fonte de crescimento e empoderamento dos atores.

Não menos importante como eixo da problemática, trazemos como ponto de discussão ainda a questão ambiental no território abordado, pautando aqui a adequação às exigências legais impostas pelo Código florestal brasileiro¹². A problemática ambiental analisada de forma mais ampla coloca o território em situação de vulnerabilidade, posto que os embargos forçados pelas leis ambientais, inviabilizam alguns setores da economia, que nos municípios da região sul do Pará, tem como atividade principal, a pecuária, caso o município não atinja o percentual de Cadastro ambiental (CAR) da propriedades rurais, atribuídos pelo Termo de ajustamento de conduta (TAC) da pecuária¹³. As formas predatórias de apropriação e

Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Em www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

¹³ Em 1º de junho de 2009, Ministério Público Federal (MPF) e Ibama entraram na Justiça Federal com ações contra produtores e empresas acusadas pelo desmatamento de 157 mil hectares no Pará, área equivalente ao município de São Paulo. As ações pediam indenização de R\$ 2 bilhões aos pecuaristas, por desmatamento ilegal, e aos frigoríficos, por comprarem gado proveniente dessas áreas. Paralelamente, o MPF encaminhou a 69 clientes desses frigoríficos recomendações para que não adquirissem seus produtos, a fim de evitar o incentivo à cadeia produtiva associada ao desmatamento

de exploração dos recursos naturais ao longo do processo de colonização do território em tese, o coloca na rota do desmatamento, obrigando assim os agricultores a adequarem suas propriedades a legislação exigindo-se nos termos da lei, 80% de cobertura vegetal. Embora a paisagem atual, após anos de exploração, figure como área de cerrado. A situação se traduz como oportunidade de trazer ao debate a ambientalização, pois surge como possibilidade de discussão e pactuação de normas para uso dos recursos naturais do território, permitindo ao atores construírem as relações que definirão novos horizontes, pois de acordo com Teisserenc (2010) a questão da ambientalização deve ser abordada [...] "não somente quanto à maneira de pensar o mundo e seu futuro, mas também quanto à maneira de gerir os recursos que este mundo encerra e cuja exploração permite aos homens viver e se dar um futuro comum" (p. 02).

Tratando ainda a questão ambiental, outra importante constatação é que os assentamentos agrários desta região foram constituídos em áreas, no geral, já bastante cansadas e antropizadas devido às práticas inadequadas de manejo e a pecuária extensiva, herança das grandes fazendas agropecuárias instaladas no período desenvolvimentista na década de 70 que faziam a derrubada da cobertura florestal para implantação de pastos. Essa lógica de exploração da terra para formação das fazendas agropecuárias é confirmada por Afonso (2016), conforme relato abaixo.

ilegal e ao trabalho escravo na região. Por meio do chamado "TAC da Carne", os frigoríficos assumiram o compromisso de comprar gado apenas de fazendas regularizadas do ponto de vista ambiental e sem problemas com trabalho escravo. Para poder vender aos frigoríficos, dos produtores foi exigido que tivessem seus imóveis rurais incluídos no Cadastro Ambiental Rural, tivessem planos de regularização de áreas degradadas aprovados, fizessem o licenciamento ambiental de suas atividades e respeitassem a legislação trabalhista. O governo do Pará e os municípios assumiram o compromisso de acelerar a adoção de políticas públicas para reduzir o desmatamento e modernizar a cadeia produtiva da agropecuária. Pelo compromisso assinado com o MPF, cabe ao governo estadual estruturar um cadastro informatizado das propriedades rurais, implantar a Guia de Trânsito Animal Eletrônica, contratar auditoria para avaliar o cumprimento do disposto nos acordos assinados pelos frigoríficos, entre outras medidas. Já os municípios foram chamados pelo MPF a assinar termos de compromisso, por meio dos quais se concordam em celebrar pactos locais contra o desmatamento ilegal, firmados pela prefeitura, associações de produtores e trabalhadores rurais e entidades da sociedade civil. Segundo esses compromissos, os municípios paraenses devem ainda implantar uma estrutura mínima de gestão ambiental rural, capaz de monitorar e fiscalizar o desmatamento no âmbito de seus territórios. Fonte: www.prpa.mpf.mp.br/.../tac-da-pecuária. Sobre o assunto ver também Teixeira Junior, T. Fazendo as pazes com a natureza? Estudo sobre a implantação do projeto Municípios verdes em Paragominas-PA, 2017.

No ano de 1977, meu pai e demais parentes migraram para o município de Conceição do Araguaia, sul do Pará. Em Conceição, os primeiros anos foram difíceis. A busca de trabalho nas fazendas levou os dois irmãos mais velhos juntamente com outros parentes, a serem vítimas do trabalho escravo contemporâneo. O fazendeiro se negou a pagálos após mais de 200 dias trabalhados na derrubada de floresta para a implantação do capim para o gado. (pag. 14)

Retomando a questão central a evidenciar, ao realizar a derrubada, o solo ficava descoberto para a semeadura do capim. De sorte que, com a criação do gado a pasto, necessitava, a medida da demanda do rebanho, abertura de novas áreas. Sendo as áreas já utilizadas, recuperadas com a técnica rudimentar de queimada. Entre sucessivas exposições do meio ambiente ao modelo produtivo, restou a degradação do solo. Sendo esse o cenário existente em diversas fazendas, quando da retomada pelo campesinato a partir da segunda metade da década de 1980.

Desta forma, atualmente, juntando-se à assistência técnica (ofertada precariamente pelo estado e por empresas particulares) incipiente e as práticas rudimentares de manejo do solo, praticadas pelos agricultores (a roça de toco e a queimada¹⁴ ainda são práticas bem presentes nesta realidade) tem-se um cenário de baixa produtividade agropecuária e pouca diversificação na produção, refletindo na economia do município que tem no setor primário uma das fonte de recurso. Ademais, os outros fatores ora citados, como mineração e a cultura industrial da soja (subsidiadas pela lei Kandir), somados a pecuária extensiva¹⁵ ou bovinocultura a pasto, sem tecnologia apropriada, continuando o processo de degradação do solo, permitem uma apreciação das características multidimensionais que se constituem desafios para o território. Nos impõem à reflexão de que tal quadro requer adequação das práticas de produção, cujo resultado poderá se refletir no aumento da produção de alimentos e da renda para as famílias, melhorando as condições socioeconômicas da população. Em suma, esses fatores, além de outros já delimitados, constituem a pauta dos desafios e enfrentamentos assumidos pelo movimento social pela coletividade.

¹⁴ Embora do ponto de vista socioeconômico há quem defenda a viabilidade dessa prática em função do baixo custo, do ponto de vista técnico agronômico, a prática de queimada extermina os microrganismos responsáveis pela decomposição dos nutrientes expostos promovendo a degeneração gradativa do solo, provocando ainda a compactação e desencadeando o processo de erosão.

-

¹⁵ Possível atribuição às origens dos beneficiários da reforma agrária que em grande parte originaramse de vaqueiros e trabalhadores das grandes fazendas, onde a pecuária era a principal ou única atividade de exploração.

1.2. A justificativa

Conforme as questões abordadas acima, nesse espaço polarizado e de conflito, onde de um lado, com apoio do Estado, estão interesses econômicos de exploração do território, e de outro, movimentos sociais que ali percebem seu território constituído pelos saberes endógenos, procurando construir uma lógica de produção e de sobrevivência que efetivamente contribua no sentido do crescimento do território em ampla dimensão, melhorando as condições socioeconômicas da população, é que se pauta a análise do ponto de vista científico. Analisando também dos atores inseridos na construção desse espaço que representa os interesses da população local, que dependendo das estratégias encaminhadas pelos atores, poderá ou não conduzi-lo aos alicerces do poder pela governança territorial (Teisserenc, 2014). Segue-se portanto, como desafio da problemática do estudo, compreender o fenômeno dos processos pelos quais perpassa a polarização existente entre os seguimentos de atores em disputa no passado e que refletem no futuro do território em pauta.

Entendendo que a construção de intervenções baseadas no desenvolvimento conservacionista ou endógeno (Becker, 2003) deve ser preocupação constante dos pesquisadores que aqui se lançam ao desafio de pensar, observar, analisar e produzir reflexões sobre o espaço dinâmico das interações que constroem e reconstroem a significação do território e de seus atores, impondo – se ao movimento reflexivo de construir uma visão holística sobre as dinâmicas territoriais que formam o tecido populacional da Amazônia em suas diversas dimensões e especificidades, é que nos propomos ao aprofundamento deste estudo objetivando compreender as relações existentes entre os atores e a luta de classe imbuída nessas relações.

1.3. O objeto e objetivos geral e específicos

Tem essa pesquisa, portanto, como objeto e fundamento a apreciação sobre a formas de mobilização dos atores que compõem este território constituído no município de Conceição do Araguaia; um território apropriado economicamente por atividades exploratórias de recursos naturais, onde foram sendo construídas as resistências tanto econômicas, quanto sociais e políticas, desde os anos 1970.

O período trazido para análise foi escolhido porque abrange três momentos considerados decisivos aos rumos do território: na primeira metade da década de 70 com a migração para o território de grandes empresas agropecuárias e de trabalhadores rurais em busca de terra, traz o conflito e a resistência pelos interesses sociais, ambientais e econômicos, divergindo principalmente nas formas de apropriação, quanto ao uso da terra e pelas lógicas de produção. Esse momento, gerado por interesses políticos de abertura de frente expansionista na Amazônia, obviamente não incluía no projeto de expansão, a acolhida de camponeses que chegavam das mais diversas partes do país, em busca de terra. Pereira (2013) ilustrando, relata que:

[...] esse período não só superou as estimativas dos planejadores oficiais, mas antecedeu às suas próprias ações. Famílias de diferentes estados brasileiros passaram a chegar num ritmo muito mais rápido do que as ações do INCRA nessa parte do território amazônico" (pag. 20).

Entretanto, na primeira metade da década de 80, os movimentos sociais se reergueram com apoio da Igreja católica, iniciando o processo de ocupação e retomada das terras ocupadas pelas grandes fazendas agropecuárias, redefinindo novamente a lógica de atuação e o agir do poder político, criando novas demandas de planejamento para o território e por fim, o atual momento com a instalação de novos empreendimentos econômicos, conforme já pincelado em trecho anterior.

Desta forma, dialogando teoricamente com os elementos conflituais responsáveis pelas bandeiras de lutas dos movimentos sociais e o choque de interesses, como parte indissociável da formação sócio política deste território, temse o objetivo de analisar à luz das teorias, as relações sociopolíticas e econômicas existentes na busca de desvelar os fatores que trazem à polarização de interesses. Nesse aspecto, enfatizar a atuação dos movimentos sociais em relação ao poder político local e as formas de apropriação dos recursos do território pelos meios externos de exploração e ainda identificar, descrever e analisar especificamente as relações políticas estabelecidas, bem como as demandas responsáveis pelo surgimento de novos atores.

Observa-se que o conflito de classes, evidenciado na relação dos movimentos sociais, da sociedade civil, do poder político e capital, traz para o território a

polarização não somente de interesses, mas também ideológica e de poder, responsáveis pelos avanços e retrocessos do território. Ao adentrar esse contexto tem-se o panorama dos fatores aí imbuídos, refletidos nas formas de vida e de condução das questões sócio territoriais por esses atores.

1.4. Procedimentos metodológicos

A execução da pesquisa assume o desdobramento metodológico de abordagem qualitativa. Buscando a interpretação dos fatos considerado na subjetividade, sendo portanto, mais eficaz para responder a uma questão em tese, conforme direcionamento dado ao estudo. Não significando que a objetividade na coleta dos dados e análise será de menor importância, pelo que reforça Laville e Dione (1999),

A objetividade se apresentará sempre como uma busca constante que tem a ver com a transparência do procedimento, o esforço de objetivação pelo qual são explicitadas, explicadas e justificadas cada uma das etapas transpostas, cada uma das decisões tomadas" (pag. 228).

Desta forma a busca por dados e informações nos diversos setores envolvidos direta e indiretamente na problemática fornece maior veracidade e consistência aos fatos analisados e às interpretações sobre estes.

Nesse sentido, o primeiro momento compreendeu a busca por conceitos e teorias que subsidiassem teoricamente a discussão e depois por elementos significativos que fornecessem dados de caracterização do território. Para isso recorremos à análise documental e bibliográfica, em busca de informações e construção dos referenciais teóricos para subsidiar a discussão, principalmente nas informações relacionadas à formação do território em estudo. A consulta incluiu, dentre as principais, obras de autores como Becker (2002, 1998,1993); Haesbaert (2004,1994); Hebette (2004); Loureiro (2010); Teisserenc (2016, 2010); Vaz (2013); Pereira (2013), Schmink e Wood (2012), Figueira (2008), Terense (2013) e Afonso (2006). Foram consultados documentos (atas, lista de frequência, ofícios, convites, fotografias, etc.) do STTR, do MMC e da COPAG. Para sistematização desta etapa, foi usado o método descritivo, cujo conceito de aplicabilidade se enquadra às

necessidades do objetivo. Gil (2002) define que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Esses documentos e escritos forneceram informações sobre as demandas dos movimentos sociais e o tratamento dado às questões demandadas pelos agricultores. Permitiu a observação sobre a relação existente com outras instituições externas que formam a rede de apoio aos movimentos sociais e ainda como os órgãos e instituições públicas, dentre eles, o poder público municipal. Contribuiu ainda para a construção da pesquisa, a nossa participação em uma reunião do Conselho municipal de saúde, duas (02) sessões na Câmara de vereadores e uma reunião no Conselho de desenvolvimento rural. Tais estratégias possibilitaram adentrar às discussões sobre o momento atual e o acesso a informações precisas relacionadas ao encaminhamento das políticas públicas pelo poder público municipal, bem como a inter-relação mantida como os outros níveis governamentais. Foi-nos, enquanto técnica da Emater/PA, facilitado o acesso aos dados e participação nos setores citados, acreditamos que pela relação pré existente, embora tenha esclarecido que estava ali como pesquisadora em busca de informações. Além desses procedimentos, entendemos como necessário a leitura de documentos em arquivos expedidos e recebidos da Emater/PA, cuja verificação se deu pela importância e também pela relação com os movimentos e instituições mantida pela empresa no município, desde sua instalação provocada em função da demanda das grandes empresas agropecuárias, na segunda metade da década de 70.

Em um segundo momento realizamos entrevistas parcialmente estruturadas. A primeira delas foi realizada com a atual presidente do STTR de Conceição do Araguaia, Sra. Gonçalina Alves. Essa entrevista teve como objetivo obter informações sobre a trajetória do movimento sindical e outras que direcionassem aos demais atores que, de alguma maneira, se relacionam com a pauta dos movimentos sociais, pois em observações anteriores constatamos a existência de uma rede de relações do movimento social, na qual o sindicato figura como articulador central. Outro fator que permitiu tomar o Sindicato dos trabalhadores como referência principal na pesquisa, foi a observação prévia da participação de seus membros em grupos simultâneos, ou seja, as lideranças articuladoras de outros grupos, de alguma forma tem participação no Sindicato. Observado e constatado isto durante a entrevista, foi

nos oportunizado o contato com líderes mais antigos, que figuraram como atores e grandes articuladores do movimento social no município, para os quais, utilizamos também a técnica de entrevista parcialmente estruturada, cuja intenção era direcionar o diálogo, mas sem tudo deixar a conversa restrita às perguntas chave. A estratégia corrobora Laville e Dione (1999) de que, [...] "sua flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores" [...] (pag. 189). As entrevistas foram realizadas como os líderes e/ou representantes dos seguintes órgão e instituições: Cooperativa de agricultores; Movimento de mulheres camponesas (MMC); Casa familiar rural e escola família agrícola (EFA); Sindicato dos produtores rurais (SR); duas associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais; Grupo de economia solidária (ECOSSOL); Presidentes dos Conselhos de educação, saúde e merenda escolar; alguns feirantes, Associação comercial (ACICA) e ainda atores que, embora não estejam atualmente ligados à alguma instituição, em outros momentos participaram ativamente da história do município, dente eles, o ex prefeito, Álvaro Brito, militante, ligado ao movimento social. Desta ação, foram obtidas informações dos principais atores que figuram no município, satisfazendo a amostragem das principais categorias de atores. Esse instrumento permitiu obter dados e informações sobre os diversos entendimentos acerca do desenvolvimento do território. Como informações adicionais, recorremos às anotações de campo, provenientes de participação em reuniões do sindicato, visitas aos agricultores, associações e conselhos do município em outros momentos de nossas atividades como extensionista.

1.5. Referenciando teoricamente o conflito social e a mobilização de atores

Em um território marcado pela dominação dos meios de produção e da força de trabalho, ocasionados pelo modo de produção capitalista exploratório, a luta de classe se materializa no conflito social, que, para ser analisado, necessita de uma abordagem à luz das teorias, procurando compreender os fenômenos identificados.

No território estudado tem-se materializados conflitos multidimensionais, Embora a dimensão ambiental figure como principal fator de desequilíbrio no contexto amazônico, dado ao processo de mercantilização da natureza pelas grandes empresas de capital nacional e internacional, principalmente pela apropriação desordenada dos recursos naturais, não há como desvincula-la das questões sociais desencadeadas que incidem sobre o modo de vida das populações locais, como por exemplo, alteração na relação existente com a produção de alimentos; uso dos recursos do ambiente; modo de vida e costumes das comunidades alterando a biodiversidade, e a identidade territorial.

Conforme Becker (2002) essa incidência que se dá principalmente pelo desflorestamento que traz consequências irreversíveis aos meios de produção das populações tradicionais, e em toda a dinâmica territorial amazônica, trazendo consigo a miséria e pobreza rural, além do desequilíbrio nas formas de vida.

Em meio ao modelo exploratório, agressivo e hegemônico desenvolvimentista surgem os focos de resistência mobilizados pela capacidade de indignação dos diversos atores (sejam agricultores, indígenas, extrativistas, ribeirinhos), em luta pelo direito de permanência no território e em defesa da identidade construída no espaço territorial visto como extensão e memória de vida dos explorados.

As reflexões teóricas sobre o conflito e mobilização dos atores em defesa de seu espaço territorial dialogam com pesquisadores que abordam a questão sob diferentes perspectivas, apresentando convergência em relação ao surgimento do conflito a partir das estratégias utilizadas pelo capital expropriador de direitos e do poder exercido sobre os explorados nos espaços de luta, tendo o Estado como o facilitador dos avanços do capital. Nesse panorama dual o conflito se configura na presença da tríade composta pelos diferentes segmentos: capital-Estado-movimentos sociais; de um lado o capital apoiado pelo Estado e do outro a classe trabalhadora e explorada, nesta abordagem representada pelos grupos e comunidades tradicionais que mantém uma relação de identidade com o meio natural.

Nas reflexões de Rosa Luxemburgo encontra-se as formas de expropriação e lutas no contexto rural ainda no século XIX na Europa que, trazidas ao panorama amazônico tem-se refletidas as mesmas estratégias, quando se contextualiza na expressão dos modos de apropriação e exploração das terras e dos recursos naturais, reflete que "o capital esforça-se em reduzir a economia rural a um só ramo [...] do qual não pode apoderar-se imediatamente" (LUXEMBURGO, 1970, p. 344). Determinante o uso das terras para a prática do monocultivo como único fim econômico.

Tratando das formas de apropriação da terra, Luxemburgo descreve:

O capital europeu, principalmente o inglês, conduziram os fazendeiros americanos às imensas regiões de Este e Oeste, onde estes exterminaram os indígenas com armas de fogo, cães policiais, licores e sífilis, fazendo - os recuar em direção ao Oeste. Depois, apropriaram-se de suas terras como se fosse "livres" para desbraválas e cultivá-las [...] os legisladores perderam frequentemente de vista a linha divisória entre dever público e interesse privado. Através dos peculatos os autores das leis usufruíam das empresas criadas. O país constatou com pesar que a honra e o decoro dos políticos não se mantinham intangíveis (1970, p. 21)

Enunciando a análise da autora de que o resultado da luta entre o grande capital e a economia simples é quase sempre a substituição e o desvirtuamento da lógica de produção simples, absorvendo-a, como assim o faz, provocando as transformações espaço-territorial. Configurando-se no contexto atual quando, pelos mesmos meios de expropriação, obriga o agricultor ao abandono de sua identidade camponesa, lhe sobrando como alternativa, vender sua força de trabalho ao grande fazendeiro ou ainda mudando-se para os centros urbanos, passando a fazer parte das estatísticas de desempregados ou dos sub empregos.

Harvey (2000) aborda o conflito em dado contexto, tendo como referência a luta do exército zapatista¹⁶, pela resistência ao modelo exclusivo e exploratório neoliberal. Traz à questão o desenho de um território cuja apropriação é orientada pela lógica do mercado, capitalista, excludente, sem consideração às exigências ambientais que, no caso amazônico, sobretudo, são socioambientais (as populações tradicionais, sem propriedade da terra, tem seus modos de vida produzidos numa relação estreita com o extrativismo, a pequena agricultura e a pesca, atividade que, de certo modo contrariam os interesses das investidas do grande capital. Assim redefinido no trecho:

16 Emiliano Zapata é um dos personagens mais importantes da história do México, foi ele um dos líderes

predominantemente dotada de atividades agrárias e, a partir da efetivação do NAFTA, passou a ser debatida no cenário internacional. Fonte: SANCHEZ, David. Zapatistas: La Lucha Continua, México, 1999. https://rarfix.org/o-movimento-zapatista-historia-do-mexico. Acesso em 12/03/2017

da Revolução Mexicana de 1910 que combateu o regime autocrático de governo do então presidente Porfírio Díaz. Sua marcante participação no processo revolucionário mexicano gerou uma série de seguidores e um exército de ideólogos que existe até hoje. O Movimento Zapatista que se revelou em 1994 foi originado na região mexicana de Chiapas, na qual habitam grupos indígenas e camponeses que vivem de forma simples tal como foi ensinado por seus ancestrais. A região de Chiapas é

"o crime histórico da concentração de privilégios, riquezas e impunidade democratiza a miséria e a desesperança". Assinala que:

A realocação dos poderes legais para organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio, com sua contraparte bem mais insidiosa do proposto Acordo multilateral de investimento, assim como a formação de entidade de escala mais ampla, como a União Europeia e o NAFTA, também teve como motivação política interesses de classe capitalistas (HARVEY, 2000, p. 110)

Detalhando que a oposição a esses interesses vem encaminhada pelos movimentos sociais na luta pela autonomia local. Apontando como um erro analisar tais questões apenas pelo viés político, posiciona que a fundamental análise dos contextos locais traz os elementos que configuram as escalas geográficas distintas que determinam os múltiplos interesses das populações. Tal posicionamento reflete que as abordagens sob a perspectiva da identidade territorial é que traduzem os interesses transformados em bandeiras de luta no diversos movimentos que surgem em defesa do território e dos direitos individuais e coletivos.

No contexto amazônico cabe referenciar ao trabalho de Violeta Loureiro sobre os movimentos de resistência e obviamente geradores do conflito nos territórios em disputa. O enfoque dado ao conflito acumula argumentos sobre a relação existente entre o fortalecimento dos meios de produção capitalista e o apoio irrestrito do Estado. Enfática ao argumentar que o poder público vem sempre subjugando as populações a todos os tipos de expropriação que vai do direito à terra aos direitos mínimos garantidos constitucionalmente. Teorizando sobre o conflito e a resistência, destaca motivos:

Os movimentos sociais e conflitos em curso na Amazônia tem a ver diretamente com as questões da democracia no sentido amplo, e, principalmente, com a questão da desigualdade entre classes e grupos sociais que as elites no poder consideraram, sempre como não-iguais a elas. A ocupação da fronteira na Amazônia tem a ver também com a dinâmica mais geral do país e com o estabelecimento de políticas que visam distender tensões da economia e da sociedade no "centro" mais desenvolvido, sem alteração das estruturas políticas e sociais de caráter elitista aí vigentes, em especial aquelas concernentes à concentração da terra e à agricultura (linha de crédito e subsídios aos grandes empreendimentos, etc.). Estas políticas repercutem

negativamente no emprego e na renda das populações pobres, estimulando a migração. (LOUREIRO, 2010, p. 72)

Nesse aspecto, detalha que não há limites nas negociações entre a burguesia e o Estado e que tais fatores sempre eliminam as possibilidades de um desenvolvimento social e mais justo, evidenciando a divisão de classes e anti democracia em um país constituído oficialmente nos pilares da democracia.

Em concordância com essa mesma linha de pensamento, a abordagem analítica de pesquisadores como Ferraz (2012) e Lima e Pereira (2007) em recentes pesquisas tratam os conflitos existentes na Amazônia em função da defesa do território identitário, da terra e dos recursos naturais, pelos grupos alijados de direitos pelo Estado e principalmente pela frente desenvolvimentista, fazendo da identidade, suporte de estratégias de resistência. Destacando ainda que a identidade desses grupos se dá em função dos ideais defendidos, da relação com o território dando-lhe significado que à luz do desenvolvimento sustentável constituem-se aliados na conservação dos recursos ali disponíveis.

A identidade construída pelos sujeitos do território da pesquisa se materializa no forte apelo ao campesinato, à religiosidade católica17, aos modos de produção, à economia e até na maneira de fazer a política local. A mixórdia formada pela fusão dos diversos segmentos que se identificam com o território se evidencia nas formas camponesas de produção; nas festividades religiosas (festejo de Nossa Senhora da Conceição), nas festas agropecuárias¹⁸ (a ExpoConceição); nas feiras esporádicas (Economia solidária e agricultura familiar) e no turismo temporário sol – praia, com o fenômeno dos acampamentos, no qual parte da população constrói grandes acampamentos nas praias e ilhas, mudando-se durante o mês de julho, para passar o veraneio e receber turistas, parentes e amigos. Tais elementos constituem as formas simbólicas (Hall, 1997) que dão significado à territorialidade.

¹⁷ Embora haja outras denominações religiosas, o catolicismo é predominantemente forte, especulase que, dado ao processo de colonização pela ordem dominicana no território, conforme será tratado em outro trecho do estudo.

¹⁸ Uma prática comum, principalmente na região sul e sudeste do Pará, é a realização das Feiras agropecuárias organizadas pelos Sindicatos patronais com o patrocínio dos Pecuaristas e Grandes empresas agropecuárias. Culturalmente essas feiras tem sua origem nas Regiões Sul, Sudeste e centro-oeste do país. Inferimos empiricamente que esta prática é usada como subterfugio para "marcar" a presença do Agronegócio no território. Usando de artifícios como shows e rodeios, atraem a população, desenvolvendo a falsa ideia de pertencimento a cultural e identidade local.

Nesse aspecto, há certa dificuldade em atribuir diferenciação entre os sujeitos do campo e do meio urbano, posto que a relação se dá por meio de parentesco, ou seja, quem não reside no campo tem alguma relação com quem é do meio rural, geralmente parente ou alguém próximo. Este fator divide opiniões acerca dos conflitos originados pela resistência relacionada à polarização existente no território, (tratada na problemática deste estudo). Principalmente em função dos benefícios anunciados pelas empresas, enfatizando para o desenvolvimento do comércio local, a geração de emprego, dentre outros benefícios, que obscuramente não detalham em paralelo os reais impactos e interesses subjacentes aos projetos desenvolvimentistas. Nesse aspecto trazem o mesmo discursos ideológico, aparelhado pelo poder local já identificado em outros estudos tais como Congilio (2004), Hebette (2004), Loureiro (2010) tendo o desenvolvimento e o progresso com a geração de divisas para o município como fatores que justificam tais empreendimento. Aqui inferimos que a falta de esclarecimento, somada ao desejo de melhoria da qualidade de vida no território faz com que a população afetada indiretamente passe a ver com "bons olhos" projetos dessa natureza, contrapondo à resistência e protestação dos sujeitos afetados diretamente.

1.6. Sobre mobilização dos atores

A mobilização dos atores tratada no plano teórico apoia-se nos estudos de Maria da Glória Gohn (1997) que apresenta uma sistematização das teorias clássicas e paradigmas sobre os movimentos sociais, apoiada na reflexões de Melucci (1994). Segundo a autora não há um conceito específico para movimentos sociais, mas vários construídos sob diversos paradigmas. Utilizando o critério espaço geográfico procura explicar os movimentos na América do Norte, Europa e América latina.

Construindo um paralelo entre as teorias a partir do critério geográfico especifica que as caracterizações dadas aos movimentos sociais foram sendo postuladas segundo posicionamentos empíricos, como ocorreu por exemplo na América latina, conforme descreve Gohn:

suas realidades nacionais, como o caso a ser analisado da teoria europeia dos Novos Movimentos Sociais. (1997, p. 14)

No entanto essas teorias foram se ampliando à medida da interação entre pesquisadores de diferentes países, através da análise comparativa sobre os diversos fatores envolvidos na definição do conceito de movimento social separando as múltiplas realidades impregnadas por hábitos culturais (Idem, p. 14). Tendo como referência os conceitos norte americano e europeu, que resumem, segundo a autora as seguintes categorias:

Assim, o paradigma norte-americano, possui em suas diferentes versões, explicações centradas mais nas estruturas das organizações dos chamados sistemas sociopolíticos e econômico; as categorias básicas de suas análises são: sistema, organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais, integração social etc. A partir dessas categorias ele desenvolveu vários conceitos e noções analíticas, tais como, privação cultural, escolhas racionais, mobilização de recursos, institucionalização de conflitos, ciclos de protestos, micro mobilizações, frames, oportunidades políticas etc.

[...] Na Europa, ao falarmos sobre paradigmas, temos de usar o plural porque há duas abordagens teóricas bem diferenciadas: a marxista e a dos Novos Movimentos Sociais. Cada uma delas se subdivide em uma série de correntes teóricas explicativas. A marxista centra-se no estudos dos processos teóricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas são: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, Estado etc. As noções e conceitos desenvolvidos são: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo etc. (ibidem, p.15)

Desta forma o paradigma latino americano concentrou suas teorias voltado aos movimentos sociais defensores dos direitos dos indígenas, negros, mulheres e minorias em geral "nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana (nas associações de moradores e nas comunidades de base da Igreja), e nas lutas pela terra na área rural". (GOHN, 1997, p.16).

No Brasil, os movimentos sociais irromperam a partir das políticas econômicas neoliberais que utilizando-se da vasta força de trabalho, não garantindo os custos sociais, privando os direitos sociais dos trabalhadores, beneficiando-se pela inexistência dos sindicatos. O trabalho das ONGs foi fundamental para organização dos movimentos sociais e ainda no desenvolvimento de projetos com fim de

empoderamento, cuja ajuda financeira de Organismos internacionais foi fundamentalmente importante para a qualificação dos atores na militância das questões demandadas pelos movimentos em suas reivindicações. Essa relação foi quebrada a partir da globalização e das mudanças na conjuntura política europeia provocando alteração na ajuda internacional ofertada até então. Sobre a pauta, Gonh revela:

As agendas das instituições internacionais deixaram de priorizar o desenvolvimento de projetos na América Latina - por considerarem que a transição para a democracia já se completara — e mudaram o sentido de seus programas. Em vez de auxílios os subsídios econômicos passaram a fornecer apenas suporte técnico para os movimentos e as ONGs nacionais. Estes devem demandar subsídios financeiros a seus governos e, fundamentalmente, gerar receitas próprias. Neste contexto, o panorama das lutas sociais se alterou completamente, a mobilização cotidiana e os atos protestos nas ruas diminuíram e a militância decresceu. (1996, p. 22)

Carlos (2009) apresenta teoricamente nesta mesma linha de pensamento uma definição ao conceito brasileiro baseado na auto reflexão, adotado pelos movimentos sociais, cujo destaque surge como complementar ao conceito expandindo-o conforme reflexão, destacando que esse modelo "contribui para a compreensão de como os movimentos se constroem e por que os indivíduos criam laços de solidariedade, mesmo quando não serão diretamente afetados pelos benefícios alcançados" (Carlos, 2009, p.153). Nesse sentido, a luta dos atores coletivos não se restringe à sua inclusão no sistema de organização política ou à obtenção de benefícios materiais, mas envolve a construção de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos.

A partir dessas abordagens, trazendo para o contexto de análise da pesquisa, referendamos que a concepção teórica fundamentada na interpretação do movimento popular contra o modelo de produção capitalista, no século XIX e XX, sustenta a lógica dos movimentos sociais do território local, que pauta-se no bem estar coletivo e na luta pela apropriação e impressão dos sujeitos enquanto representação das diversas categorias implicadas na defesa dos direitos coletivos com forte apelo à proteção da identidade.

2. CONTEXTUALIZANDO A DINÂMICA DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO ESTUDADO

2.1. Conceição do Araguaia – tempo, território e sociedade

[...] E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Os movimentos antiglobalização e anti-neoliberalismo que o digam, zapatistas à frente. (HASBAERT, 2004, p. 19)

Tomando por base o contexto apresentado na citação acima, propomos apresentar neste capítulo os elementos que deram a tônica de constituição do território que compreende o município de Conceição do Araguaia, que o transformou em ícone significativo na expansão da fronteira agrária delimitada na região sul do Pará.

Analisando a constituição dos múltiplos aspectos dimensionais que envolvem a questão da formação territorial (rural e urbana), há que se considerar uma leitura para além da sua delimitação geográfica. Ao analisar o território assumimos o conceito, nesse contexto, de um conjunto de relações construídas por diferentes sujeitos com seus saberes e culturas, interagindo entre si, construindo um espaço híbrido, evidenciado nas formas de vida, nos conflitos e relações criados; de acordo com Haesbaert (2004), com toda a conotação dinâmica que lhes atribui a amplitude conceitual.

O espaço geográfico do município de Conceição do Araguaia, o qual compreende o recorte do estudo, de acordo com o Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE (2016), abriga atualmente cerca de 46.485 (quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco) habitantes, distribuídos em uma área de 5.829 Km², representando 0,47% do estado, 0,15% da região e 0,07% de todo território brasileiro. Situado na Mesorregião do sudeste paraense e Microrregião de Conceição do Araguaia, o município faz divisa com o estado do Tocantins, tendo o rio Araguaia como um de seus limites geográficos. Tal condição, conforme evidenciaremos mais a frente,

¹⁹ Referência ao conceito de expansão da fronteira de agrária, ocorrido depois da segunda guerra mundial (anos 40 - 60), movimentado pelo capital desenvolvimentista. Esse conceito será tratado mais à frente no texto.

foi estratégica para as relações construídas em termos de desenvolvimento da região Sul do Pará e também para influenciar o curso das mudanças na fronteira. O povoamento do município foi favorecido inicialmente pelas caravanas de tropeiros (sertanejos e goianos) e dos catequizadores da ordem dominicana, no final do século XIX (frentes eclesiástica, pioneira e de expansão). A região já era conhecida pela passagem das expedições feitas por desbravadores e garimpeiros em busca de ouro, utilizando como rota de passagem, os rios Araguaia e Tocantins, datando informações dos tempos coloniais²⁰, contudo, neste trabalho, nos limitaremos a tratar dos registros a partir da criação da vila pela missão dominicana.

O objetivo da igreja com a vinda para estas terras, era não somente a catequização, mas também a difusão da língua portuguesa nas aldeias indígenas, aqui habitadas pelos índios da etnia Kayapó, cujo interesse em "aculturar" e "pacificar" estava mais relacionado com a possibilidade de apossamento dos recurso e a conquista do território pertencente aos indígenas, do que com a educação indígena em si, uma vez que os índios eram vistos como empecilho ao progresso da região. As aldeias margeavam a parte oeste do rio Araguaia (referenciada a partir da margem paraense) onde possuíam o domínio das terras e dos abundantes recursos naturais, fonte de sobrevivência. Conforme Carvalho (2009), os dois principais rios (Araguaia e Tocantins) eram vistos como meios para promover o desenvolvimento das províncias de Goiás e Pará, e para isto, seria necessário remover os obstáculos: desobstruir os canais dos rios e categuisar os índios. Mais tarde, quando os indígenas foram "amansados" permitindo a aproximação dos branco, o governo da província paraense tomaria os mesmos argumentos como motivo para emancipação oficial do município, sob os rumores de anexação deste território à província de Goiás. A região, atrativa por possuir grandes áreas de campo alternadas por florestas nativas (transição floresta-cerrado) era promissora aos olhos desbravadores.

Não menos importante na frente do desbravamento desta região foram os tropeiros (sertanejos e goianos), que em busca de campos para atividades pastoris, adentraram essas margens, vindos em comitivas montadas em cavalos e mulas (em viagens que por vezes duravam meses até o destino final), conduzindo gado em busca

-

²⁰ Informações sobre a região em que está situado o município, antes da sua fundação podem ser obtidas, em Magalhães (1974) na obra "Viagem ao Araguaia" e Carvalho (2009) na obra "Nas águas do Araguaia".

de pastos, dando origem a uma modalidade pecuária bastante comum na Amazônia: a criação de "gado a pasto". Para esse tipo de manejo são necessários grandes extensões de terra a fim de que a cada período faz-se a rotação do pasto para que o gado possa ser remanejado para novas áreas de pastagens. Esta técnica sempre foi utilizada como justificativa por latifundiários para aquisição de grandes áreas na Amazônia, maquiando a estratégia subjacente de mercantilização das terras e exploração da madeira.

Similar à estratégia de aculturação dos nativos da Amazônia²¹ (iniciada no período colonial pelos missionários jesuítas no século XVII) que trouxe consequências danosas à nação indígena, a influência dos brancos junto ao povos indígenas nesta região também acabaram por determinar importantes modificações nos modos de vida, na cultura e nas relações entre as aldeias, causando inclusive a migração para novas áreas rumo ao Xingu e o desmembramento em novas aldeias, levando consequentemente à quase extinção da etnia, conforme resumem Schmink e Wood (2012, p. 331):

[...] as ameaças apresentadas pelo avanço da fronteira da pecuária e pelos missionários eram maiores para os grupos gradaús, também conhecidos como *ira-amranirea*. A partir da metade do século XIX, as autoridades da Igreja e do Estado começaram a incentivar os missionários a ajudar na "pacificação" dos índios. Frei Gil de Vila Nova, um dominicano de 37 anos, proveniente de Marseille, na França, tentou contatar os Kayapó do sul já em 1888. Alguns anos mais tarde, em 1891 e 1896 ele obteve mais sucesso em ganhar a confiança dos Kayapó do norte. Em 1897, celebrou a primeira missa em Conceição do Araguaia — a missão que ele fundou em um penhasco com vista para o rio Araguaia [...]. Alguns anos mais tarde, a malária tirou a vida dos padres. O povoado de Conceição permaneceu mas os índios não tiveram a mesma sorte. Em 1921, restava somente uma vila Gradaús. A população diminuiu para cerca de trinta indivíduos em 1940.

A vila foi tomando forma com a organização pela igreja, que delimitava e distribuía os lotes no sentido horizontal ao rio. Tendo acesso aos lotes, inicialmente, os aventureiros sertanejos e goianos e mais tarde com a descoberta da borracha, em

da Amazônia, p. 77).

_

²¹ Em 1645, os jesuítas sob a liderança de Antônio Vieira, começaram estabelecer missões ao longo dos principais tributários do Amazonas. Grupos ameríndios foram realocados em grandes assentamentos, as chamadas aldeias, onde suas atividades cotidianas pudessem ser supervisionadas de perto, seus espíritos pudessem ser salvos e sua mão de obra encaminhada para novas tarefas, tais como a pecuária. Nas aldeias, os indígenas foram privados de sua identidade tribal sob a influência homogeneizadora dos missionário (*Marianne Schmink e Charles H. Wood*, Conflitos sociais e formação

1904, houve um considerável aumento populacional com a chegada de trabalhadores (extrativistas e negociadores do caucho), elevando para cerca de seis mil habitantes (idem, 2012).

A miscigenação com os índios foi fundamental na adaptação dos migrantes, que absorveram as forma de cultivo observando os tempos de seca e chuva, adaptando-se à alimentação com a caça e pesca, a abertura de picadas na mata, dentre outros. Algumas limitações de mobilidade foram igualmente superadas com ajuda indígena pois a vila era rodeada de florestas virgens, de conhecimento somente dos índios, dificultando tanto os deslocamentos quanto a produção de alimentos. Embora necessários ao crescimento da vila, os indígenas não foram poupados do domínio de suas terras, fazendo com que se voltasse para abertura de novas áreas à medida que a população aumentava. Os que permaneceram (Gradaús), se renderam ao trabalho escravo, ao extermínio da sua cultura e por fim o completo extermínio da sua etnia.

Não tiveram a mesma sorte, os que se propuseram a resistência, ao sabor das ameaças, tiveram como alternativa a diáspora das tribos *Kayapó* para outros territórios ainda inabitados, dando origem a ajuntamentos nos atuais municípios de Pau d'arco, Cumaru do norte, Agua Azul do norte de São Felix do Xingu, onde passaram a resistir ao latifúndio e garimpeiros nos processos de exploração das suas terras.

A hegemonia da igreja ditava as leis no povoado, ensinando a língua portuguesa e catequizando os indígenas e demais habitantes que ali se instalavam. De acordo com Vaz (2013), a missão desenvolveu-se fisicamente, ampliando suas construções e espiritualmente, elevando o número de participantes em seus rituais. Porém, a igreja tanto agregou os cristãos mais devotos como afastou os sertanejos mais rudes, principalmente aqueles que não eram habituados a fazer reverências às figuras eclesiásticas, muito menos favoráveis às normas estipuladas pelos religiosos, em especial à abstenção de bebidas alcoólicas e festas com danças (MOREIRA NETO, 1960, apud VAZ, 2013).

Os aspectos legais de criação do município cronologicamente se relacionam com as dinâmicas de ocupação e de picos econômicos, motivados pela atividade extrativista e pecuária, nos fazendo crer que as decisões por parte do Estado

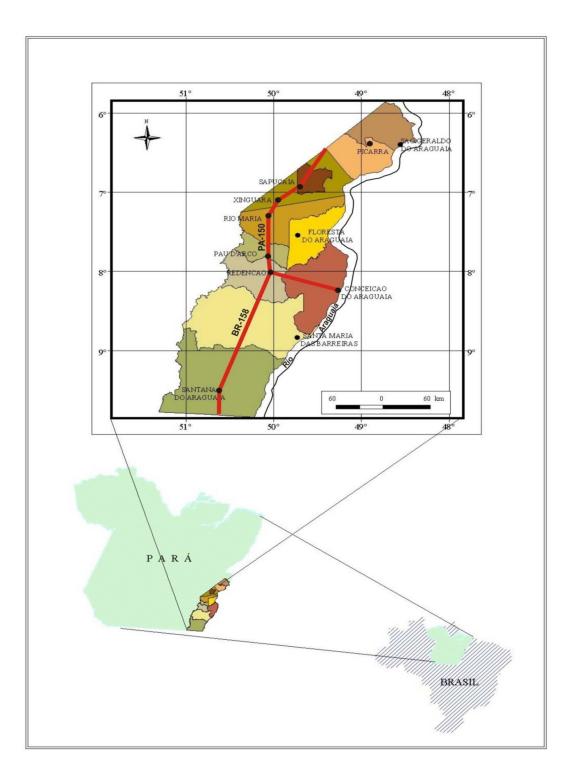
envolviam interesses econômicos e políticos. Segundo dados históricos do IBGE²², o desenvolvimento da Freguesia levou o Legislativo do Estado do Pará a criar o município de Conceição do Araguaia, que teve sua sede instalada no antigo povoado do mesmo nome, através da Lei nº 1.091, de 03 de novembro de 1908, concedendo ao lugar o título de Vila. Sua instalação só aconteceu em 10 de janeiro de 1910. Em 1920, com a Lei nº 1.905, de 18 de outubro, a Vila de Conceição de Araguaia foi elevada à categoria de cidade. Em 1930, mediante o Decreto nº 6, de 4 de novembro, o município de Conceição do Araguaia foi extinto, ficando seu território sob administração direta do Estado. Tal situação foi confirmada através do Decreto nº 72, de 27 do mês seguinte. Em 1935, com a Lei nº 8, de 31 de outubro, que apresentou a relação das comunas paraenses, Conceição do Araguaia figura, novamente, como município, embora não haja qualquer referência ao ato legal que tenha restituído sua antiga condição.

Em 1938, segundo o Decreto-Lei nº 3.131, de 31 de outubro, que estabeleceu a divisão territorial do Estado para o período de 1939 a 1943, o município de Conceição do Araguaia se apresentava constituído de dois distritos: Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. Tal situação foi confirmada pelo Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943. Em 1961, pela Lei nº 2.460, de 29 de dezembro, Conceição do Araguaia teve sua área desmembrada para a criação do município de Santana do Araguaia. Posteriormente, pela Lei nº 5.028, de 3 de maio de 1982, perdeu novas porções de terras que deram origem a três outros municípios: Xinguara, Redenção e Rio Maria. Em 1993, pela Lei nº 5.760, de 15 de outubro, Conceição do Araguaia foi, novamente, desmembrada para dar origem ao município de Floresta do Araguaia. Ficando sua área desde então sem alterações até a atualidade, conforme mapa (01):

-

Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/conceicaodoaraguaia.pdf>. Acesso em: 29 março 2017.

Mapa01: Localização geográfica do município de Conceição do Araguaia, território do estudo



Fonte: FEITOSA, T. C. 2003

O controle da ordem dominicana passou a ser ameaçado quando descobriu-se nas matas da região, algumas áreas favoráveis à exploração de borracha. Os exploradores descobriram trechos ricos em árvores de caucho. A notícia espalhou-se rapidamente e uma nova dinâmica se formou, trazendo novos elementos ao contexto de formação da região, quando outros personagens migraram para o povoado de Conceição do Araguaia. Era o ano de 1904.

A árvore do caucho (*Castilloa ulei*), diferente da seringueira, necessitava ser derrubada para extração do látex, fazendo com que sua exploração se tornasse, de certa forma, predatória, exigindo adentrar mais à floresta em busca de novos campos de exploração. Nesse quesito também os indígenas foram usados como fonte de conhecimento para a exploração da matéria, favorecendo a atração destes para a vila, atraídos pelo pagamento realizado por seus serviços de abertura de picadas na mata e extração do caucho.

A prática da derrubada do caucho foi identificada como uma das primeiras formas de desmatamento na região, sendo mais tarde fortalecida pela exploração de madeira para comércio e a derrubada para abertura de pastos.

A partir daí o povoado passou a receber um volume grande de extrativistas vindo das mais diversas partes do país, que adentravam às matas, dando origem a mais um polo de produção de caucho na região amazônica. Esta atividade foi a responsável por impulsionar a economia em Conceição do Araguaia, fomentando um grande fluxo de movimentação financeira com a comercialização do caucho. Assim como se dava em outras parte da Amazônia, onde existia a extração da borracha, a organização aqui também ocorria nos mesmos molde de dependência ao grande fornecedor de insumos, financiador de toda a cadeia produtiva (extração, armazenamento e comercialização), que ficava localizado em Belém. A atividade foi benéfica ao desenvolvimento da vila, pois mesmo com vários produtos vindo da capital do estado, a matéria prima, principalmente gêneros alimentícios e de primeiras necessidades eram fornecidos por pequenos comércios e mercearias da localidade. Dando impulso também ao desenvolvimento econômico da atividade pastoril, com o aumento da população favoreceu o comércio da carne, couro e derivados, e ainda a inserção de outras atividades como a agricultura em pequena escala e criação de pequenos animais, com a finalidade de atendimento à demanda por alimento, fortalecendo as relações mercantis. Esse modelo de cultivar a terra para produção de alimentos deu origem ao modelo de campesinato, baseado na comercialização do excedente, conforme caracterizado por Terense (2013) como "a lógica de produção campesina", ainda bem presente nos modos de produção atual, identificados no meio rural do município.

Com o movimento, um novo conjunto de atores e questões adentram o cenário e passam a disputar o território de Conceição do Araguaia sujeitos representativos de quatro categorias: os nativos (indígenas), os eclesiásticos (dominicanos), os pioneiros (tropeiros e pecuaristas) e os expansionistas (extrativistas), com interesses diversos, mas interdependentes. Nessa época os focos de conflito por domínio territorial aumentaram consideravelmente nas áreas ocupadas pelos indígenas que, embora cedendo pouco a pouco através de negociações e trocas por produtos ofertados pelos brancos, apresentavam alguma resistência quando acuados. Os sertanejos foram os que mais se adaptaram ao modo de vida indígena, por esse motivo passaram a ser vistos como preguiçosos por não se submeterem à urgência do modo de produção movido pela acumulação, mas desenvolvendo hábitos miscigenados, similares aos indígenas, identificado como o modelo de produção campesino.

Rogério Haesbaert (2004), analisa esse fenômeno sob o aspecto da multiterritorialidade, caracterizado material e simbolicamente. Onde, no jogo de poder pela disputa no território múltiplo, o processo de dominação se distingue "através dos sujeitos que efetivamente exercem poder e das relações sociais que o compõem" (HAESBAERT, 2004, p. 08). No cenário em tela, os religiosos mantinham o controle no território para garantir a hegemonia sobre os grupos, figurando com poderes de Estado, em determinados momentos não tinha controle sobre os conflitos nas que se impunham, fator que atingia diretamente os indígenas, pois mantinham-se subservientes aos preceitos da igreja e vulneráveis à escravidão pelos "senhores da borracha". Isso não garantia a eles a prioridade sobre o espaço, nem os protegia de conflitos com outros grupos.

O contexto analisado à luz de Milton Santos (1997) propõe que a constante movimentação no território favorece a desterritorialização, seja pela subordinação ou dominação de um grupo sobre outro. Exemplificando esse fenômeno, o aliciamento dos sertanejos e dos indígena para o trabalho de extração do caucho e ainda para

cuidar dos rebanhos e fazendas, os transformaria em vítimas da exploração da força de trabalho e do aviamento²³, fenômeno iniciado com as relações de trabalho durante a exploração da borracha na Amazônia e que seguiu-se materializado em outras formas de exploração de mão de obra.

Segundo Vânia Vaz (2013), a própria igreja católica, diante dessa nova dinâmica territorial mudou seu foco para além da catequização indígena em Conceição, expandindo a missão de catequese a outros vilarejos em direção ao rio Xingu. A ordem dominicana, fortalecida em número de fiéis, também por ter domínio total sobre a catequese na região não dividindo poder com outras ordens religiosas, criou a partir de 1930 a Diocese de Conceição do Araguaia, expandindo o poder de articulação entre os povos habitantes da região.

Esse movimento impositivo e estratégico de ocupação e desbravamento fortalecia-se na medida da ausência do Estado, que até então, tinha seus interesses políticos e financeiros concentrados em outras áreas mais próximas à capital do estado, Belém. Contudo a movimentação financeira nesta parte colocou em evidência tanto o município quanto a região sul e sudeste no contexto de importância do estado do Pará, favorecendo o fortalecimento político da colônia de Conceição do Araguaia. Naquela época, no entanto a área povoada já havia se ampliado, devido ao grande fluxo de seringueiros, negociadores e pecuaristas. Também pela intensa movimentação financeira com a compra do caucho e do mercado de produtos alimentícios, de higiene e equipamentos de trabalho que haviam se estabelecido na localidade, equiparando-se a outros centros comerciais do estado.

Os dois significativos fatores de expansão econômica na região: pecuária e borracha, tornaram o território interessante ao poder público estadual, que passou a organizar a estrutura político—administrativa no povoado, transformando—o legalmente

²³ Marianne Schmink e Charles Wood (2012) explicam que o sistema de aviamento iniciava pelo

recrutamento de força de trabalho para extração da seringa. Os recrutados geralmente migravam sem suas famílias e eram proibidos por seus patrões de exercerem qualquer atividade de subsistência que os distraísse da extração da borracha. Esse arranjo os fez mais dependentes dos donos dos postos de comércio [...] como o suprimento de ferramentas dos seringueiros era mínimo para cada indivíduo, e uma vez que a maioria das relações comerciais eram elaborações do sistema preexistente de crédito e transporte via regatão, o escoamento da borracha requeria pouco investimento de capital. Com efeito, o que o auge da borracha fez foi organizar os elementos já existentes, adicionando novas versões institucionais à forma como a extração de produtos florestais era financiada. O resultados tornou-se conhecido como *aviamento*, um sistema de fornecimento de crédito e controle de mão de obra.

em município. Naturalmente o crescimento populacional acrescido da movimentação financeira e comercial colocou o município como referência no entorno da região norte de Goiás e Sul do Pará, embora os interesse políticos tenham provocado diversos atos legais de desmembramento e retomada do território físico, conforme relatado anteriormente. Isso porque os constantes decretos governamentais tornavam confuso o direcionamento do município, sendo ora gerenciados diretamente pelo executivo na capital paraense, ora por interventores, até a organização da sede do poder executivo ser legalmente instalada no município.

As disputas no multiterritório e a abertura de novas fontes de exploração provocaram o surgimento de outros aglomerados, norteados na direção dos rios Arraias, Pau D'arco e Xingu, onde aos poucos foi se formando novas vilas e com essas o poder político e também financeiro, a posto que o comércio de produtos primários e derivados favoreceu o sistema mercantil aos pecuaristas, à medida que crescia o fluxo migrante em busca de exploração dos recursos naturais existentes.

Com a queda da borracha, ocorrida em 1912²⁴, o município sofreu brusco declínio econômico e consequentemente populacional, obrigando a um rearranjo nos modos de vida da população. Conforme resume lanni (1981),

A crise do extrativismo da borracha teve consequências econômicas e sociais mais ou menos profundas [...] afetou as condições de vida no *centro*, onde o seringueiro desenvolvia as suas atividades, na *beira*, onde o seringalista desenvolvia seus negócios e na *cidade*, pequena ou grande, Conceição do Araguaia ou Belém, onde o aviador e o exportador desenvolviam as suas transações. (p. 57)

A desterritorialização foi tão significativa que entre os anos de 1911 e 1940 houve uma diminuição populacional de 75%, reduzindo de aproximadamente 15.000 habitantes distribuídos pelo território, para cerca de 4.500 habitantes. Sem precisar dados, relacionamos esta modificação no perfil demográfico, além do esvaziamento

-

²⁴ A queda da borracha foi motivada pela substituição da borracha nativa brasileira pelo cultivo em massa na Ásia (fruto de biopirataria praticada por estrangeiros no Brasil), sendo comercializada por preço inferior ao praticado aqui. O Brasil que dominava a exportação de borracha no mundo, sofreu uma queda pela metade na exportação da matéria prima. Esse comércio foi retomado parcialmente, durante a 2ª guerra mundial através o acordo de Washington, protocolo firmado entre Estados Unidos e Brasil com investimentos no cultivo tecnificado da seringueira.

pela queda da borracha, pois somente após a década de 60, conforme delimitado no texto, a área geográfica de domínio do município de Conceição do Araguaia foi sendo reduzida com a criação de outros municípios na região sul do Pará.

O período compreendido entre as década de 20 e 60 em Conceição do Araguaia foi caracterizado pelo aprimoramento e consolidação da produção agropecuária em pequena e média escala, com poucas e tímidas tentativas de retomada do extrativismo da borracha (1940), sem contudo, recuperar a produção anterior, pois a industrialização do processo de exploração da borracha havia substituído o sistema de aviamento. Os fatores relacionados ao declínio fizeram com que alguns migrantes retornassem aos seus locais de origem, principalmente os nordestinos, e os que permaneceram, continuaram o sistema de produção campesino, outros se apossaram de terras para agricultura ou pecuária como alternativa para subsistência, mantendo a comercialização do excedente. Durante esse período, também houve o início da mercantilização das terras na região, um dos motivos citados por alguns atores mais antigos e por pesquisadores teria sido a legislação agrária estadual, aprovada inicialmente na década de 20 e reelaborada novamente na década de 50, favorecendo a aquisição legal (através de doação ou de articulação política) de grandes parcelas de terra na região sul do Pará. Esse processo foi motivado pelas articulações e pressões realizadas pela elite Marabaense²⁵ que, diferente de Conceição do Araguaia, quando da queda da borracha, mobilizaram-se a fim de garantir o giro econômico e ainda a permanência de seus habitantes, na grande maioria seringueiros, deslocando a atividade extrativista para a exploração da castanha do Pará, abundante naquela região. Conforme analisado por Schmink e Wood (2012) a nova elite buscou direitos legais sobre as áreas dos castanhais, forçando a criação de leis que garantissem acesso à grandes extensões de terra, através do processo de concessão por aforamento. Com isso, conseguindo o direito de exploração da castanha pela oligarquia e redimensionando o sistema de aviamento.

A abertura dada pela lei estadual favoreceu no município de Conceição do Araguaia, o latifúndio, primeiramente pelos especuladores "grileiros" que através de

²⁵ Conceição do Araguaia (fundada em 1987) e Marabá (fundada oficialmente em 1913) foram as duas cidades da região Sul e sudeste do Pará criadas durante o ciclo da borracha, que se tornaram importantes devido a exploração econômica do caucho.

documentos falsos, tornavam-se da noite para o dia, donos de grandes parcelas de terra para mercantilização, e depois através da doação de grandes parcelas de terra pelo Estado à Empresas dos mais diversos ramos de exploração do capital e empresários aventureiros, vindos pincipalmente da região sul e sudeste do país, fato que se somou à especulação de terras presente desde a década de 30, conforme descreve Pereira (2010):

> Podem ser identificados dois tipos de novos fazendeiros capitalistas requerendo as terras. Em primeiro lugar, os grandes grupos capitalistas de variados setores econômicos: financeiro (Bamerindus, Bradesco, Banco Econômico, Banco Pontual, Banco Arbi, Banco Mercantil, Atlântica Boa Vista), industrial (Óleos Pacaembu, Nixdorf, Volkswagen, Manah, Supergasbrás), de construção (Cetenco Engenharia S/A, Encol, Andrade Gutierrez), e madeireira (Madeireira Agropecuária S/A, Madeireira Araguaia Ltda.-MAGINCO, Madeira União Salobo Ltda.-MUSA). O segundo tipo de empreendimento era composto por empresas familiares como as famílias Lunardelli, Barbosa, Bannach, Quagliato, Avelino, Andrade etc. (p. 02)

Tais fatores desencadearam a mercantilização das terras no sul do Pará e os grandes conflitos agrários que se sucedem até os dias atuais. As terras, antes devolutas ou de posses mansa, passaram a ter "donos" legalmente constituídos, expropriando moradores que faziam uso há tempos como posseiros. Na lógica capitalista, a prática da roça temporal, a agricultura diversificada baseada na subsistência, a produção campesina, a hibridez cultural²⁶ e todas as relações criadas no meio rural, deveriam ser substituídos pelos arrojados projetos agropecuários, fomentados com incentivo governamental (na grande maioria somente criação de gado) e para que isto ocorresse, a floresta deveria ser substituída por pastos. Os procedimentos seguintes, favorecidos pelo cenário político, se acresceram, fortalecidos com o novo contexto formado a partir do golpe militar, ocorrido em 1964, conforme trataremos no tópicos seguintes.

²⁶ Sobre Hibridismo cultural e a hibridez cultural na região do Araguaia, ver "Nas águas do Araguaia – A navegação e Hibridez cultural" (F. L. Carvalho, 2009, pp 113-143) e Hibridismo cultural (P. Burke, 2006) e Culturas híbridas (N. G. Canclini, 1990).

2.2. O território conceicionense no contexto do programa de integração da fronteira oriental amazônica, o movimento social em evolução

"Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro" (JEAN HÉBETTE, 2004)

Partindo do recorte acima, a reflexão trazida aqui sobre a inserção do território conceicionense no arrojado e estratégico plano de apropriação dos recursos naturais e materiais, pela frente desenvolvimentista, nesta região de fronteira agrária²⁷, a partir da década de 70, nos permite compreender o surgimento dos movimentos sociais de resistência e a ampliação dos diversos conflitos que perduram atualmente e ainda o contexto responsável pela formação do tecido social, o desenvolvimento focado no fator econômico, os arranjos e movimentações políticas, e ainda a discussão que envolve a questão ambiental.

Não há como negar que todos esses fatores contribuíram com a (trans) formação identitária do povo conceicionense, seja expressa em forma de resistência ou dos meios de produção, das relações mercantis, atribuídas a esta sociedade que se reconhece no território simbólico com os saberes e mixórdia cultural, conforme analisado por *Peter Burke*(2006). Incluímos ainda como enriquecimento do território,

²⁷ O conceito de fronteira agrária trazido ao texto está fundamentado na discussão sobre os distintos movimentos de expansão de fronteira agrária desenvolvidos no Brasil no período pós 2ª guerra mundial. Ocorridos na região sul (Paraná, ano 40/60), região centro-oeste (Goiás e Mato grosso, anos 50/60), ambos visando atender a demanda brasileira por carne, levando ao avanço das fazendas de gado nessas regiões, e por fim na região Amazônica, (como parte de um grande projeto desenvolvimentista) estimulada pela transferência da capital do País para a região mais central e ainda a abertura e pavimentação de novas estradas, sendo a mais importante delas, ligando Brasília a Belém do Pará. A Belém- Brasília, concluída em 1960, situada a 130 Km de Conceição do Araquaia, possibilitou a vinda de fazendeiros e investidores atraídos pela facilidade de aquisição de terras, permitindo a expansão capitalista; transformando a região sul do Pará em um complexo agropecuário conhecido nacionalmente. Para Becker (1998) a formação da fronteira agrária nesta região se difere das outras duas citadas anteriormente, pois já nasce dual, heterogênea, dividida, disputada e conflituosa. Objetada pelo equívoco de "terra vazia", as relações se formaram pelas articulações, principalmente políticas. Permitindo -nos portanto, a exploração do conceito na multidimensionalidade que nos reserva a Amazônia oriental. (Marianne Schmink e Charles H. Wood (2012) Conflitos sociais e a formação da Amazônia, pp. 46-51); (Bertha K. Becker (1998), Amazônia pp. 08-19.)

o surgimento de novos atores, da parte do poder público e da sociedade civil, oriundos das mais diversas transformações ocorridas nesta região.

A divisão de classe (trabalhadora e oligárquica) iniciada no primeiro período de expansão, já bastante definida nesse período, contava com sujeitos do campo (camponeses, trabalhadores rurais e fazendeiros) e também os sujeitos urbanos (comerciantes, eclesiais, funcionários públicos, técnicos e prestadores de serviços). Naquela época a categoria indígena já havia se dissipado para outros territórios resistindo à subordinação, os que aqui ficaram foram incorporados à força de trabalho dos brancos, estando completamente absorvidos pela miscigenação, incorporados ao processo de produção agropecuária ou outros serviços urbanos (IANNI, 1981, p.8)

Na estrutura social definida, o processo de subordinação era evidenciado pela imposição do latifúndio. Crescente categoria surgida de sertanejos que capitalizaramse com atividade pecuária e aquisição de terras no período glorioso da borracha e nos anos seguintes.

2.3. Da mercantilização das terras ao poder do capital

No período desenvolvimentista, o capital nacional e estrangeiro foi introduzido na Amazônia visando a exploração extrativista dos minérios, das águas e das terras. As estratégias de apropriação pelo Estado foram facetadas na forma do Plano de integração e desenvolvimento da Amazônia (PIN) que estava associado à doutrina de segurança nacional²⁸, e tinha como principal precursor as ideia do destacado estrategista do regime militar, General Golbery do Couto e Silva para "inundar a Amazônia de civilização". A proposta central do PIN era a abertura de rodovias federais e atrair colonos para o "povoamento" da Amazônia, assentando-os às margens das rodovias federais, que através do decreto – lei nº 1.164²⁹ transferia as margens ao longo de 100 quilômetros para a união. Podendo desta forma, através do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária – INCRA, promover distribuição

²⁹ Esse decreto impactou em grande escala o estado do Pará, transferindo cerca de 70% de todo seu território para o controle da união.

²⁸ No plano estratégico de "povoamento" e desenvolvimento econômico da Amazônia definido pelos militares, estava previsto o preenchimento dos espaços vazios, ignorando a população, principalmente indígena, já existente aqui e a proteção da vulnerável parte norte do Brasil, da invasão estrangeira.

de terras, criando Assentamentos rurais públicos, pondo em prática o projeto de colonização pensado pelo governo. Contudo, problemas de diversas ordens, desde saúde, com alto índice de malária, dificuldade para obtenção de crédito e assistência técnica incipiente, somados à dificuldade de escoamento devido à falta de estradas e o abando por parte do próprio governo, não rendeu os resultados esperados de transformar colonos pobres em "classe média rural".

Em meio ao fracasso do PIN surge o Polamazônia. Dotado de propostas empresariais, trazia as estratégias que modificariam o modo de vida da população tanto nativa quanto os colonizadores. As estratégias do projeto foram projetadas por grupos de elite do centro-sul do Brasil, apoiados por estudos tendenciosos que distorciam inclusive as condições ambientais do território, enfatizando temas ecológicos como forma de justificar o empreendimento proposto, conforme relata Schmink e Wood (2012),

A associação dos empresários da Amazônia (AEA), com sede em São Paulo, empreendeu uma campanha sistemática para demonstrar que seria possível fazer um ocupação mais racional e menos destrutiva da bacia tropical com o apoio do setor privado. Por vezes, o amontoados de argumentos reunidos para justificar esses interesses chegava à beira do absurdo. Um estudo controverso publicado por um consultor do Radam mostrava a floresta amazônica como "senil" e cheia de vegetação improdutiva. A conversão para pasto, concluía o estudo, aumentaria a disponibilidade de oxigênio e água. Cientistas reconhecidos consideraram essas afirmações ridículas, mas a AEA apoderouse da conclusão por razões óbvias. Numa distorção sofista, a Associação tentou promover a ideia de que o desmatamento era benéfico ao meio ambiente. O lobby da pecuária citava outros estudos mostrando que, uma vez removida a cobertura florestal, os pastos, na realidade, melhoraria a qualidade do solo. (p.127)

Demostrando que o interesse em desenvolver a Amazônia estava centrado no aspecto econômico, tendo a elite empresarial prioridade sobre a exploração dos recursos naturais que ainda dispunha, e para isto, os estrategistas, fundamentavamse nos estudos prévios realizados.

Esse projeto teve grande influência no território de Conceição do Araguaia, por já existir uma certa tradição em pecuária, com foco na produção de carne (naquela época já existia o comércio de carne para a capital), o polo econômico potencializou

a atividade agropecuária em grande escala, conforme ratificam Schmink e Wood (2012):

O novo programa de desenvolvimento regional lançado em 1974, chamado Polamazônia [...] designava dezesseis polos de crescimento na Amazônia, com o apoio dos investimentos públicos e privados que tinham sido redirecionados para as áreas consideradas com potencial econômico. Os polos 1 (Xingu-Araguaia) e 3 (Araguaia-Tocantins) reservavam grandes áreas do sul do Pará para a criação de gado com apoio da Sudam. [...] de acordo com o plano "a migração indiscriminada de grupos com baixos níveis educacionais, sem capital para investir e usando tecnologia rudimentar, somente agravava os problemas que já assolavam a região". (p.127)

Esse fator acirrou mais ainda a privatização das terras devolutas e mercantilização das posses. O Estado apoiava-se em estudos reversos aos modos de vida da população, justificando pela **improdutividade**³⁰ das pequenas propriedades e dos assentamentos rurais, culpando os próprios imigrantes pela "presumida falta de habilidade administrativa e sofisticação tecnológica". (op. cit, p. 126). Desta forma, o predominante nesta fronteira agrária foi a investida pelo domínio das terras, conforme citado, para expansão agropecuária e de cultura industrial, nesse caso a cana de açúcar. Pois, conforme definido no plano, absurdamente, havia a necessidade de se evitar formas predatórias e de promover o equilíbrio ecológico das terras o que seria resolvido convidando grandes empresas para assumir a tarefa de desenvolver a região (ibidem).

O município de Conceição do Araguaia foi destacadamente inserido no contexto produtivo capitalista brasileiro quando, através de incentivos governamentais, tanto federal quanto estadual, passou a receber forte e arrojados subsídios oferecidos através da Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), instituição substituta da antiga e falida SPVEA 31, que pôs em efetividade o

³¹ A SPVA (Superintendência do plano de valorização da Amazônia) foi o órgão criado pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, com a função de pôr em execução o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, um "sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o

³⁰ A improdutividade aqui destacada, do ponto de vista do Estado, era uma fragilidade ao desenvolvimento proposto, utilizada estrategicamente na região sul do Pará como uma manobra para descaracterizar a lógica de produção camponesa predominante nos anos 1912-60, baseada na prática diversificada em pequena escala, nas práticas rudimentares, na manufatura e na comercialização do excedente, não sendo o fator mercantil como uma prioridade.

novo Plano de desenvolvimento da Amazônia. As negociações envolviam as terras devolutas, (em parte ocupada por posseiros) estrategicamente negociadas pelo Estado em favor de grandes empreendimentos agropecuários, que as recebia por doação ou por conversão do imposto retido na fonte, como forma de atração do grande capital, atraindo grandes empresas nacionais e multinacionais. Com isso o fluxo migratório de trabalhadores rurais e candidatos a sub emprego intensificou-se significativamente. Jean Hébette refere-se ao fenômeno, destacando:

" [...] especuladores baixaram de paraquedas em cima das terras devolutas. [...] ofuscado no noticiário do latifúndio criador de conflitos no território de Conceição do Araguaia [...] Nessa época o município de Conceição do Araguaia já tinha 76% de suas terras apropriadas, 772 propriedades cadastradas, com 204 proprietários de mais de mil hectares, entre os quais, 25 de mais de 10.000. Essa ocupação latifundiária dava prosseguimento à que se tinha efetivado poucos anos antes em todo o norte de Goiás, ao longo da Belém - Brasília. Aí estavam, já na década de 60, grandes nomes nacionais de fazendeiros, os Lunardelli, Junqueira, Meimberg, e novos proprietários fundiários estrangeiros como o americano Davis, conhecido por sua violência contra os posseiros. Estavam beneficiando-se dos incentivos fiscais da Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que na década de 70 atraía as indústrias desejosas de reter o valor de seus impostos de renda [...] (HEBETTE, 2004, p. 67)

A isenção do imposto de renda de pessoa jurídica, fixada em 10 anos, com possibilidade de aplicação de 50% para quem investisse na Amazônia, era um dos incentivos oferecidos pela Sudam para atrair a classe empresarial. As ações envolvendo estado e empresas rapidamente se efetivaram, dando conta de que o plano realmente havia dado certo na sua primeira fase, a de atrair o grande capital e de fortalecer o "jeito empresarial" de fazer o desenvolvimento da Amazônia acontecer, trazendo divisas para o Brasil.

Das empresas instaladas em Conceição do Araguaia, cabe destacar neste estudo, o Grupo Bradesco, que obteve área de 27.061,631 ha de terras somente em Conceição do Araguaia, oriundas de expropriação de posseiros (que detinham

Vargas - www.fgv.br/

-

desenvolvimento da produção extrativa, agrícola, pecuária, mineral e industrial" da região. Os setores abrangidos pelo plano incluíam desde os de viação, energia e crédito, até pesquisas geográficas naturais, tecnológicas e sociais, defesa contra inundação, política demográfica, relações comerciais, organização administrativa e divulgação econômica e comercial. Fonte: acervo *Fundação Getúlio*

pequenas parcelas) e de terras devolutas. Na fazenda Bradesco foram identificados e denunciados diversos casos extremos de violência aos trabalhadores rurais, tanto na prática de trabalho escravo quanto na tortura e morte de colonos e trabalhadores rurais³². A sobreposição de lotes era a justificativa para a expropriação sendo resolvida na base da pistolagem, quando o camponês oferecia resistência.

A questão tão relevante e absurda, foi a pauta de um relatório secreto³³ enviado pelo então chefe do Serviço nacional de informações (SNI), e membro do Conselho de segurança nacional (CSN), General João Batista Figueiredo, em visita a Conceição do Araguaia no ano de 74, notificando a presidência da república sobre os "problemas de terra" existentes, também a influência negativa da violência praticada pelos funcionários da fazenda à população conceicionense, demonstrando que os problemas de violação dos direitos humanos não estavam relegados somente aos trabalhadores rurais, mas também à população, tamanho o poder exercido pela empresa, comandado pelo gerente da fazenda, *Aigo Hudson Pyles*, conforme trechos do documento:

"Em agosto de 73, perante professores e alunos do colégio de Conceição do Araguaia, espancou uma criança que havia entrado em luta corporal com seu filho, criança essa que veio a falecer no hospital. [...] o nominado já se encontra em liberdade, pois o juiz desqualificou o crime cometido para o de 'lesões corporais'. A polícia federal possui fotografias de menores submetidos à tortura, através de queimaduras [...] (relatório... p. 07)

"Recentemente em uma das fazendas do grupo Bradesco, teria sido desmatada uma grande área. Antes de ser iniciada a queimada um dos capatazes determinou aos empregados para completarem o trabalho de desmatamento na parte central da área. Quando os mesmos lá se encontravam foi ateado fogo à mata e teria morrido cerca de 60 dos 100 que realizavam a tarefa [...]" (p. 08)

Constando no documento que, a violência impetrada aos trabalhadores contava com a complacência do juiz e do promotor, da polícia local, do Governo do estado, através da secretaria de justiça, e do poder público municipal que fazia "vistas

³² Mais informações sobre as morte na fazenda Bradesco em Conceição do Araguaia, ver Memórias Reveladas - Arquivo Nacional\DSI-MJ Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça\Questões Fundiárias\BR_RJANRIO_TT_0_QUF_AVU e ainda Assassinatos no campo-Movimento dos trabalhadores sem-terra, 1986.

³³ Documento disponível em formato digital no Arquivo nacional do Ministério da justiça para consulta.

grossas" aos crimes praticados pelos influentes da Bradesco, uma vez que diversas denúncia já haviam sido feitas pela igreja e pelo advogado do Sindicato dos trabalhadores rurais na época, o Sr. Paulo Botelho Prado, e nenhuma providência tomada.

Nesse cenário de apropriação, as relações constituídas na nova dinâmica territorial a partir da frente desenvolvimentista traçaram novos arranjos nesta região de fronteira agrária; a realidade que impulsionou a migração do grande capital através da instalação das grandes fazendas agropecuárias, registrando-se, somente em Conceição do Araguaia, 33 grandes projetos Agropecuários, (todos de propriedade de empresas do centro sul, com destaque para São Paulo) evidenciara o interesse do poder público basicamente na dimensão econômica do desenvolvimento. Com isso, um novo cenário de conflitos multidimensionais foi se constituindo nos moldes do sistema da dominação, materializado pela exploração da força de trabalho, na grilagem, na corrupção dos cartórios, na expropriação, na política tendenciosa e despreparo técnico do governo para lidar com a legitimação de posse das terras devolutas, morosidade da justiça (quase sempre decidindo em favor do que tinha o registro da terra, mesmo com as evidências de ilegalidade) e no desmatamento que fortalecia uma nova modalidade de exploração dos recursos da Amazônia: o comércio da madeira retirada das derrubadas para formação de pastagem.

Para dar o suporte necessário ao projeto de expansão desenvolvimentista, providencialmente foram instalados no município, nas décadas 60/80, diversos órgãos e instituições públicas. Os já existentes foram potencializados com a contratação de servidores públicos. Na época foram instalados os Bancos da Amazônia e Brasil, que embora tivessem regulamentação própria de crédito, estavam subordinados às normas da Sudam para concessão de fomento agropecuário; a Empresa de Assistência técnica e extensão rural do estado (Emater-PA) que tinha incumbência de disseminar a política estatal, através do seu corpo técnico, assessorando a implantação e assistindo tecnicamente os projetos agropecuários; uma sede avançada do Instituto nacional de colonização e reforma agrária (INCRA), em seguida do Grupo Executivo das terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), que foi criado no início da década de 80, efetivamente para organizar a questão de sobreposição de lotes na Região do Araguaia - Tocantins, titulando áreas e assentando posseiros a fim de minimizar os conflitos de terra, melhorando a distribuição e os direitos fundiários.

A função que antes era exclusiva do INCRA ou do Instituto de terras do Pará (ITERPA), de acordo com a competência de cada um, passou a ser coordenada pelo Getat.

Embora a estratégia do Getat tenha sido efetiva no sentido de conter os conflitos através da regularização das terras, titulando e assentando regularmente milhares de posseiros na Região Sudeste do estado a partir do ano de 1982, essa tática foi menos assertiva no território rural de Conceição do Araguaia, pois os conflitos agrários envolviam além das questões relacionadas à exploração dos trabalhadores rurais, a documentação dos lotes conseguida através da grilagem e de outros meios políticos, dificultava o trabalhos dos técnicos que tinham pouco ou nenhum poder diante das interferências políticas, sendo por vezes, coagidos e acusados de estarem atrapalhando o projeto de desenvolvimento. Inseridos nos recorrentes casos de ocupação, viam-se diante de questões envolvendo posseiros e fazendeiros, tendo que decidir pela legalidade ou subjugar-se aos fazendeiros no meio dos iminentes conflitos armados. Tanto que não há registro no município de assentamento organizado pelo Getat, ou seja, o papel paliativo era realizado ouvindo demandas dos expropriados, mas sem ter como encaminhar ou mediar desocupação de áreas ocupadas, na maioria das negociações os técnicos sugeriam remanejamento para outras áreas fora do município, o que era refugado pelos posseiros. Embora o órgão fosse considerado poderoso, tendo relação direta com a o gabinete do Ministro do interior, o embrolho formado por fazendeiros e o poder público local interferia nas decisões técnicas, dificultando as negociações.

As mortes no campo, as denúncias (feitas principalmente pela igreja) de trabalho escravo e de crimes ambientais³⁴ e a necessidade de regulamentação no comércio local, obrigaram o Estado a instalar no município, postos: da Secretaria da fazenda (SEFA); do Instituto Brasileiro de meio ambiente (IBAMA), do Ministério do trabalho e emprego, da Caixa econômica federal e do Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE).

³⁴ Bertha Becker (1998), referindo-se ao período de intenso desmatamento para formação de pastagens, onde o processo era feita utilizando tecnologias impactantes, relata que as empresas desmatam áreas maiores e em ritmo crescente. Utilizam o trabalho assalariado, que possibilita rápido desmatamento, e nas operações seguintes dispõem de aviões que espalham desfolhantes, defensivos e sementes de capim em três dias realizam uma operação equivalente a um ano de trabalho vivo. Bertha K. Becker- Amazônia (1998).

A estrutura colocada em favor do projeto desenvolvimentista em Conceição do Araguaia, com a instalação e potencialização de órgãos governamentais, nos permite deduzir que a ação resultante disto obrigava a população rural e urbana a voltar-se ao atendimento das demandas de produção acumulativa aportada com toda a força impositiva que sugere o monopólio capitalista. O grande capital, amplamente subsidiado pelo Estado, retirou dos colonos preexistentes, o meio de sobrevivência, as relações sociais, o meio ambiente natural, além da possibilidades de ascensão, fornecendo-lhes o trabalho assalariado temporário, ampliando a divisão de classes, conforme complementado por Picoli (2006),

O Estado e o capital em conjunto regulam as ações de dominação na região. Eles usam da força conjunta para favorecer grupos organizados na economia e na política, tendo como objetivo final a expansão e a concentração de capital na região. Nessa estratégia, utilizam a superexploração e colocam a natureza a serviço de grandes conglomerados econômicos. A exploração do homem e do seu ambiente passa a ser regra. (p. 17)

Desta forma, consolidando a elite e o latifúndio em detrimento da massa trabalhadora, formando um "elo de desigualdade na região" (ibid, p. 42). Nesse mesmo contexto favorável em que as empresas foram atraídas para a região, além dos subsídios dados pela União, tem-se através da lei estadual nº 4.074 do governo do Pará, a isenção total ou parcial de tributos para circulação de mercadorias de empresas agropecuárias e outras, ratificando os favores e estímulos para atrair empresas e empresários ávidos aos investimento na Amazônia.

Fazia parte do discurso de justificativas sobre a necessidade de povoamento nas propagandas do governo militar, a integração da Amazônia, sob o risco de ter parte da Amazônia brasileira invadida por países estrangeiros. Essa estratégia, na verdade, dissimulava outra intensão: a de resguardar os recursos naturais existentes nesse território que faziam parte dos ambiciosos projetos de desenvolvimento econômico do Estado. Naquela época, diversas áreas minerais já haviam ou estavam sendo mapeadas por empresas mineradoras nacionais e internacionais, além de inúmeras outras possibilidades de exploração do solo, madeira, águas e botânica. O governo tinha sim a pretensão de proteger o território amazônico, não pelo sentimento

nacionalista de pertencimento ao território nacional, mas primando pelo total controle desses recursos, evitando riscos de inviabilidade do projeto de exploração. Como parte desse engenhoso projeto de vigilância do espaço amazônico foram investidos cerca de um bilhão e meio no Projeto CALHA NORTE³⁵, e dele derivaram-se o Centro integrado de defesa aérea e controle de tráfego aéreo (CINDACTA), o Sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de proteção da Amazônia (SIPAM), sob o comando da Aeronáutica, resultando também na instalação de um desses postos em Conceição do Araguaia, considerada pelo governo como a porta de entrada da Amazônia oriental.

O certo é, o que o governo promulgava como negativo em propaganda aberta a população brasileira, sobre a internacionalização da Amazônia, difundido no slogan nacionalista "integrar para não entregar", ironicamente o fazia abrindo as portas ao capital estrangeiro e entregando as riquezas naturais, subsidiando as empresas e oferecendo a infraestrutura necessária à abertura da fronteira, utilizando para isto, recursos de empréstimo internacional endividando o país.

2.4. Os movimentos sociais em evolução

Do período pós 64 aos dias atuais, novos atores e conflitos foram se constituindo no território, na luta por direitos, pela terra e por espaço político, que até então esteve sob o monopólio dos latifundiários e empresários, movido pelo poder financeiro, onde os sujeitos alijados principalmente de benefícios sociais e recursos dos mais diversos, não tinham voz nos espaços de decisão.

A rebeldia contava com apoio da igreja católica para dar voz às suas reivindicações e movimentações no território militarizado, que passou a tratar a questão agrária com rigor de militarização (o tratamento dado aos trabalhadores rurais era o mesmo dado aos militantes da guerrilha do Araguaia). De acordo com Schmink e Wood (2012),

-

³⁵ O projeto Calha norte prossegue a militarização da política de ocupação regional, entendida como única solução para os conflitos crescentes, e ainda a estratégia espacial de criar territórios para a ação direta do governo federal. *Bertha Becker, Amazônia, 1998.*

Ao equiparar crítica à tradição, a doutrina de segurança nacional dos militares fez com que apontar falhas na maneira como a colonização estava sendo feita na Amazônia se tornasse um ato temerário. As autoridades militares interpretaram o clamor internacional contra o desmatamento e contra as ameaças aos grupos indígenas como conspiração imperialista e os violentos confrontos entre os fazendeiros e camponeses, como evidência de infiltração comunista. Desta forma, preocupações ecológicas e sociais legítimas, bem como as disputas entre os diferentes grupos locais, assumiram um grau de significância que as levou a serem comparadas ao conflito internacional norte e sul e entre leste e oeste. Essa associação permitiu aos militares e à polícia agir com impunidade em área de fronteira. (p. 39)

Mas o capítulo construído com focos deixados pela Guerrilha do Araguaia³⁶, juntados à todo o cenário de impunidade e relegação da população em detrimentos dos projetos voltados para o atendimento da elite, que teve em Conceição do Araguaia como um dos focos do surgimento dos primeiros agrupamentos de origem da guerrilha, apoiado dos crescentes movimentos sociais que foram se formando nas décadas seguintes, dentre eles o Movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) e a Comissão pastoral da terra (CPT), fortaleceu os grupos descontentes constituídos por atores locais, principalmente do campo, como o Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR) e as Associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, ambas tecidas por posseiros e trabalhadores que viviam no regime de exploração pelos grandes fazendeiros, ou em busca de um pedaço de terra para trabalhar, dentre outros. Esses movimentos foram ganhando espaço e formando uma rede de reivindicações comuns que se estendiam para além do território, em contextos estaduais e federais.

-

³⁶ http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2015/09/guerrilha-do-araguaia-pelo-direito.html

3. OS CONFLITOS EM EVIDÊNCIA, QUEBRA DA HEGEMONIA DAS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS E NOVOS RUMOS AO TERRITÓRIO - FORTALECIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A RESISTÊNCIA DOS ATORES

Os movimentos sociais se constituíram no território, basicamente em torno dos conflitos pela posse da terra e contra o sistema da dominação, já que esta demanda era a principal responsável pela polarização entre os atores que figuravam em Conceição do Araguaia. Conforme discutido no capítulo anterior, a questão agrária, vem desde o início da formação do município como a grande causa dos conflitos ocorridos no espaço conceicionense, sendo objeto de disputa material constante, dos trabalhadores rurais (grande parte expropriados de suas terras, migrantes ou fugitivos do trabalho escravo das grandes fazendas), posseiros (resistentes às investidas de expropriação por parte dos fazendeiros) contra os grileiros, latifundiários e empresas agropecuárias que manipulavam em seu favor, o poder público local, o judiciário, a segurança e as leis. A resistência também é na política, na qual, os agricultores lutavam por direito, também contra a repressão oferecendo resistência aos atos praticados pelo governo militar, que tomava partido quase sempre em favor dos donos do poder e do capital.

A resistência dos posseiros, durante a ditadura militar, foi marcada por dois acontecimentos que contribuíram para o fortalecimento da luta e da resistência do grupo desfavorecido. O primeiro deu-se no início dos anos 70 com o conflito nacionalmente conhecido como a Guerrilha do Araguaia. Os guerrilheiros (cerca de 69), membros do partido Comunista do Brasil (PCdoB), vindo de diversas partes do país, principalmente do centro sul, fugindo da repressão política presente na ditadura militar. Mobilizados em grupo se espalharam pela região do Araguaia e parte do, na época, estado do Goiás, na região geográfica conhecida como o bico do papagaio, estabelecendo-se entre os agricultores e comunidades rurais, obtendo apoio dos moradores. Um dos objetivos dos insurgentes era justamente mobilizar os agricultores e trabalhadores rurais nutrindo-os dos seus direitos, através de cursos de alfabetização para os camponeses atrelado à politização por meio de debates sobre a conjuntura política do país, proporcionando ainda cuidados médicos básicos à classe desfavorecida. Mas a ação, reconhecida como subversiva, foi descoberta por informantes do governo militar. Classificados como comunistas e execrados pela ditadura militar, os guerrilheiros foram combatidos, tendo a guerrilha dada por vencida pelos militares sob o comando do Major Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Curió³⁷ em uma missão violenta e forçosa. O major usando táticas de guerra, comandou uma campanha de terror e tortura entre os camponeses, obrigando-os a delatarem os insurgentes. Como resultado da guerrilha, foram mortos indivíduos da parte dos militares e alguns guerrilheiros foram presos³⁸, extinguindo o movimento; contudo deixaram plantados focos de resistência entre os posseiros. Segundo lanni (1981) a resistência vinha de todos os lados, não havia mais submissão, os posseiros estavam dispostos a lutar por suas terras, mesmo que para isso fosse necessário o conflito armado. O que de fato aconteceu, transformando a região do Araguaia no que o padre Ricardo Resende Figueira³⁹ chamava de "faroeste sem xerife". Figueira, reforça que "a violência não era fruto do acaso, mas resultado de um projeto político e econômico" (FIGUEIRA, 2008, p. 19). Com isso, os posseiros organizaram o grupo dos "posseiros do Araguaia" que logo viria a reforçar o Sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia (STTR), fundado em 1971, com apoio da Igreja (membros religiosos e Movimento Educacional de Base).

No entanto, o capítulo seguinte da história do movimento ficou marcado pela tomada do Sindicato dos trabalhadores, pelo governo militar. Em nível nacional o cenário acenava para o desmonte das organizações dos sindicalistas e militantes e enfraquecimento das bandeiras de luta dos sindicatos. Welch (2006), ao tratar desta questão, destaca:

A ditadura não perdeu tempo em sua repressão ao movimento sindical dos trabalhadores rurais. Quase 80% dos sindicatos recém formados tiveram seus registros cancelados, preservando apenas os sindicatos que estavam vinculados com anticomunistas assumidos, geralmente padres e seus aliados católicos. No entanto, ao contrário das piores

³⁷ O Major "Curió", depois desse feito ficou amplamente conhecido como solucionador de problemas. Nos anos seguintes transformou-se em uma figura política na região. Dentre seus feitos, comandou cerca de 40 mil garimpeiros na exploração de ouro no garimpo de Serra pelada na década de 80 à "mão de ferro" e elegeu-se deputado federal e prefeito da cidade de Curionópolis, fundação de sua autoria. (Marianne Schmink e Charles Wood, *Conflitos sociais e formação da Amazônia, 2012*)

³⁸ A quantidade e a dimensão exata da violência praticada contra os guerrilheiros durante a guerrilha do Araguaia somente foi divulgada no ano de 2009, quando o major Aposentado, Sebastião "Curió, resolveu divulgar informações mais precisas que guardava consigo desde a fatídica operação.

³⁹ O padre *Ricardo Resende Figueira* residiu em Conceição do Araguaia entre os anos de 1977 e 1996, passando também pelo município de Rio Maria. Nesse período coordenou a CPT e fez parte da equipe de coordenação do Movimento Eclesial de Base (MEB). Também, durante sua estada, cuidou de resgatar e registrar a história de luta e violência vivida pelos camponeses na região do Araguaia. Atualmente é docente adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Informações coletadas na diocese de Conceição do Araguaia)

expectativas, que previam a extinção do sindicalismo pelo regime, os militares adotaram a perspectiva corporativista, vendo nos sindicatos um braço útil para construir sua hegemonia e organizar a produção do país. (WELCH, 2006, p. 62)

No Sindicato dos trabalhadores de Conceição a estratégia foi providencial. Com a Guerrilha finalizada, o major Curió levando aos seu superiores informações sobre as estratégias dos guerrilheiros do Araguaia para obter apoio dos posseiros, concluíram que "se o Brasil quisesse evitar outros movimentos políticos daquele tipo, seria necessário seguir o exemplo dos insurgentes e estender os serviços necessários à população rural" (SCHMINK E WOOD, 2012, p. 121). Seguindo a estratégia, sob suposto desvio de recursos pelo presidente legítimo, o major Curió, apoiado por fazendeiros da região, empossa na presidência do sindicato dos trabalhadores de Conceição, arbitrariamente, um interventor munícipe, grileiro, de nome Bertoldo Siqueira⁴⁰, tratado no meio do movimento como "pelego", e assim, conforme a legislação atribuída às Organizações sociais civis, durante a ditadura em todo o território nacional, o governo transformou também o STR de Conceição em uma instituição assistencialista, a favor das ações do Estado. Sobre esse período, a militante, Sra. Maria Gonçalina Alves Dias, relata:

[...] todo mundo trabalhando, sendo explorado pelo fazendeiro e não tinha carteira assinada [...] tinha vez que eles batiam, eles matavam; muita coisa aconteceu de 72 a 84, o mandato era do Bertoldo, ele era acoloiado com o Doutor Antônio que era fazendeiro e latifundiários e ele, o Bertoldo, entrou no convênio com o Doutor Antônio, ele fez um convênio para quem se associar no sindicato teria consulta e dentista de graça, ele também internava as pessoas no Hospital São Lucas eles atendia somente a um grupinho de pessoas [...]⁴¹

Em outro trecho, conclui:

O sindicato pagava também o Doutor Carlos. Eles não fazia nada de graça, mas se entrasse na terra do fazendeiro que eles vinham aqui no sindicato se juntavam com o Bertoldo e pegavam o invasor e batiam. O sindicato era dos trabalhadores mas o Bertoldo apoiava era os

⁴⁰ Bertoldo Siqueira Lira, oficial reformado do Exército, declarava-se munícipe, ganhando a vida em Conceição com a negociação de terras griladas. Nasceu em 19/10/1922, no norte de Goiás, atual estado do Tocantins, e faleceu em 10/06/2006, na cidade de São Felix do Xingu (PA).

⁴¹ Maria Gonçalina Alves Dias, agricultora e militante do movimento social, sindicalizada desde a década de 80 e atual presidente do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Entrevista de duas (02) horas e quarenta (40) minutos, concedida em 11 de setembro de 2017, na Sede do posto Sindicato.

fazendeiros, cada lote bem grande era concentrado na mão de dois ou três donos. [...] Na Bradesco mesmo eles mataram muita gente para não pagar. Lá tem um setor na região da Bradesco chamado voo da morte, é um buraco bem grande, parece uma represa eles botavam o trabalhador para correr e atiravam. E o sindicato não defendia nós, quem ajudava era a igreja, os padres [...] Essa é a história. (idem)

A estratégia, de fato, afastou os militantes do Sindicato, mas não os desmobilizou conforme previsto. O movimento contava com apoio da igreja para dar voz às suas reivindicações e movimentações no território militarizado, onde o governo passou a tratar a questão agrária com rigor de militarização (o tratamento dado aos trabalhadores rurais, considerados subversivos, era o mesmo dado aos militantes da guerrilha do Araguaia). De acordo com Schmink e Wood (2012),

Ao equiparar crítica à tradição, a doutrina de segurança nacional dos militares fez com que apontar falhas na maneira como a colonização estava sendo feita na Amazônia se tornasse um ato temerário. As autoridades militares interpretaram o clamor internacional contra o desmatamento e contra as ameaças aos grupos indígenas como conspiração imperialista e os violentos confrontos entre os fazendeiros e camponeses, como evidência de infiltração comunista. Desta forma, preocupações ecológicas e sociais legítimas, bem como as disputas entre os diferentes grupos locais, assumiram um grau de significância que as levou a serem comparadas ao conflito internacional norte e sul e entre leste e oeste. Essa associação permitiu aos militares e à polícia agir com impunidade em área de fronteira. (p. 39)

A impunidade e segregação eram os elemento que conduziam os trabalhadores às lutas e reivindicações contra o tratamento desigual, uma vez que as regras para o fazendeiro não eram as mesmas aos demais. Isso se aplicava à distribuição de terras, à apuração dos crimes de pistolagem, à violência aplicada ao posseiros, ao acesso às políticas de governos e ao crédito rural. Contudo para driblar a repressão, os militantes "posseiros do Araguaia" passaram a reunir-se nos espaços pastorais, com o apoio irrestrito dos agentes eclesiásticos. Desta forma, "as reivindicações dos posseiros, sobretudo daqueles envolvidos diretamente na problemática da luta pela terra, normalmente, não passavam pelo sindicato, mas, quase sempre, pelos padres, pelos agentes de pastorais ou pelo bispo" (PEREIRA, 2013). Os agentes pastorais aproveitavam as reuniões, cursos e celebrações religiosas para orientações políticas,

indo até as comunidades. A igreja católica figurou na história dos movimentos sociais no território estudado, notoriamente, nesses dois eixos de ação que se complementavam quanto do público de ação: a educação informal, político ideológica e na defesa dos trabalhadores rurais. Até que surge novamente em 1980 a possibilidade de retomada do Sindicato pelos trabalhadores rurais, através de eleição para composição de nova diretoria, reacendendo novamente a história de luta dos militantes junto ao Sindicato.

Esse segundo e importante momento do movimento social na luta pela terra em Conceição do Araguaia foi marcado mais uma vez pela violência do Estado e do latifúndio contra os trabalhadores rurais. Encabeçava a chapa II, contrária ao pelego, o militante Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo", tido como principal liderança da luta camponesa na região e também ligado à Comissão Pastoral da Terra, quando foi assassinado bem próximo da eleição, conforme relembra a Sra. Gonçalina Dias:

> [...] foi aí que o povo decidiu fazer a retomada do sindicato para as mãos do trabalhador [...] se candidatou o gringo, mas quando faltava 14 dias para a eleição mataram ele, ele compunha a chapa contra o Besouro quando mataram o gringo. Existia muita perseguição, tinha muita luta, mas os trabalhadores queriam tirar o sindicato da mão do pelego e o Filipinho foi convencido de concorrer a chapa, encabeçando a chapa. O Filipinho ganhou mas teve que sair escondido ele foi muito perseguido pelo pelos Pistoleiros e a partir daí foi iniciado a convocar o povo para a grande bandeira de luta do sindicato que era a retomada das terras [...]⁴²

A morte de "Gringo" provocou nos sindicalistas uma onda de revolta em toda a região. Somente no município de Xinguara⁴³ mobilizaram-se cerca de cinco mil trabalhadores que saíram às ruas enfrentando o medo, a exclusão social, a repressão, a ditadura e as ordenanças do Major Curió e de seus agregados. A luz das reflexões de Loureiro (2010) a resistência vai se consolidando a partir do enfrentamento constante das classes dominadas aos representantes do grande capital, e neste caso, ainda a violência e descaso impetrada pelo Estado através de seus órgão. De certa forma, compreender a polarização em curso, os ascendia positivamente à estabelecer

⁴² Entrevista concedida em 11/09/2017

⁴³ Na época o STTR de Conceição do Araguaia representava a classe de trabalhadores rurais e posseiros em toda a região sul do Pará. Fonte: institutopaulofonteles.org.br. Acesso em 15/11/2017

os limites da resistência e delinearem as alianças capazes de favorecê-los. Nesse aspecto além de agentes eclesiásticos contavam também com profissionais liberais, solidários à luta pela causa. Dentre eles Paulo Fonteles e Gabriel Pimenta, advogados e ativistas políticos que defendiam a causa dos trabalhadores, mesmo sob as ameaças de morte que vieram a se concretizar nos anos seguintes⁴⁴. Assim como "O Gringo", Fonteles e Pimenta, dentre outros trabalhadores rurais e líderes pastorais foram mártires do movimento pela terra, pela justiça social e liberdade dos camponeses. A figura (02), a seguir, mostra um momento de mobilização dos militantes e ativistas políticos conclamando os sindicalistas à luta contra a repressão e a violência impetrada pelos fazendeiros e grandes empresas agropecuárias.

Figura 02: Mobilização dos sindicalistas pela retomada do Sindicato dos Trabalhadores levando à frente a imagem de seu mártir, o Gringo.



Fonte: Arquivo STTR de Conceição do Araguaia

⁴⁴ Paulo Fonteles foi assassinado por pistoleiros em junho de 1987 em Ananindeua/PA, a mando da União Democrática ruralista — UDR, cumprindo as ameaças que vinham sendo feitas desde sua militância na defesa dos camponeses no Sul do Pará. Até hoje os mandantes do crime não foram à julgamento. Gabriel Pimenta foi assassinado em julho de 1982 na cidade de marabá/PA enquanto defendia a causa de um grupo de 158 famílias de posseiros, a mando do fazendeiro conhecido por "Nelito". O processo que corre na justiça contra "Nelito" foi protelado até 2006, quando recebeu prescrição pela justiça.

A resistência dos posseiros para retomar o sindicato foi duramente reprimida. Concomitante à luta, crescia também as ocupações das terras "documentadas ou griladas" pelos fazendeiros e pelas grandes empresas. Estrategicamente, o Estado, declaradamente repressor, utilizava os órgãos públicos para, de certa forma, coibir e ameaçar os trabalhadores rurais, rejeitando denúncias no judiciário, emitindo ordem de despejo, negligenciando a mediação dos conflitos, usando a polícia militar para cumprir ordem de despejo. Através da Rádio nacional de Brasília, de abrangência nacional e que culturalmente atingia os hábitos rurais, enviavam recados à população, para conclamar os trabalhadores às votações que se seguiram, determinando o fechamento de uma rádio comunitária pertencente à igreja e prometendo benefícios aos que ficassem "do lado" do governo. A eleição onde a esquerda encabeçada por Gringo, dominava a intenção de votos, ocorreu em meio à ameaças, tendo sido conduzido à titular do pleito o militante, Davi Rodrigues da Silva, que mesmo sob ameaças (verbal e através de bilhetes) por diversas vezes, pelos pistoleiros a mando dos fazendeiros, permaneceu na luta e venceu a eleição. No final, todo esforço foi tido com vão, pois a eleição foi anulada, sob alegação de falta de quórum e fraude na contagem dos votos. O STTR permaneceu ainda sob a gestão comandada pelo Estado⁴⁵, até 1985. Durante esse período mais duas eleições foram marcadas tendo como organizadores e participantes da direção do sindicato integrantes do Getat e da polícia federal, sendo declarada nula novamente a segunda pelo mesmo argumento de falta de quórum. A falta, atribuída pelos militantes da esquerda, foi devido a remoção de última hora da urna que funcionaria em São Geraldo, principal reduto da oposição, raízes do "Gringo", e novamente remarcada a terceira, já no ano de 1981, desta vez teve declarada como vencedora a situação, mantendo o grileiro Bertoldo na presidência, embora, ativistas que acompanhavam a eleição, viriam a detectar cédulas vazias na contagem a favor do candidato do governo, denunciando a fraude às autoridades em Belém, mas sem resposta às denúncias.

A Sra. Maria Gonçalina Alves Dias⁴⁶, em outro trecho da entrevista, relembra que como parte da coerção do Estado, nesse período de repressão e disputa pelo sindicato dos trabalhadores, o pelego Bertoldo era usado para indicar aos técnicos do

⁴⁵ Faziam parte da equipe que comandava o sindicato, técnicos do Getat e agentes da polícia federal que participavam da diretoria e da parte administrativa, sindicalizando inclusive profissionais liberais como pedreiros, comerciantes e outros. (Ata disponível no arquivo do STTR de Conceição)

⁴⁶ Entrevista concedida em 11/09/2017 op. cit.

Getat os "bons" e os "maus", critério utilizado para definir os que eram dignos de receber terra na região; conforme a indicação de Bertoldo, os trabalhadores eram cooptados ou punidos pelo grau de proximidade com militantes ou participação nos movimentos. Nos conta ainda que muitos trabalhadores foram iludidos pelo major Curió com a promessa títulos de terra e carteiras de garimpeiro à quem votasse no candidato da situação. Essa informação se confirma por Schmink e Wood (2012):

No primeiro semestre de 1981, o Getat selecionou 315 colonos em Conceição do Araguaia, dois terços dos quais foram assentados durante março e abril, pouco antes da eleição. Da mesma forma, até o final de junho, seiscentos títulos tinham sido entregues em Xinguara e Redenção. O critério de escolha no período eleitoral diferiu daquele utilizado na seleção de Mata Geral, que ocorreu depois da votação. Os formulários de inscrição a que nós tivemos acesso mostravam que os documentos referentes ao processo feito antes da eleição estavam praticamente em branco, exceto pela observação de que o candidato era um membro do sindicato. Posteriormente, as autoridades do Getat admitiram que sua intensão era influenciar a eleição através da manipulação da distribuição dos títulos de terra. (p. 250)

Fatos que, caso fossem tratados com imparcialidade e houvesse interesse de elucidação pela justiça, seriam facilmente comprovados, servindo de prova para confirmar a fraude na eleição do STTR. Por fim, em 1985, após nove anos de luta, em novo processo eleitoral, desta vez, tendo a chapa de esquerda (contrária ao poder vigente) encabeçada por Felipe Alves Macedo⁴⁷, o "Filipinho" viria a vencer as eleições e assumir a presidência do STTR. Para empossar a nova diretoria, o juiz Enivalgo Gama Ferreira teve que mandar arrombar a sede do sindicato porque Bertoldo não apareceu para transmitir o cargo e trancou a porta do prédio (O Liberal, Belém/PA, 20/08/1985), expurgando os impostores e membros do decadente governo, trazendo para o movimento a força da instituição e restituindo nos trabalhadores rurais a esperança de dias melhores, ganhando força a grande bandeira de luta dos trabalhadores que era a retomada das terras. Sobre a fatídica transição, relembra a Sra. Gonçalina:

_

⁴⁷ Trabalhador rural, posseiro que atuava na militância junto à CEB, foi conduzido à politização pela causa do movimento através das formações políticas nas comunidades pelo Movimento eclesiástico de base. Atualmente, Felipinho está recluso à sua propriedade no Assentamento Canarana em Conceição do Araguaia.

[...] com a retomada o Bertoldo não entregou a chave do sindicato, quando o Bertoldo viu que tinha perdido danificou tudo no sindicato. Filipinho foi atrás do Delegado para poder entrar no sindicato. O Bertoldo queimou todos os documentos do sindicato deixou o sindicato cheio de dívidas muitas contas para pagar [...]⁴⁸

O militante Felipinho enfrentou, dentre os desafios impostos, o de reorganizar o sindicato financeiramente, e recadastrar os trabalhadores rurais, excluindo os indivíduos alheios aos interesses do movimento, cadastrados durante a ditadura. Confirmando as denúncias feitas nos períodos eleitorais, de que os interventores cadastravam comerciantes e profissionais liberais, não pertencentes à categoria, a fim de obter votos para o candidato do governo. Esses "eleitores" estando sindicalizados passavam a obter os mesmos benefícios dos trabalhadores rurais, junto à previdência, por exemplo.

3.1. O apoio da Igreja católica ao movimento – a ideologia pelo coletivo

Tal como na mobilização dos trabalhadores, que tinham como pauta principal a luta pela terras e o combate à opressão da classe trabalhadora, orquestrada pelo latifúndio, como também na reorganização do sindicalismo na região do Araguaia, a Igreja católica esteve presente na luta, conferindo junto aos trabalhadores rurais o desafio de constituir no movimento, além dessas demandas imediatas, o estímulo à participação coletiva e o envolvimento pela causa social. As mensagens, sempre referenciadas no evangelho, estavam presentes em suas celebrações litúrgicas, realizadas na sede da igreja e também nas comunidades, manifestando a ideologia da igreja que evocava a organização pelo trabalho coletivo, a luta pela justiça social, igualdade de direitos e o apoio moral aos companheiros, que de alguma forma, estavam a frente do movimento como lideranças que se despontavam pela bravura e sofriam constantes assédios e violência. Sua política reforçava ainda sobre a importância da preservação cultural e a identidade camponesa (Figueira, 2008),

⁴⁸ Entrevista concedida em 12/09/2017. (op. cit)

incluindo em seus textos e celebrações, costumes e objetos (foices, enxadas, facões) usados no dia a dia dos trabalhadores, que constituíam todo o simbolismo da identidade camponesa.

Até meados de 1975, a Igreja católica apoiava o movimento dos posseiros do Araguaia com ações educativas, mobilizadas através do Movimento de Educação de Base (MEB), movimentos criado pela Conferência nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo objetivo era desenvolver um movimento de educação de base⁴⁹ através do sistema radiofônico, permitindo assim, chegar a informação as mais distantes comunidades do centro oeste, norte e nordeste brasileiro, fundamentada nos princípios filosóficos do educador Paulo Freire. A Igreja católica trabalhava ainda com a metodologia de organização comunitária em Comunidade Eclesial de Base (CEB) que em Conceição do Araguaia priorizava, pelas circunstâncias, as comunidades rurais.

De acordo com Figueira (2008), nas reuniões eram discutidas e compartilhadas todas as questões que se passavam com os trabalhadores, estes sentiam e enxergavam nos companheiros eclesiais, o único refúgio para denunciar as injustiças sofridas. Tais questões eram anotadas pelos dirigentes e por vezes encaminhadas como denúncias às instituições de direitos humanos e ao poder judiciário, transformando-se ainda em pauta de discussão nos encontros nacionais da CNBB, dentre outros, chamando a atenção para conflitos travados no interior da Amazônia e as injustiças sofridas pelos desafortunados. Desta forma, em um dos encontros da CNBB, surgiu a demanda por uma organização, dentro da Igreja católica, que

_

⁴⁹ Conforme definido pela UNESCO, a educação de base constitui conhecimentos básicos relacionados à 1) desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler e escrever, falar e ouvir, calcular); 2) desenvolvimento profissional (agricultura, trabalhos caseiros, edificação, formação técnica e comercial necessária ao progresso econômico); 3) desenvolvimento de habilidades domésticas (preparação de comida, cuidado das crianças e enfermos); 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios; 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva; 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais (elementos científico-práticos); 7) conhecimento e compreensão do ambiente humano (organização econômica e social, leis e governos); 8) conhecimento das outras partes do mundo e dos povos que nelas habitam; 9) conhecimento de qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno, como o são o ponto de vista pessoal e a iniciativa, o triunfo sobre o medo e a superstição, a simpatia e a compreensão para com as opiniões diferentes; 10) desenvolvimento moral e espiritual; fé nos ideais éticos e aquisição do hábito de proceder de acordo com eles, com a obrigação de submeter a exame as formas de condutas tradicionais e de modificá-las segundo o requeiram as novas circunstâncias. ((Beisiegel, 1974: 81-82, apud Fávero, *Movimento de educação de base, primeiros tempo*, 2004)

acompanhe os problemas de conflitos ligados à terra, cuja necessidade de promover a defesa da parte desassistida, nesse caso os trabalhadores rurais, foi vista como prioridade. Criando-se a Comissão pastoral da terra (CPT), que a partir de então passou a responder legalmente na defesa dos posseiros, dando forma, voz e nome aos personagens que sofriam e aos que praticavam a violência no sul do Pará.

As práticas pedagógicas do MEB foram providenciais ao fortalecimento do sindicalismo na região, emergindo nos posseiro o sentimento de luta, não somente pela terra, mas por um projeto maior de justiça social em aspecto dimensional. Ao mesmo tempo que atuavam na educação sindical com os trabalhadores na base em âmbito local, os eclesiásticos participavam de movimentos em nível regional, nacional e internacional, promovendo o intercâmbio entre as lideranças e denunciando os crimes praticados pela oligarquia contra os trabalhadores rurais. Essa relação estreita entre a igreja (através da CPT, MEB, CEB) e a militância sindical dos trabalhadores rurais por vezes envolvia os eclesiásticos em situações também de violência. "Quando tensões acumuladas resultavam em resistência armada por parte dos posseiros, o próximo passo era as autoridades e o latifúndio acusarem a Igreja de instigar a violência e promover a ideologia comunista". (SCHMINK E WOOD, 2012, p. 245). Desta forma, o envolvimento dos membros da Igreja era sempre vinculado aos atos de conflito entre as partes antagônicas, embora não estivessem nas ações diretas protagonizadas pelos ativistas, era evidente que forneciam apoio moral aos enfrentamentos que ocorriam, defendendo os trabalhadores e os acompanhando nas ações junto às entidades de direito. Desta forma, implícita e indiretamente os eclesiásticos eram vistos como inimigos na mesma proporção dos trabalhadores rurais, com a diferença de que, por sua capacidade de movimentação, eram respeitados em alguns setores da administração pública.

Reconhecidamente o trabalho realizado pela Igreja junto ao movimento dos posseiros do Araguaia conferiu-lhes o empoderamento, ultrapassando as fronteiras do território de Conceição do Araguaia e região, permitindo-lhes a descoberta da capacidade de lutar por si, de argumentar junto à justiça, ao poder público e aos poderosos latifundiários. Tal empoderamento favoreceu a criação de outros sindicatos em nível estadual, além da articulação com movimentos ligados à terra na defesa dos trabalhadores rurais, trazendo para a Região a Federação dos trabalhadores da agricultura do estado do Pará (FETAGRI/PA), a Federação dos trabalhadores e

trabalhadoras da agricultura familiar (FETRAF), ambas ligas em rede nacional pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Pereira (2013) ao abordar a questão do empoderamento dos posseiros na região sul do Pará, cita ainda a ampliação da capacidade de negociação dos trabalhadores, através da institucionalização dos STRs, destaca,

Se até então a luta dos posseiros se evidenciava predominantemente no confronto direto com os proprietários de terra nas áreas litigiosas, a partir do envolvimento dos STRs nas questões agrárias, a luta dos posseiros passou a ser também direcionada aos órgãos governamentais. Houve, de certo modo, um deslocamento da luta, deixando de ser unicamente no confronto direto com os proprietários rurais e seus pistoleiros. Foi o período em que os trabalhadores inauguraram os prédios públicos como alvo de suas ocupações. Por diversas vezes, as instalações do GETAT, em Conceição do Araguaia e Marabá, foram ocupadas por posseiros que lutavam pelas desapropriações de imóveis improdutivos e pelo fim da violência no campo. Eles perceberam que para conseguir uma terra não bastava encastelar-se no meio da mata e enfrentar, sob riscos, os pistoleiros armados dos grandes proprietários. Entenderam que pressionar diretamente os órgãos públicos era também uma das maneiras eficazes de avançar na conquista de um determinado imóvel. (p. 188)

Desta forma, os agricultores passaram de vítimas do processo à protagonistas das suas bandeiras de luta, estreitando o escopo de suas reivindicações, onde "os presidentes dos STRs eram designados a estabelecer pautas de negociações com os representantes do GETAT/INCRA tanto em Conceição do Araguaia e Marabá, quanto em Belém ou em Brasília". (Ibidem, p. 202).

3.2. A luta pela retomada das terras no território de Conceição do Araguaia

O processo de ocupação das terras pelos trabalhadores rurais no território estudado se deu gradualmente como uma forma de resistência à política de distribuição de terras na Amazônia, deflagrada pelas políticas de desenvolvimento adotadas pelo poder público, conforme discorrido em outro trecho da pesquisa. Para melhor compreensão do contexto pelo qual foi conduzida a reforma agrária no município do estudo, evocamos uma análise em contextos mais amplos, dada a amplitude da questão.

3.3. As estratégias governamentais frente ao Projeto nacional de reforma agrária

Pela sua importância e abrangência, o projeto de Reforma agrária no Brasil, deveria ser assumido pelo Estado como um Programa prioritário de Governo, dada a importância comprovada da agricultura familiar na produção de alimentos, que atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), responde por 70% do total da produção no Brasil e ainda o apelo dado ao desenvolvimento rural sustentável (FAO, 2013)⁵⁰ tendo sua produção baseada em princípios agroecológicos e conhecimentos endógenos, utilizando práticas menos agressivas ao meio ambiente.

Como estratégia de atendimento às demandas fracionadas dos segmentos sociais, nesse caso da agricultura familiar, a nova política Nacional de Colonização e Reforma Agrária, legalmente fundamentada na lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, passou a ser implementada a partir da reedição do II Plano Nacional de Reforma Fundiária (PNRF) no ano de 2003, reacendendo "o debate em torno da efetividade do Estado no atendimento às necessidades do segmento da agricultura familiar e da reforma agrária, através de ações emergenciais" (HEBETTE, 2004, p. 133).

O plano nacional de reforma agrária descreve essa política como "um meio para democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, com ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais e superando a desigualdade de gênero" (PNRA, 2003). Assim de acordo com a política expressa no PNRA, a reforma agrária, nesse novo conceito, deve contribuir na formulação e implementação desta estratégia de desenvolvimento; o PNRA reconhece a necessidade de abordagens próprias e especificas dirigidas às comunidades rurais tradicionais e à superação da desigualdade imposta às mulheres e aos jovens no meio rural, outra abordagem que tem sido pauta dos movimentos sociais do campo.

Fonte: www.fao.org.br

⁵⁰ FAO – Organização das nações unidas para a alimentação e a agricultura. Como membro fundador da FAO, ao longo dos últimos 70 anos, o Brasil tem estabelecido parcerias com essa entidade para erradicar a fome, a insegurança alimentar e a subnutrição e melhorar os meios de subsistência rural. O Brasil é um dos principais parceiros do Programa de Cooperação Sul-Sul da FAO, e desempenha um papel fundamental na área de emergências, na qual deve se tornar um dos principais apoiadores das iniciativas da FAO para a criação de meios de subsistência resilientes diante de ameaças e crises.

Desta forma, os projetos aos assentamentos, a essas comunidades e segmentos, deverão ter parâmetros regionalizados flexíveis em relação à sua organização espacial e produtiva, integrados a um plano de desenvolvimento territorial, racionalizando e orientando os investimentos, as políticas públicas de fomento, garantia da produção e a instalação de equipamentos e infraestrutura social.

Tais premissas reforçam direta e positivamente a proposta de reforma agrária, para a Amazônia Legal51, defendida na pauta dos movimentos sociais, uma vez que esse território constitui a principal região do país em relação às demandas por reforma agrária em número de famílias assentadas. E nesse aspecto, a experiências de projetos implantados pouco se adequam econômica e ambientalmente à realidade amazônica; as políticas formuladas, juntadas à burocracia dos órgão gestores não levam em conta as particularidades amazônicas; a pluralidade e a diversidade existente aqui é ignorada. Em síntese, para além do conteúdo teórico proposto no referido plano, na base, a problemática maior reside nos conflitos agrários, tendo de um lado, os povos tradicionais, camponeses, ribeirinhos e indígenas e de outro, a grilagem, o latifúndio e o agronegócio que se polarizam pela sobreposição de posses e pelo interesses divergentes em relação ao uso da terra.

3.4. O contexto nacional da Reforma Agrária

De acordo com Farias, (2006) a história da reforma agrária no Brasil teve início, oficialmente, no final da década de 1950 e início dos anos da década de 1960, quando grupos organizados passaram à reivindicação pelas "reformas de base" dentre elas a agrária. A partir daí, a questão se fortaleceu nos anos Kubitschek⁵², com o desenvolvimento das ligas camponesas, que, "em um aparente paradoxo, justamente por estarem desvinculadas do aparelho de Estado, desenvolveram lutas dotadas de maior autonomia" (ALMEIDA, 2012, p. 697). A pauta agrária passou a fazer parte das discussões populares, se destacando em meio as demais, a reivindicação pela

⁵¹ A Amazônia Legal, criada pela Lei no 1.806, em agosto de 1953, como região de intervenção de políticas econômicas regionais, agrupa os Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Mato Grosso e parte do Maranhão. Fonte: PASQUIS, Richard. Et al. "Reforma agrária" na Amazônia: balanço e perspectivas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005.

⁵² Referência ao presidente Juscelino Kubitschek que governou o país no período de 1956 a 1961.

reforma agrária, exigindo em primeiro plano a extinção do latifúndio existente desde a época de colonização do Brasil e a melhoria das condições de vida no meio rural.

De fato, já havia no Brasil, uma discussão em torno do modelo fundiário e os possíveis obstáculos que ele impunha ao desenvolvimento do país. Conforme Jean Hebette, "Na década de 1940 houveram diversas propostas de lei para a reforma agrária baseadas nos modelos adotados por países da Europa e EUA, mas nenhuma delas foi aprovada". (HEBETTE, 2004. p.139).

No Brasil, o modelo de colonização contribui para a perpetuação de um sistema fundiário baseado na grande propriedade (Luxemburgo, 1970), afinal, o início da colonização no Brasil se deu através da concessão de grandes latifúndios no nordeste do país (as Capitanias hereditárias e Sesmarias), e de acordo com Farias (2006) o processo de criação dos latifúndios, com apoio do Estado, apenas aumentou com a vinda de diversos imigrantes ao Brasil e a mecanização da agricultura coma a chamada "revolução verde"⁵³, no final da década e 70, período de incentivo à produção de cultivares, no sistema de monocultivo, em grandes proporções visando à exportação, com uso de insumos (agrotóxicos, adubos químicos, etc.), durante o período da ditadura militar.

Farias (2006), ressalta que a primeira iniciativa do governo brasileiro em prol da reforma agrária foi a criação da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA) em 1962, em resposta à criação das Ligas Camponesas no Nordeste e com o objetivo de promover a reforma agrária no Brasil. Mas, só no início de março de 1964 foi elaborado um decreto que desapropriava terras em torno de rodovias federais e as destinava ao propósito da reforma agrária. Porém, "a iniciativa veio tarde demais,

⁵³ A expressão Revolução Verde, amplamente combatida pelos movimentos defensores da agricultura sustentável, foi criada em 1966, em uma conferência em Washington, por William Gown, que disse a um pequeno grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento dos países com déficit de alimentos "é a Revolução Verde, feita à base de tecnologia, e não do sofrimento do povo". Esse discurso capitalista que propunha a implantação de novas técnicas agrícolas iniciou-se no fim da década de 1940, porém os resultados expressivos foram obtidos durante as décadas de 1960 e 1970, onde países em desenvolvimento aumentaram significativamente sua produção agrícola. Esse programa foi financiado pelo grupo Rockefeller, sediado em Nova Iorque. Utilizando um discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo, o grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México. O grupo patrocinou projetos em determinados países criteriosamente selecionados, as nações escolhidas foram: México, Filipinas, Estados Unidos, e, em menores proporções, o Brasil.

pois um golpe de estado iniciou o período da Ditadura Militar que por 21 anos distorceu completamente a questão" (ALMEIDA, 2012, p. 697).

Em oposição às demandas e políticas preexistentes e encaminhadas, logo no início da ditadura, os militares aprovaram a Lei N.º 4.504 sobre o Estatuto da Terra, o primeiro documento oficial sobre a reforma agrária no Brasil e criaram o IBRA e o INDA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, respectivamente) em substituição a SUPRA (Superintendência de reforma agrária), e também, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com o objetivo de dar resposta à sociedade e de realizar a reforma agrária. O governo militar tinha como meta ainda manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Porém ao invés de alavancar a reforma, apenas piorou a situação ao incentivar as culturas de exportação, como a soja e a mecanização do processo produtivo. Estas medidas favoreciam o latifúndio e fizeram com que, ao invés de diminuir, o número de latifundiários aumentasse consideravelmente. Tendo o Estado como incentivador, através de deduções fiscais e financiamento de empreendimentos agropecuários com juros abaixo dos praticados no mercado.

De acordo com Hebette (2004), após esse período, diversos programas de ação regional, que incluíam como foco principal a Amazônia, também chamados de "projetos de colonização", foram criados, como o PIN (Programa de Integração Regional), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), o PROVALE (Programa Especial para o Vale do São Francisco), o POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais na Amazônia), e o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste). Mas nenhum deles trouxe resultados muito significativos. A esta altura o Estatuto da Terra servia apenas para tratar das questões referentes a política agrícola, enquanto que a questão da reforma agrária e do modelo fundiário brasileiro permaneciam sem nenhuma mudança na prática.

Na década de 1980 o então Presidente José Sarney elaborou um plano previsto no Estatuto da Terra, o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) para o qual é criado o MIRAD (Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma

Agrária). Porém com metas desvinculadas da realidade, "mais um plano de gabinete". Em 1987 foi extinto o INCRA e dois anos depois o MIRAD, e a responsabilidade sobre a reforma agrária passou a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura. À essa época, Hébette, complementa,

No governo de Fernando Collor (1990-1992) os projetos de colonização foram encerrados e não foi feita nenhuma desapropriação de terras com o intuito de reforma agrária. A discussão foi retomada somente em 1992 com a posse de Itamar Franco. Em 1996 foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária ao qual foi incorporado o INCRA. E, finalmente em 2000 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao qual o INCRA foi definitivamente vinculado. (Hebette, 2004, p. 282)

Até que o Programa Vida *Digna no Campo*, fruto do movimento de reivindicação coletiva do MST com a marcha a Brasília⁵⁴ em 1997 (Almeida, 2012), apresentado à sociedade brasileira em 2002, no final do governo Fernando Henrique, assinala a atualidade e a importância da Reforma Agrária para o desenvolvimento rural sustentável. Esse evento, um marco para as comunidades do campo, assumido pelo governo federal, inspirou o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que foi apresentado em novembro de 2003, já no governo Lula, durante a Conferência da Terra, em Brasília – evento inédito de unidade dos movimentos e entidades do campo.

Naquele momento o cenário de retomada do crescimento econômico (neodesenvolvimentismo) e de expansão das exportações agrícolas, impulsionados pela Iniciativa para integração da infraestrutura da América latina (IIRSA) que atribuía estratégias de desenvolvimento aos países sul americanos, incluindo a competitividade de mercado internacional (Castro, 2012), combinado com as metas

Sem Terra iniciam a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. O objetivo era chegar em Brasília no dia 17 de abril, exatamente um ano após o Massacre. Os Sem Terra partiram de três pontos diferentes do país e, por dois meses, atravessaram a pé diversos municípios do Brasil. Uma das colunas, com integrantes dos estados do sul e São Paulo, partiu da capital paulista com 600 pessoas. Outra, com o pessoal de Minas, Espírito Santo, Rio e Bahia, saiu de Governador Valadares (MG) com 400 integrantes. A terceira coluna, com militantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal, partiu de Rondonópolis (MG) com 300 pessoas. O percurso de cada coluna foi de cerca de 1.000 km. No dia 17 de abril, dia da chegada em Brasília, cerca de 100 mil pessoas receberam os Sem Terra demonstrando solidariedade e simpatia pela luta por Reforma Agrária. Simultaneamente, os marchantes que vieram de cada estado do norte e nordeste também atingiram a capital. Além de chamar atenção para a urgência da Reforma Agrária, a marcha tinha por objetivo pedir a punição aos responsáveis pelos massacres, e celebrar pela primeira vez o Dia Internacional de Luta Camponesa. Fonte: www.mst.org.br/nossa-historia/97-99. Acesso em 10/05/2016.

do Programa Fome Zero de inclusão de 44 milhões de pessoas no Programa Bolsa-Família em quatro anos, projetou uma ampliação da demanda por alimentos e produtos agrícolas que deveria ser suprida pela produção da agricultura familiar e dos assentamentos de Reforma Agrária transformando essa demanda social em programa de governo.

3.5. Um novo horizonte no modelo de reforma agrária

No novo modelo, baseado na 'gestão participativa', iniciado a partir do governo Lula em 2003, as perspectivas de políticas públicas, passaram a ser formuladas para serem executadas de forma integrada, definidas entre as demandas reprimidas ao longo dos anos. Tais políticas são pensadas na lógica de redefinição dos territórios da cidadania, uma outra política pública que busca fomentar a infraestrutura para a organização dos arranjos produtivos locais, da verticalização nas cadeia produtivas para inserção da produção dos assentados no mercado consumidor. Protagonizando ainda maior abertura à participação dos movimentos sociais nos espaços de decisão. Essa estratégia, sofre críticas por parte dos analistas, conforme argumenta Castro:

Essa noção foi redefinida a partir de mudanças na produção capitalista que tenderam a comprimir espaço e tempo (Harvey, apud Castro 1998, p 79) e funcionar sob a **lógica de deslocalização** (**grifo nosso**). O território é importante, porém dentro de outra configuração na qual o espaço é desconectado de valores, lugares, tradições e passa a ser regido por relações econômicas e políticas, protagonizadas sobretudo por agentes do mercado (...) a noção de território adotada pelas políticas governamentais contraria a noção de território e de territorialidade dos grupos que vivem na Amazônia (**grifo nosso**), regidos por outra ordem social de tempo e espaço. (CASTRO, 2012 p. 79)

Nesse modelo de organização das demandas de políticas públicas aos beneficiários da reforma agrária, baseado na participação popular, executado através do Ministério do desenvolvimento agrário (MDA) e sob o gerenciamento do INCRA, o orçamento do governo é distribuído por meio de parceria e convênios com as prefeituras municipais. As prioridades são a construção e/ou complementação de estradas vicinais, o saneamento básico – através da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de construção de redes de eletrificação rural, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o

desenvolvimento sustentável dos assentamentos (INCRA, 2008). Com isso, o INCRA visa distribuir, de forma mais abrangente, os benefícios sociais ao meio rural. Contudo não se define qualquer estratégia para desapropriação ou anexação de novas terras para fins de reforma agrária, a meta é assentar as famílias acampadas, dando-lhes condições de acesso às políticas públicas e emancipar assentamentos mais antigos, através de distribuição de títulos definitivos.

Remontando à década de 1980, os movimentos sociais pela reforma agrária foram ganhando espaço ao mesmo tempo em que surgiram conflitos importantes no norte do país em torno de terras ocupadas irregularmente (HEBETTE, 2004). Com a finalidade de resolver este problema foram criados os Ministérios Extraordinários para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins e do Baixo Amazonas (GETAT e GEBAM) cujos objetivos de conter os conflitos pela sobreposição de terras e expropriação dos camponeses, posseiros e demais habitantes da floresta, não tiveram o êxito esperado, pois a força política e financeira exercida pelo capital se sobrepunha às normatizações dos órgãos públicos.

Com a mudança no contexto político, a chegada da nova república e posteriormente as políticas impetradas pelo governo popular, começa -se a pensar em um novo modelo de reforma agrária, formulado a partir da gestão participativa proporcionando condições para a inserção de demandas, inclusive ambientais, a tanto defendidas pelos movimentos sociais com apoio atuante do Movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) e por organismos internacionais pela proteção da Amazônia brasileira. A mudança na lógica da reformulação da proposta de reforma agrária, permitiu a criação dos novos modelos de Assentamentos que ideologicamente passaram a reconhecer os conhecimentos endógenos, os modos de produção alternativos e a exploração dos recursos florestais de forma sustentável, criando-se as bases para o novo modelo de Reforma agrária na Amazônia. Assim foram criados os modelos de Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS), Projeto de Assentamento agroextrativista (PDA) e as Reservas extrativistas (RESEX), importantes no cenário de reforma agrária organizada nas bases. Embora com enorme pendências relacionadas às medidas a serem implementadas para a legalização que se traduzissem na sustentabilidade, principalmente da questão ambiental.

Para dar sustentação aos novos empreendimentos, em junho de 2009, foi publicada a Portaria/INCRA/P/Nº 169, criando a modalidade Crédito Ambiental, normatizada pela NE/DD/Nº 84 de dois de setembro de 2009 (INCRA, 2011). Essa modalidade é destinada a financiar, durante dois anos, a implantação e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, para a recuperação de área de reserva legal (ARL), nos assentamentos selecionados pelas Superintendências Regionais. Tendo subsidiado ainda o crédito Instalação que vinha sendo viabilizado desde 1985, sendo um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. Em 2007, foi reabilitado o Crédito Produção, que se destina a recuperação da capacidade de acesso a novos créditos, possibilitando a quitação de financiamentos contraídos no âmbito do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) (INCRA, 2008). A fim de que os assentados estivessem aptos a acessarem o crédito do Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), modalidade ampliada de financiamento que permitiria maior autonomia produtiva aos assentados rurais. Os assentamentos passaram a contar também a partir de 2004 com a política nacional de assistência técnica (ATER), teoricamente, universalizada.

Em 2003 o Governo Federal iniciou a implantação do Programa Luz para Todos. Essa política pública que é uma ação integrada coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o INCRA participam indicando quais assentamentos rurais têm prioridade para receber energia elétrica, e para o assentado a instalação é feita de forma gratuita.

Contudo, ao analisar o contexto em que essas políticas são desencadeadas, inferimos que derivam do Plano de visão estratégica, pensado no campo macro de desenvolvimento nacional, assim o Programa de aceleração do crescimento vem alinhado de maneira a orientar a intervenção na economia e no território. Conforme assinala Castro,

Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento constituíram a matriz do planejamento e da intervenção dos últimos governos brasileiros e pressupõem uma visão geográfica de domínio e controle dos territórios. Os Eixos estão presentes no Plano Brasil em Ação (1996-1999), no Avança Brasil (2000-2003) e igualmente nos Planos Plurianuais de 1996-1999, 2000-2003 e 2004-2007, que revelam as prioridades espaciais do Estado. A partir de 2007, o planejamento federal passa a adotar uma visão de futuro denominada visão estratégica nacional, que pretende tornar-se uma premissa balizadora, orientar os investimentos estratégicos e projetar metas para o desenvolvimento a médio e longo prazos (Brasil. Ministério do Planejamento, 2008b). Essa visão estratégica nacional recobre

programas, políticas e projetos que o Estado considera importantes para o desenvolvimento econômico do país. Assim, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), lançado em 2007, prossegue o alinhamento da política econômica. Para sua consecução, os instrumentos normativos e as prioridades deveriam, em princípio, estar articulados e adaptados de forma a orientar a intervenção na economia e no território. Ao PAC I estão associados: a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a Política Nacional de Logística e Transporte (PNLT), a Política Nacional de Transporte Hidroviário (PNTH), o Plano Nacional de Viação, o Plano Nacional de Energia 2030 e a Matriz Energética Nacional 2030, a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), o Plano Hidroviário Estratégico, o Plano Nacional de Mineração e o Plano de Ordenamento Territorial. Todos esses dispositivos vinculam-se aos mesmos eixos de desenvolvimento e à mesma visão estratégica, unindo macropolíticas a políticas setoriais, regionais e territoriais. (CASTRO, 2012, p. 48, grifo nosso).

Reafirmando a visão de que o Estado produz política a partir dos seus interesses econômicos (Luxemburgo, 1970), das suas estratégias de desenvolvimento, ignorando as demandas na sua totalidade, não sendo suficiente para conter o problema da distribuição de terras na Amazônia, pois conforme estudo da CPT (2017), na Amazônia legal, atualmente são 977 conflitos ativos envolvendo 93.830 famílias. Número expressivamente arrasador quando levado em conta todos o envolvimento das instituições em torno da questão.

A partir do contexto abordado, trazendo para a realidade do território estudado, efetivamente a ocupação das terras no município deslanchou com a mudança no regime de governo em 1985, concomitante à retomada do STTR. A Sra. Gonçalina relembra a "saga", nos contando que a entrada de Felipinho no sindicato foi incitada a convocar o povo para a grande bandeira de luta do sindicato que era a retomada das terras: "nós não tinha tanto medo mais, à noite os homens iam e faziam os barracos e ficavam lá, só os homens porque os fazendeiros tocaiava e podiam mandar matar a qualquer hora" ⁵⁵, relembra ainda que o fenômeno de retomada das terras foi providencial para a vinda de muitos imigrantes de outros estados para Conceição, juntando-se ao movimento de ocupação. Nesse interim, em meio à disputa pela posse da terra, recorrente desde a segunda metade da década de 1970, houve várias reintegrações de posse, comandada pela polícia militar, reacendendo os conflitos existentes, conforme reforça Pereira (2013),

⁵⁵ Entrevista concedida em 12/09/2017 (op. cit.)

_

Nos onze municípios localizados mais ao sul do estado, onde a CPT da Diocese de Conceição do Araguaia atuava, por exemplo, segundo consta nos dados dos arquivos dessa entidade, entre 1982 e 1992, 4.352 famílias que ocupavam imóveis com títulos definitivos foram expulsas com a participação direta de pistoleiros ou da polícia; 884 casas foram queimadas ou destruídas e 28.439 famílias foram ameaçadas de despejos. Nesse mesmo período, segundo ainda estes dados, 840 trabalhadores rurais foram ameaçados de morte; 1.647 foram espancados e feridos; e 870 foram detidos ou presos. (Relatório CPT, apud Pereira, 2013. p. 98)

Resistindo à violência particular ou mesmo a estatal, embora com as dificuldades encontradas, os camponeses foram sequencialmente ocupando as grandes fazendas agropecuárias existentes no município, sofisticando suas estratégias e técnicas de abordagem e permanência nas terras e de defesa dos direitos individuais e coletivos, através de esforço coordenado entre os diversos grupos organizados que foram se formando na região, engajados pelo movimento sindical, cujas estratégias de resistência incluíam grupos armados, barricadas, ocupação de prédios públicos, dentre outros. Configurando-se nos grupos, a materialização dos conceitos trabalhados pela Igreja em suas estratégias políticopedagógicas e discutidos na teoria apontada por Alberto Melucci (apud Carlos, 2009), que caracteriza a interação dos movimentos sociais na perspectiva de que "os movimentos são constructos sociais, cuja ação coletiva se estabelece através da interação de objetivos, recursos e obstáculos, dentro de um sistema de oportunidades e coerções (p. 37). Dado o envolvimento e as relações estabelecidas, permite-nos refletir sobre como, ao se conectar com outros atores, os objetivos do movimento extrapolam os limites territoriais, cujas conexões promovem o fortalecimento desses movimentos, conferindo-lhes novas perspectivas de identificação e de relações sociais, conforme corrobora Carlos (2009),

Este modelo auto-reflexivo contribui com a compreensão de como os movimentos se constroem e porque os indivíduos criam laços de solidariedade, mesmo quando não serão diretamente afetados pelos benefícios alcançados. Neste sentido, a luta dos atores coletivos não se restringe a sua inclusão no sistema de organização política ou a obtenção de benefícios materiais, mas envolve a construção de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos. (p. 03)

Estabelecendo-se portanto, a relação de companheirismo e fortalecimento entre os grupos e, consequentemente ampliação do movimento em rede, elevando a

classe social dos trabalhadores rurais ao protagonismo. Tais estratégias demonstravam ao governo que os grupos estavam intencionalmente articulados, forçando-o a tratar com mais seriedade a questão da distribuição de terras e a equidade política.

Um entrevistado, Sr. Antônio Siqueira de Souza⁵⁶, reconhece que o apoio da Igreja católica, ao trazer à extrapolação do debate sobre o direito à terra, colocandose na defesa de camponeses, posseiros e trabalhadores rurais, criou uma espécie de consenso na população conceicionense, favorecendo a politização. Conflitos, violência e mortes dos militantes à parte, essa nova conjuntura foi fundamental às conquistas que considera como a "grande vitória do movimento". Em efeito dominó, com uma rede de conexão formada, o resultado desse movimento foi a ocupação de diversas fazendas agropecuárias, de terras griladas e/ou devolutas. Nos exemplos memoráveis de retomada está o complexos de seis (06) fazendas, pertencente a um grupo de empresários de São Paulo. Parte do complexo, na fazenda Canarana com o nome oficial de Companhia Agropecuária Santa Maria da Canarana, conduzia o Projeto Pró álcool⁵⁷ no território local, cultivando cana de açúcar para produção de etanol. O empreendimento foi financiado na totalidade pelo Banco do Brasil mesmo não estando adequado às normas ambientais de funcionamento. A falta de um projeto para descarte dos rejeitos fazia com que o despejo ocorresse diretamente nas fontes de água, causando a contaminação dos córregos que abasteciam a vizinha comunidade do Assentamento Joncon, indo direto para o Rio Araguaia. A denúncia foi feita pelo Sindicato ao Incra, que constatou, dentre essa irregularidade, a discrepância entre o projeto original e o executado na fazenda, quanto a produção incipiente e a estrutura montada, levando a concluir que, assim como nas outras cinco

⁵⁶ O Sr. Antônio Siqueira de Souza, agricultor familiar, participa como militante na luta pelo acesso à terra desde a década de 70. Nesse período participou da diretoria do STTR, assumindo por duas vezes a presidência da referida instituição. Por último em 2015, assumiu a presidência da Cooperativa de produtos da agricultura familiar (COPAG), deixando o cargo, está atualmente recluso em sua propriedade no PA Padre Josimo Tavares (Bradesco) Entrevista de duas horas e 20 minutos, concedida em 06/10/2017.

⁵⁷ O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi criado no governo de Ernesto Geisel, em 14 de novembro de 1975 pelo Decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. De acordo com o decreto, a produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo deveria ser incentivada por meio da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras. Fonte: (https://danilotlamonato.jusbrasil.com.br/artigos/120002732/pro-alcool-de-sua-criacao-aos-dias-atuais). Acesso em 21/09/2017.

fazendas do mesmo grupo, o objetivo mesmo era aquisição de financiamento a baixos juros, com objetivos outros, dos quais, aplicar em outros empreendimentos no centro sul, conforme já tratado em outro momento desta pesquisa. Em suma, constatadas as irregularidades, o movimento dos posseiros ocuparam todas as áreas pertencentes ao grupo, na época, com o apoio do Movimento dos trabalhadores sem-terra ⁵⁸(MST), obtendo a desapropriação das fazendas, desta vez, sem muita contestação do Estado.

Segundo dados do SIPRA/INCRA (2016), as ocupações deram origem aos atuais 37 assentamentos rurais no município (tabela 01), com a desapropriação das grandes fazendas agropecuárias. O mapa (02), a seguir, mostra que estão registrado na base de dados do Incra até 2006, trinta e dois (32) assentamentos, somando-se até 2017, cinco (05) novos assentamentos em processo de georreferenciamento:

⁵⁸ O MST chegou à região sul do Pará no final da ditadura, quando a efervescência de planejamento para ocupação das terras estava no auge. O movimento forneceu apoio estratégico ao posseiros do Araguaia na ocupação da Fazenda Canarana e outras no município. No entanto, por haver discordâncias quanto as estratégias de ocupação, o MST retirou-se do apoio às ocupações, permanecendo somente no apoio às capacitações. Mais informações sobre a questão do MST no território local da pesquisa, ver Terense, M. *Avanços e limites na reforma agrária no sul do Pará: um estudo a partir do PA Canarana*, 2013 e Afonso, J.B. em *O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará, 2016.*

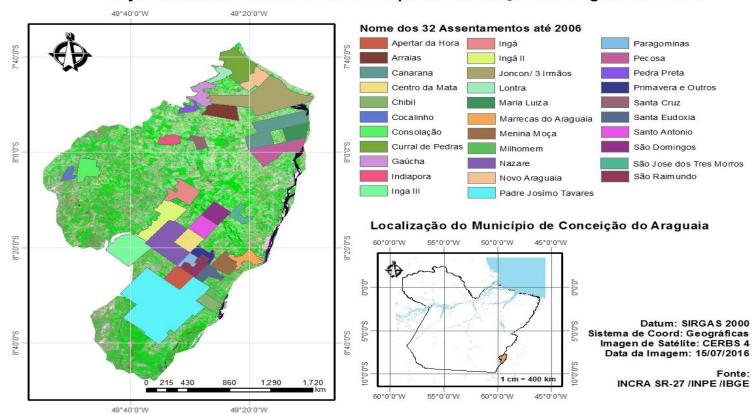
Tabela 01: Relação dos Projetos de Assentamento agrário no município de Conceição do Araguaia

			Quant		Doto
Ord	Projeto	Imóvel de origem	Quant assentados	Área (ha)	Data criação
1	Pa Joncon/3 Irmãos	Faz. Joncon - Três Irmãos	377	25.211,7089	07/08/1987
2	Pa Ingá	Faz. Ingá	99	10.650,4272	23/03/1988
3	Pa Menina Moça	Faz. Menina Moça IV	67	3.596,0000	11/11/1988
4	Pa Arraias	Faz. Arraias	73	4.006,0000	31/10/1991
5	Pa Centro da Mata	Faz. Centro da Mata	103	4.356,0000	02/09/1992
6	Pa S. José dos 3 Morros	Lote 50 GI.Conceição	20	2.500,0000	24/09/1992
7	Pa Ingá II	Faz. Ingá Lote 03 e 4-A	70	4.531,3165	12/08/1993
8	Pa Ingá III	Faz. Ingá Lotes 4-B, 5-B, 5-C	70	3.368,1539	12/08/1993
9	Pa Apertar da Hora	Faz. Apertar da Hora	72	4.356,0000	22/07/1994
10	Pa Lontra	Fazenda Lontra	69	2.441,1850	23/10/1995
11	Pa Pecosa	Fazenda Pecosa	180	7.922,7200	23/10/1995
12	Pa São Domingos	Fazenda São Domingos	65	2.470,8200	23/11/1995
13	Pa Santo Antônio	Faz. Lajedo da Missa	77	3.801,7198	17/05/1996
14	Pa Canarana	Faz. Canarana	305	12.851,2900	24/09/1996
15	Pa Curral De Pedras	Faz. Curral De Pedras I e II	154	8.223,2380	24/09/1996
16	Pa Maria Luiza	Fazenda Maria Luiza	79	3.694,6300	06/11/1996
17	Pa Nazaré	Fazenda Nazaré	247	12.968,0000	14/07/1997
18	Pa Novo Araguaia	Fazenda Araguaia	85	3.747,0000	14/07/1997
19	Pa Gaúcha	Fazenda Gaucha	90	3.965,5093	10/09/1997
20	Pa Pe Josimo Tavares	Fazenda Tainá Rekâ	1.126	60.655,7060	07/10/1997
21	Pa Milhomem	Fazenda Milhomem	53	1.630,8525	15/10/1997
22	Pa Primavera E Outros	Fazenda Primavera	47	2.901,8500	22/10/1997
23	Pa São Raimundo	Fazenda Santa Maria	19	970,2000	16/11/1998
24	Pa Indiaporã	Faz Indiaporã Lote 54	63	2.639,0000	14/01/1999
25	Pa Santa Cruz	Fazenda Santa Cruz	41	1.742,4000	05/10/1999
26	Pa Chibil	Fazenda Chibil	76	2.488,8055	30/12/1999
27	Pa Pedra Preta	Fazenda Pedra Preta	49	2.447,6846	30/12/1999
28	Pa Santa Eudóxia	Faz. Santa Eudoxia	71	3.436,1714	15/06/2000
29	Pa Marrecas Do Araguaia	Fazenda Marrecas	93	3.676,3451	26/11/2001
30	Pa Paragominas	Faz Paragominas	35	1.554,7527	20/09/2004
31	Pa Cocalinho	Faz Cocalinho	28	1.281,4276	25/11/2004
32	Pa Consolação	Fazenda Consolação	90	4.117,0468	08/08/2005
33	Pa União Batente	Faz Batente	103	4.030,3708	27/11/2009
34	Pa Aguas Claras	Faz Campo Alegre	28	1.434,1175	29/12/2009
35	Pa Santa Mariana	Faz Santa Mariana	50	1.829,3971	29/12/2009
36	Pa Cristo Rei	Faz Cristo Rei	34	1.366,000	09/11/2015
37	Pa Estivas	Faz Estiva	64	2.774,6179	19/05/2015
	TOTAL		4.372	225638,4641	

Fonte: RB Incra, 2017.

Mapa 02: Assentamento agrários federais criados no município de C. do Araguaia até 2017

Projetos de Assentamentos do Município de Conceição do Araguáia Até 2006



Fonte: Eng. Victor Tiago Catuxo, 2017

Embora o Estado tenha investido bilhões de recursos públicos para "transformar fazendas" em terra de reforma agrária, a realidade na fronteira agrária sul paraense ainda se configura em escasso provimento de políticas públicas por parte desse Estado, conforme reforçado por Hébette (2004):

No que concerne a colonização oficial em face das dimensões territoriais dos Estados, à pulverização das colônias, à carência de recursos humanos, materiais e financeiros, as ações dos órgãos ficam restritas ao processo de regularização fundiária, sem que sejam implementadas as indispensáveis atividades complementares, tais como: infraestrutura viária, organização dos produtores, assistência técnica e social, fomento, armazenamento e comercialização. Como consequência o governo se distancia dos objetivos de fixar o homem à terra e de propiciar ao lavrador o seu processo econômico e social. Tudo isso resulta ou na venda ou transferência de lotes de colonos a produtores maiores, que juntam áreas contíguas de pequenos produtores, ou na evasão dos colonos, principalmente nas áreas do INCRA. (p. 109)

Nesse aspecto, o protagonismo dos movimentos sociais na luta pela terra adquire novas diretrizes. Essa luta não se limita mais à aquisição ou permanência na terra, mas às necessidades fundamentais de sobrevivência dos agricultores no campo, à medida dos avanço na participação da categoria, estes voltam-se para o Estado, impondo como bandeira de luta, também, as política públicas de estruturação dos Assentamentos agrários. A Sra. Gonçalina⁵⁹ relembra o início da expansão do movimento em busca de atendimento às novas demandas, inferindo que "o povo acredita na luta", por isso, [...] "várias vezes foi necessário montarem acampamento nos órgão do governo", dentre esses, a Superintendência do Incra em Marabá (SR27). Essa fala revela uma das estratégias de luta pelo acesso ao crédito rural e outros benefícios para os assentamentos, forçando o encaminhamento desta pauta junto aos órgãos em Brasília. Para isso, o movimento teve que organizar os colonos em grupos menores, criando as associações de agricultores nos Projetos de Assentamento (PA) com caráter institucional. Desta forma, institucionalizando a representação dos assentados em nível de comunidade.

⁵⁹ Entrevista concedida em 12/09/2017 (op. cit.)

_

O PNRA tem se desdobrado em ferramentas de aplicabilidade prática, como por exemplo o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), que inicialmente tinha como direcionamento os financiamentos das atividades agropecuária dos agricultores familiares incluindo os beneficiários da reforma agrária. A partir dessa, outras políticas vinculadas, como o Programa de aquisição de alimentos (PAA) que se desdobra em outra importante política, o programa nacional de alimentação escolar (PNAE), o programa de documentação da trabalhadora rural, fomento à mulher assentada, o programa nacional habitação rural (PNHR), dentre outras. Todas essas sendo possível acessar através da Declaração de aptidão ao PRONAF (DAP), outro importante passo pois é o documento que não só identifica oficialmente o agricultor familiar e sua Unidade de produção familiar (UPF), como também o qualifica ao acesso a todos os benefícios e políticas públicas destinadas à categoria. Outro importante passo foi a garantia da assistência técnica através da criação da política pública de Assessoria técnica social e ambiental (ATES) ou ATER. Ainda que essas políticas não atendam a contento, seja por processo burocráticos nas parcerias com outros órgãos e instituições responsáveis por executar as políticas públicas, seja pela crescente e instável demanda de beneficiários, mas na análise do movimento os passos dados foram positivos, reconhecendo o avanço como fruto da luta que mudou a conjuntura política e colocou no poder um governo popular.

3.6. A evolução dinâmica do movimento – estratégias e avanços pela governança territorial

3.6.1. A dimensão politica

Com o avanço do movimento social em aspectos dimensionais, outros campos de poder foram sendo conquistados. Na dimensão política, o movimento social, através das articulações realizadas a partir da década de 1990, conseguiu eleger em 2004 pelo partido dos trabalhadores (PT), o primeiro prefeito vinculado ao movimento social, representante da classe dos trabalhadores no município, elevando as possibilidades de ascensão do movimento aos núcleos de decisão política sobre os rumos do território; naquele momento, também favorecidos pela conjuntura política do

país⁶⁰. O movimento de base elegeu Álvaro Brito, ativista social e militante do movimento social. Até então, desde a emancipação do município o espectro político administrativo, ou poder local representado pela prefeitura, sempre esteve nas mãos da oligarquia, mantidos pelo capital, que se revezava no poder mantendo os mesmo agentes políticos e o mesmo "jeito" de fazer política, baseado na troca de favores nos modos ilícitos, perpetuando o sistema de dominação presente no território.

Chegar ao poder, assumindo a prefeitura local e tendo o governo federal na composição da conjuntura política, conferiu ao movimento, dentre outras conquistas, a quebra de hegemonia na política institucionalizada, existente até então, nas palavra de Álvaro Brito, significava sobretudo uma quebra de paradigma no poder local com e a "responsabilidade de governar com e para o povo⁶¹".

Nos dez anos que se anteciparam à eleição de Álvaro Brito, período em que os ativistas denominaram de (re)organização do movimento social, fundaram no município o PT, cuja articulação em rede nacional pela chegada ao poder da classe trabalhadora, também foi estrategicamente trabalhada neste território, quando a pauta do movimento passou à mobilização e articulação entre os grupos, a fim de trazer à ascensão um dos seus. Desta forma foram lançados a cada pleito, candidatos à prefeitura e à câmara municipal, e que, finalmente em 2004 conseguiu emplacar o prefeito e mais dois vereadores da base do movimento pertencente à categoria do meio rural.

A nova dinâmica sugeria uma reorganização do poder político local e um diálogo mais próximo do movimento, para tanto foi criado o departamento de relação com o movimento social. Instituindo – se o orçamento participativo nos bairros, agrovilas e comunidades rurais e ainda o governo itinerante para nortear os trabalhos, no qual o prefeito fazia os despachos a partir das comunidades. Tais estratégias

⁶⁰ O PT ascendeu ao poder em âmbito federal, no ano de 2003, quando conseguiu eleger Luiz Inácio Lula da Silva, presidente.

⁶¹ Álvaro Brito Xavier, funcionário público e ativista político, passou a fazer parte do movimento social em Conceição do Araguaia a partir de 1986 a convite da Igreja para apoiar o MEB. Participando inicialmente como parceiro nas capacitações ofertadas aos membros do movimento, contribuía dando palestras sobre orçamento e políticas públicas e organização do setor público. Passando a atuar nos movimentos de base como articulador, foi eleito vereador pelo PT e depois prefeito, em uma grande mobilização conjunta articulada pelo movimento social. Atuou como prefeito de 2004 a 2011, quando foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob alegação de abuso de poder político, por, em 2008, durante a campanha eleitoral que o reelegeu, participou do evento de inauguração da orla municipal. Entrevista de duas (02) horas e dez (10) min. concedida em 24/11/2017.

fizeram com que o prefeito Álvaro Brito modificasse a forma de gerenciar os recursos públicos do município, ganhando a simpatia da população, dando nova configuração ao aspecto social. Para atender à demanda antiga do meio rural por educação e saúde, organizou o modelo de educação rural, implantando escolas polo nas comunidades, construindo escolas mais amplas e equipadas e adquirindo uma frota de transporte escolar para condução dos alunos. Desta forma, a organização de ensino anterior que funcionava em casebres inadequados, em classes multisseriadas, foi readequada completamente. Segundo Álvaro Brito, houve ainda a preocupação com a educação dos militantes do movimento, que obtinham ajuda financeira pela prefeitura para participarem dos eventos e rodadas de debate no estado, pelo país e até no exterior, em países como Cuba e Venezuela. Em contato com o governo desses dois países, o movimento social conseguiu encaminhar por meio de intercambio, com apoio do governo brasileiro e do governo local, sete (07) jovens mulheres para cursarem agronomia e medicina no exterior⁶².

Outro importante passo na educação popular dos militantes foi o apoio dado à formação por alternância dos jovens agricultores. Tendo sido implantado o projeto logo no início do governo popular, conseguindo apoio à casa familiar rural (CFR), responsável pela escola família agrícola (EFA)⁶³, (outra importante conquista do movimento social), fornecendo recursos humanos e materiais necessário ao funcionamento da escola, com a contratação de dois (02) monitores e pessoal de apoio, o fornecimento de merenda escolar e ainda o transporte para os alunos se deslocarem quinzenalmente da zona rural para a sede do município, local de funcionamento da escola⁶⁴. Com a demanda do movimento para a CFR se estabelecer no meio rural, em 2008 foi adquirido um terreno junto ao INCRA, localizado no PA Canarana e através de articulação junto ao conselho de desenvolvimento territorial, foi aprovado o recurso para a construção da casa. Entretanto, nesse período o governo federal publicou normativa proibindo o repasse de recurso público diretamente à ONG, inviabilizando assim a execução do projeto. Até 2015, a EFA

⁶² Damos um detalhamento maior a essa questão no capítulo IV.

⁶³ A EFA de Conceição do Araguaia, que trabalhava em regime de pedagogia da alternância com os jovens, filhos de agricultores, conseguiu em meio às limitações financeiras, formar duas (02) turmas de Técnico em agropecuária e três (03) de ensino fundamental. Atualmente está desativada por falta de recursos para manutenção e apoio do poder público local. Maiores informações sobre centros familiares de formação, consultar: Garcia-Marirrodriga, Roberto Formação em alternância e desenvolvimento local, o movimento dos CEFFAS no mundo. 2010.

funcionou precariamente em instalações da Unidade didática de Conceição (UDC), cedida pela EMATER/PA.

Na saúde, implantou, através de parceria com o governo federal, postos de saúde para atendimentos básicos nas agrovilas em um total de sete (07) postos, consorciados com outras políticas públicas federais na área da saúde como o Programa de saúde da família e o atendimento via agente comunitário de saúde, tanto na zona rural quanto urbana. Em termos de infraestrutura urbana, o governo popular conseguiu, em parceria com o governo estadual⁶⁵, entre os anos 2007 e 2010, elevar o asfaltamento urbano de 30% para 70%. Tais conquistas materiais no campo social foram favoráveis à reeleição do prefeito Álvaro Brito que teve sua segunda vitória no ano de 2008, conseguindo emplacar ainda em 2012 seu sucessor, Valter Peixoto, agricultor e militante do movimento social.

enfrentamento à oligarquia no município pelas via da política institucionalizada, iniciou pelo poder legislativo, quando o movimento organizou esta pauta, lançando seus candidatos a partir do início da década de 1990, conseguindo eleger um vereador no ano de 2000. Mas somente em 2004 é que a participação foi considerada satisfatória quando conseguiram emplacar o prefeito e mais dois vereadores. Tendo o legislativo municipal constituído quase que na totalidade por opositores, o novo governo, inicialmente encontrou obstáculos em aprovar seus projetos. O movimento percebeu então a necessidade de utilizar táticas de mobilização, passando a convocar os militantes às sessões da câmara, conseguindo assim, conquistar os opositores à aprovação dos projetos. Por diversas vezes, tiveram que impor-se pela aprovação dos projetos de governo, tendo os militantes ocupando toda a plenária empunhando faixas e manifestando-se coletivamente. Esse procedimento trouxe um ganho particular à população que, movida pela percepção de mobilização social, passou a participar das sessões ordinárias e acompanhar a aprovação dos projetos do município. Conforme pude comprovar participando de reuniões no legislativo, atualmente, é possível contar sempre com uma câmara lotada pelos munícipes em dias de reunião, além da transmissão ao vivo pelo canal de televisão e de rádio local. Tal mudança de percepção sobre o poder público é vista

c E

⁶⁵ Nesse período o PT conquistou também o governo do estado, tendo à frente Ana Julia Carepa.

pelo movimento como um dos principais ganhos à população conceicionense. O Sr. Álvaro Brito⁶⁶ referindo-se à questão, corrobora:

Tivemos muitos ganhos no governo Popular, veja que o principal deles foi a consciência da população. Conscientizar a população sobre o que de fato e como deve funcionar o poder público. A exemplo disso, tentei tirar a percepção de que o prefeito é o ser intocado, por diversas vezes participei da reunião do Sindicato dos Trabalhadores, vinha em casa, trocava de roupa, punha um chinelo e me transformava em um deles.

(...) diversas vezes tive algumas questões internas impossíveis de resolver quando me deparava com o gestor público representante do Estado e ao mesmo tempo o Álvaro ativista ou militante, por isso trabalhei muito essa questão do simbolismo do político, queria que a população visse o prefeito de forma diferente, pois aqui no município historicamente a figura do prefeito foi constituída pela Elite como um ser que deve ser servido e não um empregado do Povo. (op. cit)

Afirmando que a influência do movimento social nas estruturas de poder trouxe ao município transformações materiais e imateriais como nunca vistas antes em outros governos. Embora tenha contribuído negativamente com a continuidade ativa do movimento.

A conjuntura política local, permitiu nessa mesma perspectiva colocar militantes na direção de dois importantes órgão atuantes no município, a EMATER e o INCRA. Oportunizando a sintonização desses órgão com as políticas públicas executadas e aproximação com o movimento social.

Embora em sintonia com os encaminhamentos das políticas públicas de atendimento às demandas do movimento, existia um consenso entre os militantes de que o envolvimento com o governo, os fragilizava no sentido de dar continuidade às articulações dos atores, conforme reitera, Álvaro Brito

^[...] Lideranças importantes do movimento se deslocaram para o governo, e apesar de planejar e elaborar as ações de forma diferenciada para o movimento social, tivemos essa concepção e isso terminou por deixar os movimentos sociais suscetíveis [...] uma outra

⁶⁶ Entrevista de duas (02) horas e dez (10) min. concedida em 24/11/2017. (op. cit.)

coisa é que as associações de moradores dos bairros deixaram de existir, então essas lideranças enfraqueceram e o movimento estagnou nos bairros. Os movimentos ficaram a reboque do poder público [...] no momento não percebíamos o que estava acontecendo. (op.cit)

Tais questões indicam que embora o movimento social tenha ultrapassado seu campo de poder, o deslocamento das lideranças para o núcleo de poder representativo do Estado, desfavorecia sua evolução, uma vez que a nova dinâmica necessitava de novos líderes para dar continuidade às relações no interior do movimento. No entanto, com os olhares das lideranças voltados às novas estruturas, revelou-se em pouco tempo a fragilidade imposta pela situação. A relação movimento social-Estado estava por contribuir, em suma, para uma desarticulação das demandas coletiva, uma vez que a contestação havia sido resignada a grupos menores, que embora discordando de algumas decisões tomadas, não criavam atrito com o governo, o que, de certa forma, engessava-os. Outro fator que contribuiu para a desmobilização do movimento foi a divisão espontânea ocorrida a partir do envolvimento dos militantes com a política partidária na relação com as "tendências" no interior do PT (o PT subdivide-se em 05 tendências), havendo divergência entre as demandas do movimento e as do partido. Com isso, juntando-se também às eventuais discórdias relacionadas às coligações partidárias que passaram a fazer parte do governo, ocasionou no afastamento de algumas lideranças e com isso, o inevitável enfraquecimento do movimento ao longo desses anos.

A tensão no movimento se acirrou mais ainda com o lançamento da candidatura do sucessor de Álvaro Brito. As lideranças estavam divididas quanto ao apoio ao candidato por conta das desavenças acumuladas nas "tendências" e também pela coligação formada, mas o partido terminou por elegê-lo em meio a uma conflituosa relação movimento social-PT. Valter Rodrigues Peixoto⁶⁷ governou o município no período 2013 a 2016. Nesse período, em meio aos protestos do movimento social por

⁶⁷ O prefeito eleito pelo PT em 2012, Valter da Silva Peixoto é militante do movimento e agricultor familiar. Natural de Goiás, veio para Conceição do Araguaia, assim como outros agricultores, em busca de terra. Durante seu mandato foi três (03) vezes afastado do cargo por denúncia de que supostamente teria se beneficiado no processo eleitoral fazendo uso indevido de meios de comunicação para caluniar o candidato adversário, conseguindo retornar ao governo, terminou o pleito com alto índice de rejeição pela população, que não pode contar com o poder público durante 04 anos, uma vez que em razão das suas complicações com a justiça, as contas da prefeitura quase sempre estavam bloqueadas, impedindo a continuidade dos serviços, elevando o poder público local ao caos. Após sair da prefeitura, abdicou da vida pública. Atualmente está recluso à sua propriedade localizada na comunidade Campos Alto neste município.

desavenças partidárias e discordâncias, pelo corte dos recursos para a EFA, o prefeito Walter não conseguia mais dialogar com o movimento, em uma das vezes, os militantes invadiram a prefeitura tentando uma negociação e foram recebidos pela polícia militar, acionada por Walter, causando com isto, a quebra do apoio recebido até o momento, pelo movimento.

Cristiane Silva⁶⁸, também militante do movimento em Conceição, analisa a questão definindo como um "erro". Afirma,

Cometemos muitos erros. Cometemos principalmente o erro de acreditar no governo Popular, que o governo era nosso. É claro que tínhamos uma certa liberdade para conseguir muitas coisas, muitos projetos financeiros, no entanto não foi o que o movimento esperava, problema maior foi ter do lado do poder público muitos companheiros que eram do movimento, eram ativistas do movimento e com isso recebíamos muita orientação para não, para não discordar e não ir de encontro às ideias e ideias dos companheiros, mesmo os companheiros errando não podemos questionar? Recebíamos orientação para não questionar porque diziam, se está ruim com eles pior sem eles, isso se refletia, refletiu no enfraquecimento do movimento. Não podíamos comprar briga, a nossa resistência teve que ser recolhida, recuada, freada (grifo nosso) [...] alguns companheiros eram de acordo, outros não, e aconteceu demais discordâncias e brigas por conta dessa situação. Eu creio que isso favoreceu muito o enfraquecimento do movimento. O que foi como esse que nos calasse, companheiro querendo nos calar.

[...] não podíamos ficar neutro, ter ficado neutros. No último governo, o companheiro o governo Municipal, o companheiro Walter gente de dentro do sindicato foi muito ajudado pelo sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e o movimento ajudou ele a chegar na prefeitura, fomo pro embates com ele, ele não se preocupa conosco, somos iludidos pelo companheiro que chamou a polícia para dispersar a nossa demanda no movimento quando fomos a prefeitura, mudou de lado. Entendo que o movimento não pode se render independente de quem esteja do outro lado, independente de quem representa o poder público, porque temos que aceitar as críticas; não podemos ter medo, porque senão o movimento fica destruído, as questões de amizade não podem interferir. Entendo o que houve comunismo e outros problemas internos dentro do sindicato.

Essas afirmações da militante retratam a situação em que o movimento se encontra atualmente. Embora mantendo –se a estrutura organizativa, diminuiu a intensidade de atuação, e conforme conclui Cristiane, "ontem lutávamos para conseguir de direito,

⁶⁸ Cristiane Silva, militante do movimento, embora com somente 26 anos, conta que praticamente nasceu dentro do movimento. Foi secretária do STTR, presidente da COPAG, coordenadora do MMC, monitora da CFR e, atualmente está afastada da militância. Formou-se em Geografia pela UEPA e diz que sua militância será feita como educadora. Entrevista de uma (01) hora e cinquenta (50) minutos, realizada no dia 12/12/2017.

mas atualmente lutamos pelo menos para nos manter em movimento e manter os direitos conquistados". (Entrevista)

3.6.2. A dimensão produtiva e ambiental

Na dimensão produtiva não prescindimos da sua vinculação à questão ambiental no sentido biológico e físico. Posto que os aspectos que incidem sobre a questão ambiental refletem diretamente no setor produtivo, por exemplo a reversão de pastos degradados para o plantio de roça ou o uso de agrotóxico para extermínio de plantas daninhas e pragas ou ainda a obediência a normatizações sobre utilização do solo com respeito às áreas de proteção permanente (APP) e reserva legal 69(ARL). Relacionando ainda à questão os problemas com a verticalização da produção, onde os colonos necessitam escoar a produção e encontram dificuldade em transitar pelas vias rurais praticamente intrafegáveis no período chuvoso, deixando-os reféns dos atravessadores. Conforme citado em outro trecho da pesquisa, nas décadas de 70 e 80 a produção rural camponesa era conduzida a partir de um modo de produção mais voltado para a subsistência, a chamada "herança camponesa". Conforme relato de antigos colonos, com os quais provocamos o assunto em conversas livres⁷⁰, naquela época viviam na "fartura" plantando o arroz, feijão, milho, fava, mandioca, criavam galinha, porco e um ou outro criava algumas cabeças de gado para tirar leite. O trabalho era feito braçal, havia troca de dias de trabalho com os vizinhos e quando colhiam as culturas anuais, a produção dava para alimentar a família por um ano inteiro e ainda distribuir para a vizinhança. Contam que em pouco espaço colocavam a roça e a produção era muito boa. Tinham em suas propriedades espécies frutíferas e pequenos animais que ajudavam a garantir a segurança alimentar da família. Vez por outra, traziam algum excedente para comercializar na feirinha, na sede município, aos finais de semana. O sistema de produção incluía a derrubada, queimada, coivara, broca e o plantio. Relembram ainda que alguns faziam o plantio da roça coletivamente, em sistema de mutirão, assim se ajudavam mutuamente e criavam laços de amizade

⁶⁹ Sobre essa questão ver Novo Código Florestal Brasileiro editado e publicado em 2012, através da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

⁷⁰ Abordei sobre a questão do modo de produção, 23 (vinte e três) agricultores por ocasião de visitas nas propriedades e também no meu local de trabalho. Visitei alguns conhecidos do trabalho que realizo com os quais tenho mais intimidade de abordagem na comunidade Bacabal, área de colonização do ITERPA e os Assentamentos Milhomem, Pecosa e Canarana, área de colonização do INCRA. E ainda mais dois dos antigos e poucos agricultores que conseguem comercializar seus produtos (aves e mel) na feira municipal, sem a interferência do atravessador.

e companheirismo, conforme relembram, "não faltava alimento nem a solidariedade entre os companheiros".

Com a mudança de regime de governo vieram também as reformas políticas que incluíam novos programas para a reforma agrária. Em pleno fervor das retomadas das grandes fazendas pelo movimento social, em Conceição do Araguaia, junto com a intenção de reforma do governo civil, vieram também as expectativas de novas políticas públicas de reforma agrária. O debate incluía o financiamento da atividade agropecuária para o pequeno produtor⁷¹ e assentados da reforma agrária pois o governo já havia sido convencido de que somente a distribuição de terra não garantia o processo de reforma agrária efetivo. De fato, salvo algum que mantinha pouco subsídio obtido com a venda da sua força de trabalho como vaqueiro ou empreiteiro para roço de pasto das fazendas, ao adentrar no lote, em qualquer uma das condições, posseiro, ou assentado, o colono recebia a terra completamente descapitalizado. Esse fator, ainda na atualidade, é atribuído ao grande índice de abandono de lotes por assentados na região (TERENSE, 2013), pois a demora em acessar as políticas públicas torna insustentável a continuidade na propriedade.

A primeira sinalização legal⁷² veio em 1987 com a criação do Programa Especial de crédito para os beneficiários da Reforma Agrária (PROCERA), mas efetivamente se consolidou somente a partir de 1993, quando o governo conseguiu regularizar junto aos setor financeiro o fluxo de distribuição do recurso. (GUAZIROLI et. al, 2001). Tendo sido substituído em 28 de junho de 1996, pelo PRONAF (*por meio do decreto no 1946, de 28 de junho de 1996*), anunciado junto com o plano safra 97/98, ampliando a oferta do crédito ao pequeno produtor e o benefício aos assentados da reforma agrária.

_

Nesse aspecto, o tratamento dado ao colono pelo Estado e pelo próprio sistema financeiro é de pequeno produtor rural, dada sua condição de estar inserindo-se no modo de produção abastecido por financiamento externo; desta forma caracterizando que a sua produção deverá gerar lucro para o pagamento do financiamento e melhoria das suas condições financeiras, com acumulação e aumento das suas condições financeiras, estando o colono oficialmente inserido no modo de produção capitalista. Ver: (Carlos E. Guanziroli et. Al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI, R.J. 2001)

⁷² Os financiamentos agropecuários até então, como o Fundo Institucional de financiamento do Norte (FNO), dentre outros, exigem do produtor garantias reais da terra, inviabilizando o acesso dos menos capitalizados, excluindo do financiamento os assentados rurais por não serem os donos legítimos da propriedade.

A proposta trazia o apelo para a promoção do desenvolvimento sustentável, vindo a contribuir com o contexto ambiental e produtivo no que concerne ao modelo de desenvolvimento amazônico e à produção sustentável no território, pois a situação de degradação do solo, atribuída ao sistema de criação de bovinos a pasto, não respondia mais às necessidades de alimentação dos animais, gerando dispêndio alto para recuperação da pastagem, ocorrência observada principalmente nas áreas ocupadas e desapropriadas pelo governo⁷³. Nessa perspectiva, o crédito rural contemplava alternativas de recuperação do solo com sistemas menos agressivos ou monocultivo, como o caso das pastagens. Essa mudança foi atribuída pelo movimento social ao discurso "ambientalmente sustentável" que havia tomado proporções internacionais no que concerne às formas de exploração da Amazônia, embora que, mesmo fazendo parte da pauta dos movimentos sociais, o alerta sobre a necessidade de se desenvolver uma produção baseada em princípios éticos e agroecológicos (sistemas agroflorestais, a apicultura, produção orgânica), na prática, ainda na atualidade, os agentes financeiros da região façam oposição ao financiamento de produções alternativas à bovinocultura, alegando inviabilidade de pagamento⁷⁴.

Schmink e Wood (2012) abordando a questão da ambientalização, enfocando que nos anos 90 a pressão dos movimentos de base, apoiados pelas alianças nacionais e internacionais de militantes na luta por "justiça ambiental", convergiram com o debate sobre as consequências dos modelos convencionais de desenvolvimento, dando legitimidade à questões postas pelos grupos locais amazônicos. Isso forçou o Estado a alterar o teor das políticas públicas para as categorias dos grupos representativos amazônicos, da feita que "a interação desses grupos sociais, cada um dedicado à sua agenda particular através de uma gama de alianças, tanto dentro quanto fora do Brasil, constituiu a nova matriz para a contestada fronteira na Amazônia" (SCHMINK E WOOD, 2012, p. 147). A partir daí, o governo reconheceu como viável e possível os saberes dos povos amazônicos com seus

-

No diálogo com agricultores, obtive a informação de que, em alguns casos, os fazendeiros negociavam diretamente com os posseiros a ocupação de fazendas com pastagens degradadas. Para não arcarem com os altos custos de recuperação do pasto, vendiam a propriedade ao governo, que a desapropriava pagando pela terra nua e pelas benfeitorias incluindo o pasto, avaliado como favorável ao uso. Com essa manobra, o fazendeiro obtinha lucro sobre a pastagem degradada, deixando o problema para o assentado. Essa informação foi também confirmada por um ex presidente do STTR. Informação obtida em análise aos arquivos da EMATER/PA. Esta informação está explícita nos documentos encaminhados pelos Bancos da Amazônia e Brasil à EMATER/PA, em pareceres, alegando a inviabilidade dos projetos de financiamento para sistemas alternativos, encaminhados pela empresa.

sistemas de produção alternativos de base agroecológica, incluindo-os na pauta do crédito rural e alterando os critérios de financiamento agrário, adequando-o paulatinamente nos Planos safra seguintes, com o suporte dos órgão de pesquisa e ATER (EMBRAPA, EMATERs) e das demanda encaminhadas pelas conferências e encontros dos movimentos sociais.

A possibilidade de adquirir financiamento para auxiliar na produção trouxe para os agricultores novas possibilidades de redimensionamento para a propriedade, convergindo o entendimento dado pelo Estado à política de financiamento, com a proposta de fazer a terra produzir e gerar renda através de incentivos externos. Tais termos explícitos na política de crédito rural consubstanciados por outros programas de governo para o meio rural, têm por interesse transformar a lógica de produzir dos agricultores. Nessa nova perspectiva (Oliveira, 2007), o colono deixa de ser o camponês que mantém uma relação de reciprocidade com a terra, retirando dela seu sustento, e passa a ser um produtor inserido no contexto lógico de produção capitalista.

Na análise do movimento social, a mudança paulatina nos modos de produção, no território da pesquisa, se relaciona a diversos fatores, mas se destaca em meio a estes, a oferta do crédito rural que não levou em conta essa lógica de produção camponesa, induzindo os agricultores à migração para a pecuarização. Conforme informações levantadas junto aos agricultores e análise que realizamos nos arquivos da Emater/PA, há a predominância do crédito para financiamento da bovinocultura mista⁷⁵, onde o valor financiado permite ao agricultor adquirir 10 (dez) matrizes e 01 (um) touro. Algumas vezes, parte do recurso é aplicada na reforma de pastagem e construção de cercas na propriedade. Há consenso entre eles, de que esta é a melhor forma de capitalizar a propriedade e, (apropriando – se do discurso imposto pelo banco e pelas empresas de ATER) conseguir pagar o financiamento.

-

Povinocultura mista é o termo comumente adaptado pelos criadores de bovinos para designar o rebanho sem raça definida. Nesta região, há a predominância da mistura pelo cruzamento aleatório de animais, os quais são destinados tanto para a produção de leite, em qualidade inferior à média, quanto para a comercialização da carne. Resultando em uma produção de média a baixa qualidade. Esse fator, embora que negativo do ponto de vista técnico, favorece os agricultores familiares, pois os animais são mais resistentes às condições climáticas da região, se adequando melhor aos períodos de estiagem.

Ademais, ainda existem aqueles que, no anseio de fazer a propriedade prosperar, por aprendizado adquirido com anos trabalhando como vaqueiro nas grandes fazendas ou por achar mais fácil o manejo da atividade, fazem opção pela bovinocultura, deixando de lado a análise técnica de viabilidade da produção pecuária, seja por desconhecimento ou por não exigir isso da ATER. Tecnicamente, essa atividade deve vir acompanhada de um planejamento integrado da propriedade que incluem a integração da atividade no contexto produtivo, respeitando a sustentabilidade ambiental (exemplo figura 03), e a previsão de outros fatores como, disponibilidade de alimentação adequada e água, e ainda de tecnologias de pastejo rotacionado para evitar pisoteio gerando a compactação do solo, além de outros fatores condicionantes para a região com longos períodos de estiagem que exigem domínio de tecnologias adequadas à criação. Caso não sejam previstos tais fatores são grandes as chances de fracasso do empreendimento.

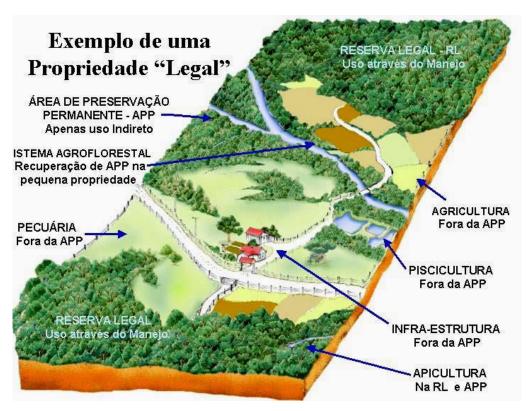


Figura 03: Exemplo de uma propriedade planejada produtiva e ambientalmente sustentável. Fonte: Ministério Meio ambiente, 2002.

A inobservância desses elementos, conforme relato dos agricultores, levaram ao endividamento diversos assentados, logo nos primeiro anos de liberação dos créditos agrícolas. A presidente do STTR conta que na época, as empresas de ATER,

responsáveis pela elaboração do projeto de financiamento, aproveitando da inexperiência dos agricultores sobre a questão, utilizavam-se da prática conhecida como "projeto de escritório com dez vacas e um touro", onde o técnico replicava o mesmo projeto a todos os proponentes, sem qualquer análise de viabilidade nem ida na propriedade para conhecer o espaço físico e planejar a atividade. Desta forma, com esforço e custos mínimos elaboravam vários projetos de financiamento, trocando apenas dados do beneficiário. Esse fato também é comumente citado entre os agricultores e pelas lideranças do movimento social, protestando contra a forma de tratamento dada pelas empresas de assistência técnica, incluindo a prestadora oficial de ATER (Emater), aos agricultores, alegando ainda que não recebem a assistência técnica, prevista na implantação do projeto, referente ao pagamento de 2% sobre o valor do empreendimento à empresa, quando da liberação do financiamento pelo banco. Conforme já citado, implicando em possível inviabilização no pagamento do financiamento, consequentes problemas na produção e inadimplência.

Juntado aos problemas na aplicação do crédito, o banco financiador exige para cada contrato, um fiador. Os agricultores se avalizam entre si e são avalizados pela associação, assumindo compromissos financeiros alheios, sem conhecimento das implicações desta ação. Como resultado disto, entram no sistema de inadimplência mútua, pelo não pagamento do financiamento por uma das partes. Assim, no cálculo de inadimplência feito pelo banco, cada 10% líquido de inadimplentes, corresponde a 20% bruto⁷⁶. Esse fator é utilizado pelos bancos financiadores para balizar a oferta de novos financiamento, suspendendo por até três anos a liberação de novos créditos no município.

Mesmo com todos esses entraves77, é inegável que o mercado atribuído à bovinocultura segue como "carro chefe da propriedade" e ainda é considerado pelos agricultores como mais lucrativo⁷⁸ em Conceição do Araguaia, (desconsiderando aqui

⁷⁶ Dados fornecidos pela gerência do Banco do Brasil e Basa, agentes financiadores do PRONAF no município.

Os agricultores usam estratégias para superar as dificuldades impostas à atividade se ajudando mutuamente, conforme relatam, as vezes, vendendo animais para ajudar o companheiro pagar sua dívida ou emprestando dinheiro. Essa ajuda também é identificada na transferência de tecnologias responsável pela qualidade do rebanho, pois ao mesmo tempo que comercializam, também adquirem novas reses melhoradas, o que torna-se favorável aos agricultores a melhoria do rebanho em termos de produtividade. No período da seca, alugam entre si os pastos, ou cedem por camaradagem. Embora que reclamem do problema maior que é o dispêndio para recuperação da maioria dos pastos que se encontram degradados ou destruídos por ataque de pragas com a cigarrinha da pastagem.

⁷⁸ Nesse aspecto, quando pergunto aos agricultores sobre os cálculos com custos de produção incluindo pró-labore, observo que nenhum deles faz controle financeiro das despesas com a criação.

a problemática dos atravessadores) uma vez que há sempre comprador para o bezerro e o leite, vendido para os vizinhos ou para os atravessadores, sendo que os preço praticados se equiparam à média regional. Ademais, os agricultores destacam que a atividade, atualmente bem mais consolidada em termos de tecnologia, além de capitalizar a propriedade, funciona como uma espécie de poupança a ser utilizada nas horas emergenciais, como por exemplo, em caso de doença na família; conforme reforça o Sr. Antônio Siqueira79: "o governo nos deu um limão e fizemos uma limonada".

Embora a atividade de bovinocultura a pasto seja reconhecida como lucrativa e consolidada pelos agricultores, em uma análise mais aprofundada ponderamos que essa atividade inspira preocupação, por estar diretamente ligada ao processo de degradação ambiental em que se encontra o território. O problema ambiental desencadeado pela supressão da vegetação nativa vem se acumulando ao longo dos anos, desde os tempos remotos e ciclos de exploração do território, atingindo graus elevados de desmatamento com a implantação das empresas agropecuárias e em ritmo menos acelerado com os Assentamentos agrários. Em ambos os casos, incentivados pelas políticas governamentais. A pecuária extensiva demanda grandes extensões de área de pastagem, se não há o emprego de tecnologias de baixo impacto apropriadas, como no caso o pastejo rotacionado ou o sistema silvo pastoril, a solução encontrada pelos assentados é a abertura de novas áreas a medida do crescimento do rebanho. A situação agrava-se mais ainda com a prática da queimada descontrolada, usada como alternativa para a reforma das pastagens, que por vezes se alastram pelas coberturas, exterminando parte do serrado ou florestas restantes (fotos 01 e 02), sem qualquer controle dos órgãos ambientais. Com isso, as espécies endêmicas da flora e fauna vão sendo extintas.

_

Desta forma, uma análise mais aprofundada seria necessária para comprovação dos ganhos efetivos (lucro) na bovinocultura.

⁷⁹ Entrevista concedida em 06/10/2017. (op. cit)



Fotos 01 e 02: Exemplo de queimada descontrolada na reserva florestal PA Pe. Josimo Fonte: Emater/PA

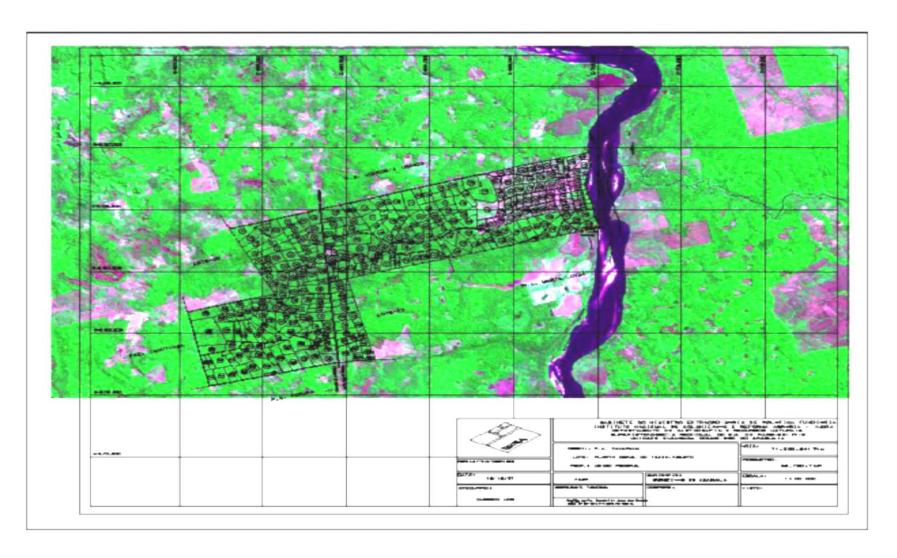
Essa prática, além de contribuir com a degradação do meio natural, tem inviabilizado projetos alternativos de apicultura, incentivado pelo movimento social e pela CPT, cujo objetivo é justamente se contrapor aos sistemas produtivos que causam danos ao meio ambiente, protegendo e incentivando a conservação das áreas verdes. A exemplo disto, reportamos ao caso do Sr. Rosendo Santos⁸⁰, que mantem sua propriedade com um sistema alternativo de produção dotado de Sistema agroflorestal (SAF), incluindo a criação de pequenos animais como avicultura e apicultura. A criação de abelhas vem sofrendo, desde a implantação do projeto, queda anual na produção, dado ao abandono das colmeias em consequência das queimadas na região e por morte, devido ao uso de agrotóxicos pelos vizinhos. Relata esse produtor, que iniciou sua produção com vinte e uma (21) colmeias, sendo que atualmente mantem produzindo somente três (03), e já pensa em abandonar essa atividade.

Os agricultores afirmam que tiveram, quando do recebimento do lote, a orientação para desmatar, sob alegação de que somente teriam acesso aos benefícios governamentais se a propriedade tivesse benfeitorias, nesse caso, áreas abertas com pastos, em uma clara demonstração de incentivo à bovinocultura.

Em recente pesquisa realizada sobre a situação da produção no território, Marcelo Terense (2013) apresenta a partir de um recorte local, tomando por base o

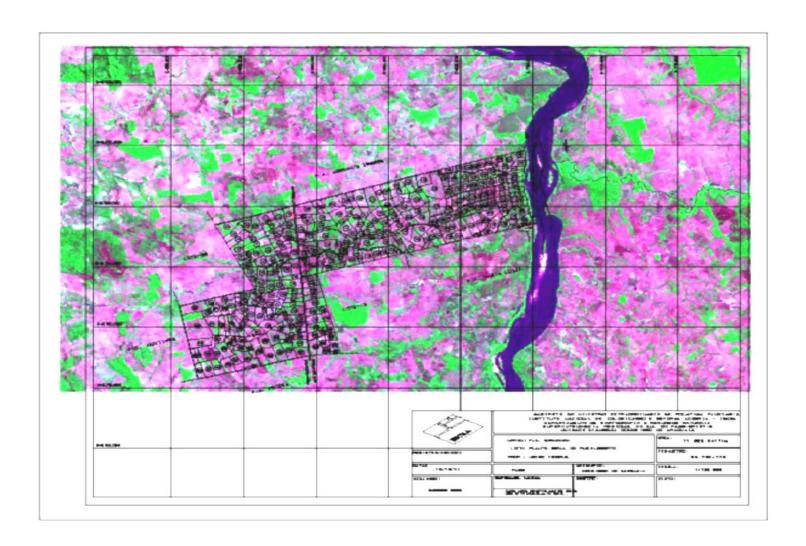
⁸⁰ Rosendo Prudêncio dos Santos, assentado desde 1990 e militante do movimento social desde a década de 70. Acompanhou a luta pela terra, pela retomada do STTR e das grandes fazendas, até conseguir em 1996, um lote. Atualmente mantém sua propriedade no PA Canarana em regime de economia familiar. Entrevista de 50', concedida em 24/01/2018.

assentamento Canarana (abordada em trecho anterior da pesquisa), instalado em 1996 (mapas 03 e 04), fazendo um comparativo amostral do avanço no desmatamento entre os anos 1987 e 2011, exemplificando a questão posta.



Mapa 03: Cobertura vegetal PA Canarana em 1987 (adaptado pela autora)

Fonte: Marcelo Terense, 2013



Mapa 04: Cobertura vegetal PA Canarana em 2011 (adaptado pela autora) Fonte: Marcelo Terense, 2013

Utilizando a amostra comparativa, identificamos que ao longo dos 21 anos (entre 1987 e 2011), período que abrangem o pré e o pós assentamento, há supressão da cobertura vegetal em cerca de 80%, comprovando a relação existente entre o sistema de produção induzido à bovinocultura, e o processo de desmatamento. Essa realidade, se estendendo para além do recorte do PA citado, que faz divisa com outros PAs (Joncon, Maria Luiza e Pecosa) conforme pode ser observado ainda pelo mapa. A partir dessa análise podemos constatar que embora os grandes projetos estejam no topo do desmatamento, outras circunstâncias, dentre elas projetos governamentais, também são responsáveis por parte do desmatamento na Amazônia, influenciando negativamente no ambiente.

Em 2012, o governo federal instituiu o CAR para todo o território nacional, no entanto, desde 2008 fora pioneiramente instituído no estado do Pará81, através do Decreto Estadual nº. 1.148 de 17 de julho de 2008, visando conter o desmatamento e regularizar ambientalmente as propriedades rurais, balizado nos termos do Código florestal brasileiro. O processo de regularização em áreas particulares (posse mansa ou titulada) ficou a cargo da Secretaria do estado de meio ambiente (SEMA), enquanto que nas áreas de Assentamento, caberia ao INCRA normatizar os procedimentos à regularização ambiental dos Assentamentos agrários federais. No entanto, enquanto que a SEMA firmou convênio com a Emater/PA para emissão do CAR e elaboração de um plano de recuperação ambiental nas propriedades fora de área de Assentamento, logo em 2008; somente em 2012, o INCRA, lançou Chamada pública para contratação de serviços de ATER e emissão do CAR.

No estado, assim como em Conceição do Araguaia, empresas particulares e profissionais liberais, visualizando possibilidade de ganho financeiro (cada CAR custava ao agricultor entre Hum a dois mil e quinhentos reais, dependendo do tamanho da propriedade), se cadastraram junto à SEMA para emissão do documento, já que a lei permitia essa abertura. Dando início a um processo de emissão de CAR, em áreas particulares e de Assentamento agrário, sem que houvesse vinculação a um projeto de adequação ambiental apropriado a cada propriedade. A inobservância deste quesito permitiu aos agricultores a inserção no sistema de regularização ambiental do governo, mas na prática, não se constata ainda qualquer modificação

-

⁸¹ Sob pressão dos órgão ambientais conforme tratado em outro trecho da pesquisa.

efetiva em termos de recuperação de reserva legal ou área de proteção ambiental nas propriedades. Tal prática foi denunciada pelo STTR ao INCRA e à Emater/PA, mas sem providências efetivas. Da parte da Emater/PA, a resposta foi de que como empresa conveniada não pode interferir no processo, cabendo somente à SEMA exigir a intervenção legal nas empresas particulares pelo não cumprimento da normatização. Como não houve nenhuma intervenção, as empresas continuam atuando.

Conforme tratado em outro momento na pesquisa, entre as sanções impostas pela Normativa estadual estava o impedimento de acesso ao crédito rural e comercialização de bovinos. Pressionada pelo movimento social, a Superintendência Regional do INCRA (SR27) firmou junto ao Ministério Público federal um Termo de ajustamento de conduta (TAC) a fim de solucionar temporariamente a situação. Atendendo à exigência do banco, a Câmara técnica formulou uma Declaração ambiental, onde os Assentados rurais assinavam atestando a regularidade ambiental do seu lote. Essa situação perdurou até 2012, quando o INCRA editou ação, através de chamamento público, visando transferir a legalização ambiental dos assentamentos agrários às empresas de ATER contratadas, conforme descrito no plano de trabalho da Chamada pública nº 01 de 2012:

[...] Os 233 (duzentos e trinta e três) Projetos de Assentamento, que demandam a contratação do serviço de ATES através da chamada Pública nº 01/2012, não estão ambientalmente regularizados. Esse total, abrange 23.414 (vinte e três mil, quatrocentos e quatorze) famílias dentre as quais 17.106 (dezessete mil, cento e seis) se encontram localizadas em municípios que compõem Territórios da Cidadania e 12.865 (doze mil, oitocentos e sessenta e cinco) em municípios inclusos no Arco do Desmatamento (áreas apontadas pelo índice de desmatamento), o que significa dizer que esta região é alvo constante de operações realizadas pelo IBAMA e Força Tarefa Nacional, incumbidos da fiscalização e aplicação de multas, em cumprimento da legislação em vigor. A falta de regularização ambiental dos PAs vem dificultando a produção e comercialização dos produtos agropecuários. Desta forma, estes são fatores que interferem negativamente no sistema produtivo da região que além disso está submetida a enormes prejuízos de cunho socioambiental. Como agravante desse cenário ressalta-se o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, assinado pela SR- 27, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Ministério Público Federal em 2008; onde foi pactuada a regularização ambiental dos PAs criados por esta SR-27, sob pena de inviabilizar os PAs caso não se cumpra o TAC. O prazo do referido termo vencerá neste ano, caso nenhuma ação seja iniciada urgentemente para sanar o passivo ambiental, colocará em risco inclusive a segurança alimentar e nutricional de milhares de pessoas que vivem nos Projetos de Assentamento nesta

consequentemente, o desenvolvimento socioeconômico e ambiental local, territorial e da Unidade Produtiva Familiar ficariam comprometidos com um desfecho dessa natureza. [...] (Chamada pública..., Projeto básico nº 01/2012. p.04, grifo do autor)

Dos 37 projetos de assentamentos em Conceição do Araguaia, 23 foram contemplados com a Proposta. A Rural norte, empresa contratada para executar a Chamada pública, deu sequência na emissão desse documento, considerado como a principal meta do plano de trabalho, elaborando os CAR das parcelas nos assentamentos. A sequência do contrato, previa a ATER na elaboração do plano de adequação ambiental das propriedades, bem como a orientação técnica à implantação de sistemas alternativos de produção. No entanto, o golpe político ocorrido em 2016, trouxe como consequência a extinção do Ministério do Desenvolvimento agrário, e junto com isso ocorreram mudanças nos processos de encaminhamento da política agrária, incidindo diretamente no cancelamento de diversos contratos do INCRA com as prestadoras de ATER, dentre esses, o lote de Conceição do Araguaia, sob alegação de contenção de despesas e inexistência de orçamento para pagamento do serviço contratado. Enquanto isso, os assentados aguardam novos encaminhamentos do governo federal, via SR 27 e Unidade avançada do Incra em Conceição do Araguaia para regularização ambiental dos assentamentos.

3.7. Alternativas do movimento social ao modelo de financiamento estatal e comercialização impostos

Em contraposição ao modelo de produção convencional, o movimento social com apoio da CPT, trouxeram para o território, na década de 90, alguns experimentos com sistemas alternativos de produção. Os projetos, coordenado pelo organismo Cáritas brasileira⁸² através do programa de desenvolvimento humano (PDH) e subsidiado pelo Departamento nacional de cooperativismo⁸³ (DENACOOP),

⁸³ Em 1990, foi criado o departamento de cooperativismo (pela Lei nº 8025) e logo extinto o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), hoje é conhecido como Departamento de Cooperativismo e

-

⁸² Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional. Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas. Fonte: caritas.org.br, acesso em 02/02/2018

beneficiou vinte (20) famílias em Conceição do Araguaia com atividades de cultivo de arroz em escala comercial e sistemas agroflorestais consorciados com criação de pequenos animais como apicultura e avicultura. Tendo como objetivo principal a produção de alimentos, esse projeto consubstanciava o debate sobre as produções alternativas em busca de sustentabilidade socioambientais e econômicas para os agricultores familiares. Conforme nos certifica o Sr. Antônio Siqueira⁸⁴ que participou do processo de implantação e desenvolvimento do projeto, existia intrínseco ao contexto criado pelo movimento social, uma relação com a educação sobre o uso do fogo e as sequenciais derrubadas da cobertura florestal. A demanda buscava ainda a reorganização dos agroecossistemas, mobilizada pela crescente demanda de proposta viáveis ao desenvolvimento da agricultura familiar no território.

Foi por meio desse projeto que um grupo de 12 agricultores iniciou a cultura do arroz em escala comercial. A produção envolveu cinco (05) comunidades, financiando o processo de produção, verticalização e comercialização do produto, ou seja, incluía todo o processo produtivo. Ainda que sob a coordenação do STTR e da CPT, os profissionais contratados em função do projeto orientavam a produção, organizando o processo de colheita e armazenamento. Para o armazenamento foi construído nas dependências do STTR um armazém com capacidade de absorver toda a produção. Sobre essa articulação, o Sr. Antônio relata:

[...] Na época que iam comercializar o arroz, aí os técnicos chamavam o grupo, aí os representantes das áreas de produção, cada área tinha um representante dos produtores, e iam em busca do mercado que pagasse o melhor preço. Quando vendiam, o grupo pagava todas as despesas, tava tudo anotado, pagava o transporte, pagava os "chapa", e o que sobrava era repassado 20% para o agricultor, 20% associação e 60% era do produtor. (Idem)

Efetivamente a participação coletiva no projeto é evidenciada nesse contexto, sendo atribuída pela liderança do movimento como o fator responsável pelo sucesso do projeto durante certo tempo. Conforme ressalta, os profissionais tinham por

_

Associativismo (DENACOOP), ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, já nascia com as atribuições de promover o cooperativismo e o associativismo visando à geração de trabalho e renda, o desenvolvimento humano e a inclusão social para a melhoria na qualidade de vida das comunidades brasileiras e redução das desigualdades regionais, além de contribuir para o combate à informalidade e ao desemprego. Fonte: http://www.agricultura.gov.br

⁸⁴ Entrevista Sr. Antônio Siqueira (op. cit)

cuidado ainda de anotar todos os custos para, ao final, retornar ao agricultor 60% do lucro líquido, criando um elo de confiança em torno das relações com o projeto. Durante a execução do PDH, os atores envolvidos perceberam a necessidade de criação de uma instituição que pudesse realizar a comercialização, uma vez que o STTR não tinha competência jurídica para se envolver na mercantilização. Nasce então, a Cooperativa mista dos pequenos Produtores do Araguaia (COPAG).

A COPAG, conforme citado em outro trecho da pesquisa, foi oficialmente criada em 1996, para atender a demanda de comercialização do arroz. Contudo, com o término do contrato com o DENACOOP, a forma de gerenciamento foi alterada (os mesmos diretores do sindicato respondiam pela direção da cooperativa) e o projeto ficou comprometido, pois os custos de produção já não cobriam mais as despesas, gerando déficit e endividamento dos produtores. Além da dificuldade com o gerenciamento financeiro, a cooperativa passou a sofrer boicote dos comerciantes locais, que comercializavam o arroz beneficiado por um preço abaixo do ofertado pela cooperativa. Desta forma, foi inevitável o abandono da atividade.

No entanto a cooperativa gerava custos mensais com impostos, o que obrigava a direção a pensar em uma solução urgente. O meio encontrado foi a busca por novos mercados, dentre eles o institucional, além da inserção de novos produtos demandados. Naquela época os SAFs implantados com subsidio do projeto PDH já estavam produzindo frutas, que beneficiadas, eram comercializadas em polpa e outros produtos. Assim, a cooperativa firmou contrato com a Companhia nacional de abastecimento (CONAB), onde eram comercializados mel, polpa de frutas, verduras, dentre outros produtos para o Programa de aquisição de alimentos (PAA), política pública instituída pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero do Ministério do desenvolvimento social. Essa modalidade prevê a compra com doação simultânea de produtos oriundos da agricultura familiar para comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar. Em Conceição, os produtos adquiridos via CONAB eram ofertado às instituições de caridade e escolas públicas, conforme relata a Sra. Cristiane Silva⁸⁵,

-

⁸⁵ Entrevista com a Sra. Cristiane Silva. (op. cit)

[...] o que nos ajudou muito foi o as parcerias e o trabalho com a Conab. Fomo os primeiros na região sul do Pará; a Conab fazia através dos projetos a compra com doação simultânea que é uma outra política pública do governo popular que nos auxiliou. A Pastoral da terra que era uma das beneficiárias A outra beneficiárias foi a Emaús que cuida de crianças carentes. No caso da Conab eles compravam tudo, não só a polpa compravam também mel, verduras e a Pastoral ajudava muito porque as crianças eram beneficiadas distribuir para as crianças desnutridas e para as outras entidades que trabalham com crianças carentes e até nas escolas públicas. [...]aqui em Conceição tem muitos, com isso entendemos que os agricultores estavam ganhando e a cidade também.

Esse processo durou até 2011, quando a CONAB passou a exigir os produtos de acordo com a regulamentação sanitária imposta pela Agencia de vigilância sanitária (ANVISA), ratificada pela CONAB (quadro 02).

Quadro 02- Síntese das exigências sanitária CONAB.

	COMUNICADO CONAB/MOC N.º 021, DE 16/10/2017	
	COMUNICADO CONAB/MOC N.º 021, DE 16/10/2017	
PRODUTO	REGRA	DOCUMENTO EXIGIDO
destinados à matança, seus produtos e subprodutos e matérias-primas; o pescado e seus derivados; o ovo e seus derivados; o mel e a cera de abelhas e seus derivados; e o leite e seus	O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA). Portanto, deve ser exigida obrigatoriamente a cópia do registro desse estabelecimento, sendo que durante a execução do projeto deve ser exigida a cópia da renovação do registro, caso expire a validade desse documento recebido anteriormente à formalização da proposta de participação.	estabelecimento.
Para bebidas, como polpa de frutas, suco, néctar, refresco, bebida de fruta, chá, mate, água de coco, além de outras descritas no Decreto N.º 6.871/2009 e na Lei N.º 7.678/1988.	O estabelecimento e a bebida devem ter registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Portanto, devem ser exigidas obrigatoriamente a cópia do registro desse estabelecimento e a cópia do registro da bebida específica, sendo que durante a execução do projeto deve ser exigida a cópia da renovação desses registros, caso expire a validade desses documentos recebidos anteriormente à formalização da proposta de participação.	registro da bebida
origem vegetal como fruta ou hortaliça, ou combinação destas, que tenha sido fisicamente allerada, mas que permaneça no estado fresco, ou seja, que tenham sido lavados, sanitizados,	O estabelecimento deve ter Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento, observando a validade desses documentos. Portanto, deve ser exigida obrigatoriamente a cópia do Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento do estabelecimento, sendo que durante a execução do projeto deve ser exigida a cópia da renovação do alvará sanitário, caso expire a validade do documento recebido anteriormente à formalização da proposta de participação.	do estabelecimento.
Para produtos como doce de frutas, farinha, pão, bolo, biscoito, bolacha.	O estabelecimento deve ter Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento, sendo que alguns desses produtos devem também ter registro, conforme os anexos I e II da RDC N.º 27/2010 da ANVISA. Portanto, deve-se exigir obrigatoriamente a cópia do Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento do estabelecimento e a cópia do registro do produto, nos casos cabíveis, sendo que durante a execução do projeto devem ser exigidas as cópias da renovação desses documentos, caso expire a validade dos documentos recebidos anteriormente à formalização da proposta de participação.	

Fonte: Companhia nacional de abastecimento, 2017

Essa nova exigência impôs mais um desafio para a cooperativa que, em parceria com a EMATER/PA, organizou estratégias em diversas vertentes, mobilizando o poder público municipal para criação e regularização da inspeção sanitária no município⁸⁶, buscando novos mercados, abrindo as portas para o comércio no varejo e atuando junto aos seus fornecedores para qualificação dos produtos. Nesta linha de ação, conforme demandado, a EMATER/PA organizou treinamentos sobre boas práticas de fabricação (BPF) com os fornecedores de polpa de frutas. Através do Conselho de desenvolvimento territorial (CODETER), órgão constituído para coordenar os fomentos de apoio produtivo, via política pública do Território da cidadania, (outra política pública do governo popular), a COPAG foi beneficiada com uma câmara fria para armazenamento das polpas de fruta e ainda um caminhão para fazer o coleta e entrega dos produtos comercializados através da cooperativa. Atualmente, a COPAG, continua com embargo da CONAB, no entanto, conforme citado em outro trecho da pesquisa, acessou outro mercado institucional que é o PNAE.

Conforme a Sra. Cristiane Silva, as perspectivas futuras da COPAG são muito positivas, relata:

[...] pedimos o apoio da Emater e foi onde surgiu a possibilidade de comercializamos como agricultores familiar participando da das licitações das chamadas públicas para merenda escolar; participamos tanto em Redenção como aqui em Conceição do Araguaia, mas o projeto da cooperativa é partir para o outro estado aqui próximo, o estado do Tocantins. Para isso temos que ter o selo de inspeção Federal, esse é nosso objetivo para fazer a cooperativa crescer mas nos deparamos no problema financeiro porque para construir a indústria dentro do padrão que é exigido o custo é muito alto e os cooperados são poucos e não tem como manter essa despesa dentro da cooperativa. Estamos numa campanha de conseguir novas pessoas e saber quem pode continuar porque muitos estão já aposentados precisamos de pessoas que acreditam no cooperativismo porque o banco não financia. Temos que conseguir de outra forma, com esse esforço nós já conseguimos a estrutura física da cooperativa, já temos alguns equipamentos e a cooperativa conseguiu comprar. Mas ainda falta muita coisa, como por exemplo, a energia, depois vamos pedir o selo de inspeção Federal. Estamos empenhados porque o selo de

_

⁸⁶ Até 2010 o município de Conceição do Araguaia não possuía qualquer regulamentação ou setor que inspecionasse os produtos comercializados nos estabelecimentos, passiveis de fiscalização sanitária de acordo com as orientações do Ministério da agricultura e pecuária (MAPA). Somente a partir da pressão exercida pelo movimento social é que foi iniciada a discussão para criação de um setor responsável pela vigilância sanitária e emissão do Selo de inspeção municipal (SIM). Até o momento da pesquisa, a questão ainda está em andamento.

inspeção Municipal já está quase pronto, a ADEPARÁ já fez a vistoria está tudo ok. Um dos problemas que temos é a concorrência, porque a exigência da legislação é só para a cooperativa, nos supermercados por aí, por exemplo, esse supermercado que fica em frente à cooperativa vende polpa sem nenhuma identificação sem nenhum selo e acaba vendendo mais barato do que a cooperativa que faz tudo legal mas tem que cobrar o preço justo é uma outra demanda que nós vamos encaminhar. Estamos nos legalizando mas vamos exigir do poder público e as outras instituições e os supermercados que comercializam também sejam legalizados. (op. cit)

Embora o movimento tenha se organizado estrategicamente para consolidar um mercado socialmente justo, no qual os agricultores possam comercializar sua produção, mesmo que em quantidade inferior ao potencial do município, observamos que no setor de comercialização ainda são grandes os desafios. Esses desafios se impõem principalmente pelas falhas existentes no processo de fiscalização e vigilância sanitária no município, enquanto que a Cooperativa é impulsionada a atender a legislação diante da cobrança legal direcionada e imposta pelo poder público, outros setores que comercializam os mesmo produtos não sofreram até o momento qualquer intervenção nesse sentido. Essa questão fica evidente no discurso da Sra. Cristiane, quando denuncia que o processo regulamentação imposto não se estende aos outros setores de comercialização, como os supermercados e feiras, por exemplo. Conforme pude constatar em visita aos supermercados locais, as polpas de fruta são comercializadas livremente, sem selo de inspeção.

4. AS MULHERES CAMPONESAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS – AS OUTRAS RESISTÊNCIAS NO TERRITÓRIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Convém destacar na trajetória do movimento social, a participação efetiva da mulheres nos espaços de discussão, mobilização, resistência e luta neste território local. Elas estão envolvidas em todos os segmentos da classe trabalhadora, nas relações de trabalho, conduzindo os sistemas produtivos, nas discussões coletivas, na coordenação efetiva das instituições representativas dos agricultores, enfim, marcam uma era de protagonismo feminino em um cenário que sempre foi dominado pelo masculino.

No meio rural a educação da mulher sempre foi voltada para cuidar da casa, do quintal e da criação de pequenos animais, resumindo sua participação às tarefas cotidianas relacionadas ao trabalho doméstico, tendo como compromisso fundamental zelar pelo bem estar do cônjuge e educação dos filhos. Pesquisadores que abordam análise sobre gênero no meio rural são contundentes em afirmar o importante papel desenvolvido pela mulher, afirmando que são elas que produzem a maior parte dos alimentos consumidos em todo o mundo. (LISBOA E LUSA, 2010. p. 02). Ainda assim, a invisibilidade do seu trabalho era dada pela condição cultural onde o homem estava sempre a frente, respondendo pela propriedade.

Esse fenômeno paulatinamente vem sofrendo modificações e as mulheres vem conquistando mais espaços e assumindo responsabilidades antes inerente exclusivamente ao chefe da família. Esse fator tem sido impulsionado principalmente pelas mobilizações geradoras das políticas públicas, demandadas pelos movimentos de mulheres camponesas em todo o país. Consoante que, desde os primórdios da colonização, as discriminações de gênero, raça e etnia fomentam a resistência em todos os segmentos da sociedade brasileira, é pertinente afirmar que a resistência da mulher agricultora, frente à essa condição imposta culturalmente, tem alterado o cenário sobre seus protagonismo. Nesse sentido, as mobilizações induziram políticas públicas de inserção das mulheres, como por exemplo a modificação dada ao entendimento sobre o responsável pela propriedade, o governo passou a reconhecer

legalmente a dupla titularidade⁸⁷, através da lei 11.326/2006, na Declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), documento que identifica a unidade de produção familiar. Esse documento habilita os mesmos direitos a qualquer um dos titulares. Outro avanço refere-se à inclusão no plano safra, da linha de crédito específica para a mulher (quadro 03), possibilitando à mulher titular ou agregada acessar financiamento do PRONAF, para desenvolver atividade rural e não rural, independente da atividade principal ligada ao companheiro. Foi através dessa linha específica de financiamento que algumas mulheres agricultoras de Conceição do Araguaia conseguiram impulsionar a produção de polpa de frutas, adquirindo equipamentos para o beneficiamento das frutas e ainda iniciar a criação de galinha caipira. Além dos depoimentos que tive oportunidade de registrar durante minha participação em reuniões do Movimento de mulheres camponesas no ano de 2010, em visita de campo, no grupo de mulheres do PA Ingá III, identifiquei cinco (05) agricultoras que relatam positivamente a experiência, afirmando que através do seus esforço, passaram a contribuir com as despesas da casa e, segundo elas, "ter seu próprio dinheiro" sem ter que ficar pedindo ao companheiro.

É salutar também o enfoque de que a influência significativa na discussão que envolve gênero relacionado ao processo de desenvolvimento sustentável, tem na categoria feminina o alicerce para a disseminação de práticas mais sustentáveis no meio rural, conforme acentua Lisboa e Lusa (2010, p.04). Desta forma as mulheres camponesas⁸⁸, no território da pesquisa, imprimem-se em amplitude dimensional como protagonistas nas lutas pelo acesso à terra; nas políticas públicas, incluindo as de valorização de gênero; nos movimentos pela defesa de uma agricultura

⁸⁷ A partir da união estável, a lei 11.326/2006 institui que a DAP deve obrigatoriamente identificar o casal responsável pelo sustento da unidade familiar, marido e companheira ou esposa e companheiro, excetuando os casos dos titulares sem família, solteiro(a) ou viúvo (a).

⁸⁸ Neste sentido, *mulher camponesa*, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legitima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. (Designação dada ao termo pelo Movimento de Mulheres Camponesas). Fonte: www.mmcbrasil.com.br/site/

sustentável; na coordenação dos movimentos sociais e nos processos de verticalização da produção.

Quadro 03: Critérios de financiamento agrário do PRONAF para mulheres agricultoras.

a efetivação da operação nas condições estabelecidas no MCR 10-1-40, exceto quanto ao limite por operação ali referido. (Res 4.228 art 6°)

TÍTULO : CRÉDITO RURAL CAPÍTULO: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - 10 SECÃO : Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) - 9 1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) sujeitam-se às seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.136 art 4°) a) beneficiárias: mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, conforme previsto no MCR 10-2, independentemente de sua condição civil; (Res 4.107) b) finalidades: atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada; (Res 4.107) c) limites, encargos financeiros, benefícios e prazos de reembolso: (Res 4.107) I - para as beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B": as condições estabelecidas para o Microcrédito Produtivo Rural de que trata o MCR 10-13; II - para as demais beneficiárias: as condições estabelecidas na seção 10-5 para financiamentos de investimento, observado o disposto no MCR 10-1-34; d) a mesma unidade familiar de produção pode manter "em ser" até 2 (dois) financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher, sendo que a contratação do novo financiamento fica condicionado: (Res 4.107; Res 4.136 art 4º) I - à quitação ou ao pagamento de pelo menos 3 (três) parcelas do financiamento anterior; e (Res 4.107) II - à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento. (Res 4.107) 2 - As mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "A" ou "A/C" somente podem ter acesso à linha Pronaf Mulher: (Res 4.107; Res 4.339 art 5°) a) se a unidade familiar estiver adimplente e já tiver liquidado pelo menos uma operação de custeio do Grupo "A/C" ou uma parcela do investimento do Grupo "A": (Res 4.107) b) mediante a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa fornecida pelo Incra ou Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) do Crédito Fundiário, conforme o caso, segundo normas definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (Res 4.339 art 5°) 3 - As mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B" podem, para fins do Pronaf Mulher, ter acesso às operações da linha de crédito especial destinada aos beneficiários do Grupo "B", observadas as condições específicas do MCR 10-13 que não conflitarem com as condições desta Seção, inclusive quanto à fonte de recursos, ficando a concessão dos financiamentos subsequentes condicionada à: (Res 4.107; Res 4.159 art 4º) a) liquidação do financiamento anterior: (Res 4.107) b) que todos os membros da família que constam da DAP estejam adimplentes com o crédito rural. (Res 4.107) 4 - Para os financiamentos destinados às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$30.000,00 (trinta mil reais), a instituição financeira deve priorizar

Fonte: Banco central/MCR, 2007 (adaptação da autora)

Nas lutas pelo acesso à terra tiveram participação fundamental a frente dos acampamentos e negociações. Em pesquisa sobre a função das trabalhadoras rurais nos acampamentos, as autoras Elizangela Rocha, Taísa Brosler e Sonia Bergamasco (2008) abordam a questão a partir de um Assentamento rural de Conceição do Araguaia, destacando a posição ocupadas pelas mulheres nos acampamentos e o sofrimento físico e simbólico desencadeado pelas múltiplas funções ocupadas nesses ambientes, como por exemplo, o provimento de alimento e água para o coletivo acampado, além da presença iminente da morte e de servir de linha de frente das ameaças. De acordo com o pesquisado, as experiências vividas pelas mulheres nesse acampamento ficam guardadas nas memórias, e significativamente ascendem elas ao espírito de luta que transcende o âmbito familiar, se configurando pela busca do bem estar coletivo do grupo do qual fazem parte. Nascendo assim, as mulheres protagonistas pelas lutas sociais.

Por meio da presença efetiva das mulheres, suas representações oficiais foram reforçando o papel protagonistas nos espaços de decisão. A presença marcante nas lutas pelo direito à terra e emancipação feminina trouxe para o município de Conceição o movimento representativo institucionalizado Movimento de Mulheres camponesas (MMC), organismo criado no ano de 2003, sob a aglutinação de diversas demandas das mulheres rurais brasileiras, importante na luta pelo direito e defesa das mulheres camponesas. Assim como todas as iniciativas de manifesto popular de atores do campo no território da pesquisa, o movimento de mulheres também surgiu dentro do STTR de Conceição. Até o ano de 1986 o sindicato era constituído unicamente por homens, até que, mais uma vez por incentivo da igreja católica, através do MEB foram criados os grupos que trabalhavam especificamente com mulheres. Segundo a Sra. Cristiane Silva⁸⁹, uma das entrevistadas, essa foi a estratégia criada pelo MEB para retirar as mulheres das suas casas a fim de que pudessem participar das discussões coletivas. Tratavam sobre diversos assuntos, desde culinária, alimentação, saúde e violência doméstica. A partir daí as mulheres foram incentivadas a se filiarem no sindicato, uma vez que somente a filiação do companheiro não garantia a elas os mesmos direitos ou direitos específicos das mulheres, como o salário maternidade, por exemplo. No sindicato foram criando grupos representativos por temática; esses grupos passaram a ser coordenados pelas mulheres filiadas. Assim, oportunamente, o casal participava

_

⁸⁹ Entrevista (op. cit.)

das reuniões e mobilizações. O movimento passou a organizar também nas comunidades, grupos de mulheres, conforme reforça a Sra. Cristiane Silva:

Criou se nos assentamentos os grupos de base do movimento de mulheres, os grupos iam atrás das famílias em busca da mulheres. Lá em casa era umas duas moças, então foi interessante para o movimento ir atrás de nós de fato nós duas passamos a fazer parte do movimento. Para fortalecer o movimento Social e trabalhar a primeira questão foi a questão da violência, violência social, psicológica, violência em todos os sentidos. Mas para tratar desse assunto não dava para inicialmente chegar e já falar de violência doméstica, então o movimento utilizou de estratégias organizando oficinas para trabalhar com as mulheres tudo que você pudesse imaginar, era trabalhado hortas caseiras. Como os maridos tinham resistência, as mulheres queriam mais o marido segurava então foram feitos curso de culinária e aos poucos fosse trazendo as mulheres para esse movimento, e o mais interessante é que o movimento de mulheres é a favor da família mas leva em consideração que todos são importantes e que a mulher é companheira foi feita da costela e não do pé. (Entrevista)

Nesta perspectiva, o movimento foi crescendo, até que em 1996, foram incluídas duas mulheres na diretoria do sindicato. Naquela época o Movimento de mulheres camponesas funcionava dentro do STTR, providencialmente aproveitavam todas as demanda para incluir a participação das mulheres nas mobilizações junto ao INCRA e outros órgãos institucionais. Orgulhosamente, a Sra. Gonçalina Dias, outra entrevistada, relembra que não sabia ler nem escrever, o que a deixava limitada para tratar algumas questões. Essa demanda foi identificada entre muitas da mulheres que participavam dos grupos comunitários. Como providência, elas então foram reivindicar junto ao INCRA, a formação de uma turma para alfabetizar "as mulheres do sindicato", conforme se intitulavam, obtendo êxito, diversas mulheres se inscreveram e fizeram o curso de alfabetização. Onde, reforça, aprenderam a ler, escrever e ainda fazer contas.

A adoção desses mecanismos foi fundamental para que os homens passassem a compreender, valorizar e aceitar a participação das mulheres como parte integrante do movimento social, ocorrendo nesse aspecto mudanças conceituais, políticas e cultural, pois conforme verifiquei em diversas reuniões de campo, em que tive oportunidade de participar como extensionista, as mulheres se deslocavam para a sede da Associação ou local das reuniões, enquanto que os homens ficavam em casa nos afazeres domésticos. A partir dessa perspectiva as mulheres passaram a ser vistas como sujeito de direitos e como seres capazes, embora que tais perspectivas não

atinjam ainda todas as mulheres rurais. Atualmente é comum as mulheres ocuparem cargos no STTR e nas Associações rurais, sem que haja interferência dos homens com discursos machistas e convencionais. Foi através desse movimento de organização formal das mulheres que, pela evidência da participação nos espaços de decisão e nas reuniões sindicais, foram incentivadas a fazerem parte da rede de movimentos com voz nacional (marcha das margaridas, movimento de mulheres rurais, articulação nacional de mulheres do campo, mulheres na agroecologia, dentre outros), como forma de reconhecimento e de organização pelas lutas em que estiveram à frente. A Sra. Cristiane Silva, em seu relato, corrobora:

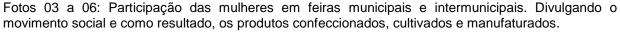
[...] o movimento já discutia com outros movimentos como o MST a questão das mulheres terem que estudar, formar pessoas e jovens para que eles pudessem voltar a sua comunidade e contribuir. E aí nós viemos para cidade morar aqui. [...] minha irmã participou de alguns cursos e conseguir uma bolsa, ela foi para Cuba, ficou sete anos lá, cursou medicina e hoje ela trabalha agui em Conceição. [...] a minha irmã foi uma das que se formou no movimento, mas tiveram outras também que fizeram medicina, tudo pelo movimento. O movimento encontrou na questão política o fortalecimento e a relação com os outros movimentos tanto da Venezuela quanto de Cuba, através do governo Lula existe uma relação direta através de acordos políticos, elas moravam e se alimentavam na faculdade não pagavam nada, tudo foi por conta do acordo. Tem uma moça também a Daniela, filha da Meire, é agricultora que também se formou em Agronomia. Essa fez na Venezuela. Eu fui morar em Brasília também auxiliada para estudar pelo movimento, quando eu voltei dois anos depois e passei a trabalhar como secretária no movimento de mulheres. Mas só que lá eu comecei a viajar muito pelo movimento. [...] o mais interessante do movimento é que ele dá esse suporte nos estudos principalmente para empoderamento da mulher. Fui para um curso em Marabá estudar sobre teoria das organizações políticas com professores da Universidade de São Paulo USP, doutores que estudavam a fundo todo o processo. O movimento de mulheres em parceria com MST trabalha essa a questão da educação muito forte, nós aqui viemos para a escola do movimento sem-terra do MST, a escola Florestan Fernandes que fica em Marabá (entrevista)

O relato nos remete a outro trecho da pesquisa onde abordamos a abertura dada pelo governo popular, em função de uma conjuntura política, às redes de intercâmbio dos movimentos sociais que possibilitou o acesso de integrantes do movimento de mulheres camponesas às Universidades na Cuba e Venezuela. Não é nossa intensão retomar a discussão, mas enfatizar a estratégia perspicaz do movimento para avançar em um tema pautado como uma das maiores resistências enfrentadas pelas mulheres rurais: o investimento na educação formal. E ainda, conforme relata a agricultora, avançar na rede de articulação com outros grupos, dentre

eles o MST, que consequentemente ampliou o debate político acerca dessa questão e com isso, o empoderamento das mulheres agricultoras de Conceição do Araguaia.

Cabe referenciar ainda o avanço no aspecto produtivo com o envolvimento das mulheres no projeto "Terra nova", originado no MMC, e desenvolvido com a parceria da CPT e Emater/PA. Visando promover experimentos de produção diversificadas, apoiados nos princípios da agroecologia, o projeto tinha como critério básico ter as mulheres como gestoras na propriedade. Esse projeto, iniciado em 2005, foi mais uma iniciativa do movimento e parceiros em contraposição ao modelo convencional de produção disseminada no território da pesquisa. Por meio dessa iniciativa foram sendo formados diversos "grupos de interesse produtivo" nas comunidades rurais, tais como: apicultura e meliponicultura, adubo verde, criação de pequenos animais, piscicultura e artesanato. Para aquisição de conhecimento técnico no manejo das atividades, técnicos da Emater/PA e de outras prestadoras de serviço realizaram a capacitação das mulheres em artesanato, pequenas criações, derivados do leites, entre outras. A iniciativa, pioneira na região, embora não tenha se disseminado conforme previsto (por razões alheias ao projeto) modificou a relação de algumas famílias com a terra e seus sistemas de produção e inseriu as mulheres no grupo de artesanato, que atualmente foi reorganizado no associação de economia solidária (EcoSol).

Atualmente esse grupo, que é composto por 15 mulheres, participa de feiras de Economia solidária no meio urbano onde expõem seus produtos confeccionados artesanalmente desde enfeites, bordados, até alimentos como doces e biscoitos (fotos 03, 04, 05, 06).







Fonte: Arquivo da autora, 2008, 2013.

A força do movimento social através da articulação dos grupos de mulheres em condições dimensionais e nos processos de produção tem elevado a participação das mulheres aos espaços de decisão política, levando à Câmara municipal no ano de 2008, uma agricultora vinculada ao movimento.

Finalizando, conforme referência de Lisboa e Lusa (2010) a luta pelo empoderamento das mulheres requer a desconstrução de paradigmas patriarcais, bastante acentuado no meio rural. Nesse aspecto, consideramos significativos avanços no território local evidenciados pela presença das mulheres na diretoria das Associações de agricultores e agricultoras; a participação efetiva no Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais⁹⁰ (STTR); na gerência da Cooperativa de Pequenos produtores do Araguaia (COPAG). A conquista de todos esses espaços demandou lutas tanto externas ao movimento, pela conquista da terra, das políticas de inclusão, quanto internas pelo reconhecimento de sua capacidade intelectual, de articulação, negociação, também pelo reconhecimento e quebra da invisibilidade nos movimentos existentes.

_

⁹⁰ A inclusão do termo "trabalhadoras" no nome do Sindicato foi uma demanda das agricultoras ao passar a ocupação de cargos na diretoria da Organização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar refletir sobre as questões que permeiam a conjuntura atual que implicam no desenvolvimento do território da pesquisa, procuramos identificar os fatores e a atuação dos diversos segmentos que compõem a teia organizacional responsável pelos caminhos pelos quais se direcionam os múltiplos atores que aqui se inter-relacionam.

A pesquisa aponta para os elementos constituintes do forte sistema de dominação construído no território local, tendo como agente opressor o latifúndio e o Estado como o provedor desse sistema. A classe trabalhadora vê-se diante de questões das quais lhes resta somente a mobilização e a resistência a esse modelo de desenvolvimento exploratório e excludente, na busca constante de um projeto de desenvolvimento que contemple a ampla demanda de ir além dos constrangimentos de uma estrutura econômica e política que não os apoia, pela população que convive com os mais diversos problemas sem ter opções de avançar que não às oferecidas pelo poder público.

O modelo de desenvolvimento exógeno, excludente e exploratório, comprovadamente não contribui para o fortalecimento do território, por vários motivos mostrados na pesquisa e ainda pelas condições de exploração dos recursos naturais, que em um futuro não muito distante serão esgotados.

O território local atualmente reflete a segmentação dada pelos atores nos diversos ciclos de desenvolvimento pelo qual passou esse espaço. Nesse sentido as dimensões abordadas na problemática são somente um reflexo desse processo de constante (re)construção do território. A migração dos modos de exploração iniciados no meio rural se projetam no meio urbano, materializados pela organização econômica sob o controle dos empresários locais e dos atravessadores, responsáveis por determinar os preços dos produtos e dominar os espaços de comercialização na feira pública; pelos carteis formados pelos postos de combustível, pelo boicote dos supermercados às iniciativas de comercialização dos agricultores, enfim, observamos a mesma lógica de exploração se reinventando a cada período de redesenvolvimento, influenciando negativamente nas classes menos favorecidas, no modo de produção rural e na vida dos agricultores.

Os novos empreendimentos do capital, operacionalizados pelos plantios de soja e pela mineração, alcançam terreno fértil para elencar êxito por encontrar no território local apoio, principalmente, político, na contraposição de uma população culturalmente tradicional e resistente, ainda é desconsiderada nos aspectos sobre os quais se apoiam esses projetos emergentes impostos pelo capital. Nesse aspecto, corroboramos a assertiva de que para ocorra o desenvolvimento sustentável no sentido dimensional é necessário que tais projetos sejam pensado com, e para a população do município. Do contrário, conforme tem ocorrido sucessivas vezes, serviremos somente como força de trabalho ao enriquecimento do capital, as riquezas ambientais continuarão sendo exploradas e os agricultores expropriados, restando à população resistir às mazelas da pobreza social, econômica, cultura e política.

Resumidamente apontamos como conquistas do movimento social:

- O acesso à terra, sua principal bandeira de luta no território;
- A Escola família agrícola, cujo principal objetivo era manter no seguimento da agricultura familiar, os saberes e a identidade camponesa fortalecidos entre as famílias em defesa do campesinato;
- Organização de diversas associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, embora algumas pouco atuantes, mas fortalecedoras do STTR através da participação e filiação de seus membros no sindicato;
- A Cooperativa de produtos da Agricultura familiar COPAG que nasceu dentro do Sindicato por reivindicação dos trabalhadores e atualmente tem se expandido na comercialização de polpa de frutas e mel;
- Participação dos membros dos movimentos sociais no Conselho de desenvolvimento territorial - CODETER. Órgão constituído a partir da política pública federal de organização dos territórios da cidadania, nesse caso Sul do Pará/Alto Xingu.
- Conta-se também como espaço de consulta e deliberação os conselhos constituídos para o encaminhamento de políticas públicas de saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento rural; que embora sejam espaços de decisão compostos pelos três segmentos da sociedade, quais sejam: técnico, político e sociedade civil, por diversas vezes tem-se manipuladas decisões pelo poder público local em defesa de interesses dos apadrinhamentos e acordos políticos partidários.

Assim, consideramos que as sequenciais bandeiras de engajamento do movimento de base, foram total ou parcialmente alcançadas, no entanto as questões internas ao movimento foram decisivas para enfraquecê-lo ao ponto de cessarem as mobilizações, reduzindo suas ações às questões administrativas do sindicato e o funcionamento da cooperativa. Nesse sentido, o movimento social passa por um processo de reestruturação, cujos encaminhamentos responderão influenciarão seu futuro e o do território. Nesse panorama, o movimento encontra-se diante de um novo desafio, renovar-se com forças para permanecer física e intelectualmente ativo, pois com os novos desafios impostos, necessita se restabelecer com suas bandeiras de luta na busca por uma verdadeira governança territorial.

Algumas questões que não conseguimos responder na pesquisa poderão servir de inspiração à novas pesquisas, permitindo novos olhares sobre esse território e sobre os fatores nele presentes.

6. REFERÊNCIAS

AFONSO, José Batista Gonçalves. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará. Campus Marabá, 2016.

ALMEIDA, Lucio Flávio. Entre o nacional e o neonacional - desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. Revista de Ciências sociais, São Paulo, 2012. p. 689-710.

BECKER, B. K; Amazônia. São Paulo: Ática, 1993.

____Geopolítica da Amazônia. São Paulo: Ática, 2002.

____A Geografia e o Resgate da Geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 50, n.2, p. 99-126, 1988.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro. Difel/Boitand/ Brasil, Lisboa. 1989.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 25 jul. 2006. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 08 de agosto de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. *DOU*, Seção 1.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. DIFEL Bertrand Brasil, Lisboa/ Rio de Janeiro. 1989.

BUNGE, M. **Epistemologia**: curso atualizado. São Paulo: Queiroz Editor/EDUSP, 1980

CARLOS, Euzineia. **Das teorias de movimentos sociais à análise de redes sociais**. *XXVII* Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. (2009)

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. **Nas águas do Araguaia**- Navegação e a hibridez cultural. Dissertação de mestrado em História, Puc Go, 2008

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul –americana. Caderno CRH, Salvador, 2012. v. 25, n. 64, p. 45-61.

CONGILIO, Celia R. **Duas faces da mineração no sudeste paraense:** o extrativismo minerário como base material do neodesenvolvimentismo. Artigo apresentado na VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 25 a 28 de agosto de 2015 na

Universidade Federal do Maranhão, aguardando publicação na Revista Políticas Públicas, UFMA, 2016. Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no sudeste do Pará. R. Pol. Públicas São Luís, Número Especial, p. 195-199, julho de 2014 DOMINGUES. Mariana Soares. Bermann. Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. Revista Ambiente e sociedade. vol.15 no.2. São Paulo. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000200002. Acesso em 18/05/2017 FARIAS, Caroline. Reforma agrária brasileira. Revista eletrônica Infoescola. São Paulo. 2013. Disponível em: www.infoescola.com. Acesso em 30 de outubro de 2017. FÁVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular; análise da prática pedagógica do MEB Movimento de Educação de Base, 1961-1966. Campinas: Autores Associados, 2006. FIGUEIRA, Ricardo Resende. Rio Maria: canto da terra. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008. GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. GOHN, Maria da Glória Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola. São Paulo, 1997. GUANZIROLI, Carlos E. et. al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro. Garamond Ltda, 2001. HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214. 1994. Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EdUFF1997.

Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR. 2001a.

O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi- territorialidade.

Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do IX Encontro

HALL, S. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

HARVEY, David. Espaços de esperança. São Paulo, Loyola, 2004.

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HÉBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia volume III. Belém: EDUFPA, 2004.

HORIZONTE MINERALS Plc:NI 43-101 Technical Report. **Prefeasibility Study for the Araguaia Nickel Project**. Belo Horizonte, Brasil. 2016.

IANNI, Octavio. A luta pela terra - História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

INCRA, Instituto nacional de colonização e reforma agrária SR27. **Chamada pública** para seleção de entidades executoras de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ates) para Projetos de Assentamentos do INCRA no sul do Pará/SR-27. Marabá, 2012.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber:** Manual de metodologia em pesquisa de ciências humanas. Ed. UFMG, Porto Alegre, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis:** utopias e lutas na Amazônia. Belém. Sejup. 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Cap. XXIX: A luta contra a Economia Camponesa). São Paulo: Zahar Editores, 1970.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro, Vozes. (2001)

MIRANDA, Rogério Rego. SILVA, Marcos Alexandre Pimentel. **Das agro estratégias aos eixos territoriais do agronegócio no estado do Pará**. Boletim DATALUTA n. 99. São Paulo. 2016.

NOGUEIRA, Ana Caroline Neris. **Diversificação produtiva em agroecossistemas familiares nos Municípios de Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia, Pará**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo. FFLCH. 2007.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2013.

O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região
Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista. Dissertação (Mestrado em
Extensão Rural), Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa/Departamento de
Economia Rural, 2004.

Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no Sudeste do Pará. Monografia (Especialização em História da Amazônia), Marabá (PA), Universidade Federal de Pará (UFPA), 2007.
Conflitos de terra e violência no Sul do Pará (1975-1990). Artigo. X encontro nacional de História oral. Recife, 2010.
PICCOLY, Fiorelo. O capital e a devastação da Amazônia . Expressão popular. São Paulo. 2006
SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 1978.
SCHIMINK, Mariane. WOOD, Charles H. Conflitos sociais e a formação da Amazônia . Ed.UFPA, Belém, 2012.
TEISSERENC, Pierre "O ator do território em redesenvolvimento". In: ROCHA G., TEISSERENC, Pierre. VASCONCELOS Mário. (Org.). Aprendizagem territorial - dinâmicas territoriais, participação social e ação local. Ed. Numa/Ufpa, 2016.
"Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira". ANTROPOLÍTICA - Revista Contemporânea de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, nº 29, Dossiê: Categorizações deformantes: patrimônio de gestão dos pobres. Segundo semestre de 2010.
"A governança territorial a partir da experiências das Reservas Extrativistas" Revista Pós-Ciências/Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Sociais/UFMA V. 11, nº. 22, p. 19-41.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino (2016). "Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas". Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 77, maio-agosto de 2016, p. 229-242.

TERENSE, Marcelo Fernando. **Avanços e limites na reforma agrária no sul do Pará –** um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana. Dissertação (Mestrado em Geografia humana). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 2013.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. 2 ed. Ver um. Rio de janeiro: Biblioteca do exército: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

VAZ, Vania. A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará: terra, pecuária e desflorestamento. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2013. 167 p.

WECH, Cliford Andrew. Lutas e resistências. Londrina. V. 1, p 60-75. Set. 2006.

Yin, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.